



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL**

**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL**

**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU Nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321, de 30 de Novembro de 2015, e das orientações do órgão de controle interno. Relatório coordenado pela Diretoria de Administração e Finanças.

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2016**

## LISTA DE QUADROS

QUADRO A.3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS .....	15
QUADRO A.4.3.2 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS .....	44
QUADRO B.4.3.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR - OFSS.....	45
QUADRO C.4.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CENSIPAM .....	46
QUADRO A.4.3.4 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS - TOTAL .....	52
QUADRO B.4.3.4 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UPC, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS .....	53
QUADRO C.4.3.4 – DESPESAS POR GRUPE ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL ..	53
QUADRO A.4.3.5 – RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS .....	55
QUADRO A.4.3.7 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS .....	56
QUADRO B.4.3.7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	57
QUADRO C.4.3.7 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	57
QUADRO D.4.3.7 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	58
QUADRO E.4.3.7 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA .....	59
QUADRO 4.3.8 – RECEITAS ESCRITURADAS NA UG CENSIPAM .....	62
QUADRO 4.3.8.1 – DESCENTRALIZAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS POR ÓRGÃO CONCEDENTE .....	63
QUADRO A.4.3.9 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	63
QUADRO B.4.3.9 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	63
QUADRO C.4.3.9 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	64
QUADRO A.4.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO .....	65
QUADRO A.5.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UPC .....	81
QUADRO A.7.5 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO .....	96
QUADRO A.8.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	97
QUADRO B.8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA .....	97
QUADRO C.8.1.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS .....	98
QUADRO A.8.1.1.2 – AÇÕES (CURSOS) DE CAPACITAÇÕES PROGRAMADAS PARA 2015 .....	100
QUADRO A.8.1.2 – CUSTOS DO PESSOAL .....	101
QUADRO A.8.1.6– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE .....	102
QUADRO B.8.1.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	105
QUADRO A.8.2.3 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONS DA UPC.....	108
QUADRO A.8.2.5 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO .....	112
QUADRO B.8.2.5 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UPC, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	113
QUADRO A.8.3 - FORÇA DE TRABALHO DE TIC .....	115
QUADRO A.9.2 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI .....	126
QUADRO A.9.7 – DESPESAS COM PUBLICIDADE .....	130

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
ACT – Acordo de Cooperação Técnica  
AEB – Agência Espacial Brasileira  
ADEGEP - Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil  
ASCOM – Assessoria de Comunicação  
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento/ Fundo Amazônia  
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília  
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia  
C&T – Ciência e Tecnologia  
CGAFI – Coordenação-Geral de Administração e Finanças  
CGIIN – Coordenação-Geral de Integração Institucional  
CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência  
CGMAT – Coordenação-Geral de Manutenção  
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações  
CGTIC – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação  
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais  
CICCON – Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico  
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
COINT – Coordenação de Inteligência  
COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças  
COLIC – Coordenação de Licitações e Contratos  
COMSE – Coordenação de Manutenção de Sensores  
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia  
CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia  
CONYSISBIN – Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência  
COPAL – Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado  
COPER – Coordenação Operacional  
COSEG – Coordenação de Serviços Gerais  
CR-BE – Centro Regional de Belém - PA  
CR-MN – Centro Regional de Manaus - AM  
CR-PV – Centro Regional de Porto Velho – RO  
DIGER – Diretoria Geral  
DIPRO – Diretoria de Produtos  
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças  
DITEC – Diretoria Técnica  
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN)  
DN – Decisão Normativa  
EB – Exército Brasileiro  
ED – Elemento de Despesa  
FAB – Força Aérea Brasileira  
GEI – Grupo Executivo Interministerial  
GPis – Gerenciamento de Pistas  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MD – Ministério da Defesa  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
OCI – Órgão de Controle Interno

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais

RDSS – *Radio Determination Satellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)

SECONSIPAM - Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SPO – Setor Policial

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

TC – Termo de Cooperação

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada

VSAT – *Very Small Aperture Terminal* (Terminal de comunicação de pequena abertura)

## Sumário

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA .....	2
2. APRESENTAÇÃO.....	8
3. VISÃO GERAL - CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA .....	10
3.1 Identificação da Unidade Prestadora da Contas .....	10
3.2 Finalidade e Competências.....	10
3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Censipam .....	11
3.4 Breve histórico do Censipam .....	13
3.5 Organograma Funcional .....	15
3.6 Macroprocessos finalísticos do Censipam .....	23
4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	26
4.1 Planejamento Organizacional.....	26
4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução.....	26
4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	26
4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	34
4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	35
4.1.5 Desdobramento do plano estratégico .....	35
4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	38
4.3 Desempenho orçamentário .....	38
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do Censipam e resultados alcançados .....	38
4.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da LOA de Responsabilidade do Censipam .....	44
4.3.2.1 Execução da despesa por Plano Orçamentário, conforme Plano de Ação e lançamentos no SIOP .....	47
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	51
4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas .....	52
4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento .....	54
4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	56
4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	56
Fonte: Siafi Operacional .....	57
4.3.7.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	62
4.3.8 Informações sobre a realização das receitas.....	62
4.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	63
4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional .....	65
5 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....	77
5.1 Estrutura de Governança .....	77
5.2 Sistema de Correição.....	79
5.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	80
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	84
6.1 Canais de Acesso do Cidadão .....	84
6.2 Cartas de Serviços ao Cidadão .....	85
6.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços .....	85
6.4 Acesso às informações da unidade .....	85
6.5 Medidas relativas à acessibilidade .....	86
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	88
7.1 Desempenho financeiro do exercício .....	89
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	92
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	95
7.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal .....	96
8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	97
8.1 Gestão de Pessoas .....	97
8.1.1 Estrutura de Pessoal do Censipam .....	97
8.1.1.1 Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT/MCTI.....	98
8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal .....	98
8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....	101

8.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal .....	102
8.1.4	Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal .....	102
8.1.5	Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal.....	102
8.1.6	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	102
8.1.7	Contratação de mão de obra temporária .....	105
8.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	105
8.2.1	Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	105
8.2.2	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	108
8.2.3	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	108
8.2.4	Demonstração da situação dos imóveis da União .....	110
8.2.5	Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade .....	112
8.2.6	Informações sobre a infraestrutura física .....	114
8.3	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão Conhecimento .....	114
8.3.1	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:.....	114
8.3.2	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão: .....	115
8.3.3	Principais sistemas de informações.....	118
8.3.4	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.....	120
8.3.5	Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas .....	121
8.3.6	Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC .....	121
8.3.7	8.3.5 Mitigação de dependência tecnológica de empresas terceirizadas .....	122
8.4	Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	122
8.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....	122
8.5	Gestão de fundos e de programas .....	123
8.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade .....	123
Gestão .....	.....	123
9	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE .....	126
9.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	126
9.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	126
9.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	128
9.4	Informações sobre credenciamento das oficinas regionais de extintores de incêndio perante Inmetro .....	129
9.5	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	129
9.6	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	130
9.7	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	130

---

## 2. APRESENTAÇÃO

---

Na elaboração e organização do presente Relatório foram seguidas as orientações previstas na Decisão Normativa TCU nº 146/2015, no anexo único da Portaria-TCU nº 321/2015, bem como no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) trabalha para promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. O órgão tem a missão de produzir informações e gerar conhecimentos integrados para ações globais de governo na região. Vocacionado no que se chama monitoramento ambiental e territorial da Região Amazônica analisa e processa imagens aéreas e orbitais para elaboração de mapas temáticos de desmatamento, identificação de ilícitos, mapas de risco, de suscetibilidade, potenciais hídricos, sedimentação dos rios, entre outros. A instituição adquire imagens e tem capacidade instalada para processar as imagens tanto ópticas quanto de radar. Isso significa que podemos escolher a tecnologia de imageamento mais apropriada de acordo com a demanda do parceiro.

E em 2016, teremos ainda imagens de satélite orbital, através do Projeto Amazônia SAR. Por isso, a assinatura do contrato com o BNDES, em 2015, com recursos do Fundo da Amazônia, para implementar o Projeto Amazônia SAR, representa um marco institucional, pois permitirá ampliar a escala de produção com custo reduzindo. Ao final da execução do Projeto, teremos uma base de recepção e processamento de imagens radar satelital, extremamente, importante para observar a região amazônica, coberta por nuvens em grande parte do ano. Além disso, permitirá o monitoramento sistemático da região. Esse Projeto, custeado com recursos a fundo perdido do Fundo Amazônia, está sendo desenvolvido com o Ministério do Meio Ambiente, através do Ibama, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que usará as informações para compor os dados do desmatamento.

Outra ação para o desenvolvimento da Amazônia é o Projeto Cartografia da Amazônia. Em 2015, foi finalizado o Acordo de Cooperação Técnica com os parceiros do Projeto (Marinha, Aeronáutica, Exército e CPRM), e assinado um Termo de Execução Descentralização (TED), estabelecendo a finalização do Projeto em 2018. A cartografia tem fornecido dados fundamentais para a exploração sustentável da Amazônia, produzindo informações de cartas terrestres, náuticas e geológicas. O Projeto visa finalizar o vazio cartográfico - 35% (1,8 milhão de km<sup>2</sup>) da Região da Amazônia não tem informações na escala de 1:100.000.

As informações cartográficas auxiliam no conhecimento da Amazônia e no monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial das áreas de fronteiras. As cartografias também vão auxiliar a região no planejamento e execução de projetos de infraestrutura como: rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas, demarcação de áreas de assentamentos, mineração, agronegócio, elaboração de zoneamento ecológico e econômico, ordenamento e segurança territorial, escoamento da produção, e desenvolvimento regional.

Esse Relatório mostra diversas ações do Censipam que contribuem com instituições do estado brasileiro a cumprirem com suas funções finalísticas. Parte das suas ações está em realizar um trabalho integrado com outros órgãos governamentais. Cabe destacar a contribuição fornecendo antenas de comunicação via satélite (VSAT) aos parceiros. Atualmente, temos antenas fortalecendo projetos do Ministério do Desenvolvimento Social (cadastrando famílias do Bolsa Família), do Tribunal de Justiça (interligando as comarcas) e das Forças Armadas (provendo comunicação nos Pelotões de Fonteira). O equipamento também contribuiu nas 20 operações, realizadas em 2015, em apoio aos órgãos contra os ilícitos na Amazônia: desmatamento, garimpo, conflitos fundiários, desintrusão de terra indígena. Como também tem contribuindo com análise de imagens e controle de operações.

Também merece destaque a previsão meteorológica de tempo e clima e alertas hidrometeorológicos. São boletins, previsões e alertas para a Região feitos diariamente, utilizando a

infraestrutura tecnológica de 11 meteorológicos, 3 instalações de recepção de satélite GOES 13, três estações de recepção Terrascan (satélites Aqua, terra, Metop, FYD e Nooa), mais 50 estações meteorológicas de superfície e altitude.

Não obstante aos resultados obtidos e os avanços alcançados, as restrições de cunho orçamentário e a histórica deficiência da estrutura regimental impediram o atingimento pleno do planejado para o ano de 2015.

---

### 3. VISÃO GERAL - CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

---

#### 3.1 Identificação da Unidade Prestadora da Contas

---

Poder e Órgão de Vinculação				
<b>Poder:</b> Executivo				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Defesa	<b>Código SIORG:</b> 41066			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
<b>Denominação completa:</b> Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
<b>Denominação abreviada:</b> CENSIPAM				
<b>Código SIORG:</b> 044072	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 110511		
<b>Situação:</b> Ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público do Poder Executivo Federal				
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 84.11-600		
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233		
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:gabinete@sipam.gov.br">gabinete@sipam.gov.br</a>				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.sipam.gov.br">http://www.sipam.gov.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>			
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA			
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO			
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS			
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>			
00001	TESOURO NACIONAL			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>			
110511	00001			

---

#### 3.2 Finalidade e Competências

---

O SIPAM gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados são avaliados, tratados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento e orientar as políticas públicas para a região.

Através do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONCIPAM, passou a denominar-se Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Conforme definido no Art. 42 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 compete à instituição:

I - subsidiar o Ministro de Estado da Defesa e a Secretaria-Geral nos assuntos de sua competência;

II - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia- Consipam;

III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;

VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;

VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

IX - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;

X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

XI - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XII - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o S;

XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM definidos pelo Consipam;

XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições; e.

XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Censipam.

### **3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Censipam**

<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
- Decreto nº 18 de outubro de 1999 – Dispõe sobre o conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSPAM e dá outras providências.
- Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSPAM, altera sua denominação e dá outras providências;
- Decreto nº 5.283, de 24 de novembro de 2004 - Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSPAM, altera sua denominação e dá outras providências (Revogado pelo Decreto 6.615/2008);
- Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de

Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011).

**Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada**

- Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM;
- Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências (nova redação do art. 14 do anexo I através do Decreto 6.726/2009);
- Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;
- Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, das gratificações em exercícios em cargos de confiança e das gratificações de representação pelo exercício de função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, altera dispositivos do decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 e da outras providências. Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003 – Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (Gratificações Temporárias Sipam – GTS);
- Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa;
- Portaria nº 626/Casa Civil/PR de 12 de setembro de 2008 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de contratação de pessoal técnico por tempo determinado de acordo com a legislação vigente.
- Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS).
- Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas à realização de concurso público.
- Portaria Normativa nº 1.708/MD de 27 de junho de 2012 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne à concessão de diária e passagem.
- Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. Revoga a Portaria nº 630/Censipam/MD de 30 de março de 2011.
- Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.

**Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC**

PAC – em 09/09/2014

PDTIC – em 03/09/2014

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – em 03/09/2014

---

### 3.4 Breve histórico do Censipam

---

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi criado em 17 de abril de 2002 (Decreto 4.200) com objetivo de promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Entretanto, a história de criação do Censipam começa em 1990, quando o governo federal dá os primeiros passos nas definições de concepção de um sistema de proteção da Amazônia, que foi denominado de Sipam.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram a Exposição de Motivos (EM) 194, de 21 de setembro de 1990, sobre o tema. A SAE foi responsável por formular um sistema com base integrada dos órgãos governamentais, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia.

Entre 1990 a 1992, o governo trabalhou na concepção do Sivam. Em 1994, foi publicado um decreto que definiu as normas para a implantação do Sipam, declarou-se o projeto de natureza estratégica e foi aprovado pelo Congresso Nacional o financiamento para o projeto. Três anos depois (1997), o contrato do Projeto Sivam (toda a infraestrutura tecnológica) entrou em vigor.

Em 1999, foi publicado o Decreto dispendo sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam), ligado à Casa Civil, com a atribuição de definir as diretrizes ao Sipam. Logo após a criação do Consipam, nasce o Censipam, em 2002, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para gerenciar o Sipam.

Portanto, o pleno funcionamento do Sivam inicia-se em julho de 2002, com a inauguração do Centro Regional de Manaus e com a criação do Censipam, no mês de abril, para gerenciar o sistema. Logo após, foram inaugurados os Centros Regionais de Porto Velho, em 2003, e de Belém, em 2004. Em 2011, o Decreto 7424 transfere o Censipam da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

A atual estrutura do Censipam é constituída por três Centros Regionais (CRs), localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília/DF.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM (UG 110511), CCG/BSBS, na condição de gestor do SIPAM, executa toda a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos Centros Regionais de Belém (UG 110586), Manaus (UG 110573) e Porto Velho (UG110572) somente a gestão patrimonial de seus bens, dentro de suas competências.

#### Centro de Coordenação Geral do Censipam



**Centro Regional de Belém (CR/BE)**



**Centro Regional de Manaus (CR/ MN)**



**Centro Regional de Porto Velho (CR/PV)**



### **3.5 Organograma Funcional**

O Organograma funcional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM é apresentado de acordo com o anexo I do Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e necessidades do órgão Regimento Interno do MD, publicado por meio da Portaria Normativa nº 564/MD, 12 de março de 2014.

QUADRO A.3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Diretoria Geral (DIGER subordinada à Secretaria Geral/MD)	I-Subsidiar o Ministro de Estado da Defesa e o Secretário-Geral nos assuntos de sua competência; propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam); III - fomentar e realizar estudos e pesquisas, e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência; IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do Sipam; V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do Sipam; VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do Sipam; VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do Sipam; IX - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao	Rogério Guedes Soares	Diretor-Geral	08/05/2009

	<p>Consipam;</p> <p>X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;</p> <p>XI – articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;</p> <p>XII - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do Sipam anualmente ou quando solicitado;</p> <p>XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o Sipam;</p> <p>XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao Sipam definidos pelo Consipam;</p> <p>XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;</p> <p>XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições;</p> <p>exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Censipam.</p>			
Gabinete (GAB subordinado à DIGER)	<p>I - assistir o Diretor-Geral no âmbito de sua atuação;</p> <p>II - assistir o Diretor-Geral na execução de suas atribuições, inclusive instruindo processos e elaborando documentos;</p> <p>III - coordenar a pauta de trabalho do Diretor-Geral e promover o preparo de expediente para despacho;</p> <p>IV - promover articulações e programar a agenda de compromissos diários e de contatos do interesse do Diretor-Geral;</p> <p>V - planejar, coordenar e avaliar os trabalhos desenvolvidos por equipes e servidores no âmbito de trabalho do Gabinete;</p> <p>VI - manter interação com as</p>	Laura de Britto Perdigão de Souza	Chefe-de- Gabinete	13/09/2012

	<p>unidades integrantes do Censipam e providenciar, em todos os níveis administrativos, a transmissão das determinações emanadas no âmbito institucional;</p> <p>VII - assistir e apoiar as demais diretorias em suas atividades;</p> <p>VIII - elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitado pelo Diretor-Geral;</p> <p>IX - propor e encaminhar cursos para o Plano de Capacitação em assuntos relativos à sua área de atuação;</p> <p>X - desenvolver outras atividades inerentes a sua área de atuação ou designadas pelo Diretor-Geral.</p>			
Assessoria de Comunicação (ASCOM subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral nas resoluções de questões de comunicação social relacionadas às atividades desenvolvidas pelo SIPAM, elaboração do plano de comunicação do SIPAM, e auxilio na definição da política de comunicação dos Centros Regionais.	Carla Viviane de Oliveira	Assessor	11/09/2008
Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral propondo diretrizes, planejando, coordenando e implementando ações relativas à atividade de inteligência e contra inteligência no âmbito das unidades organizacionais do Censipam.	Ricardo Augusto Silvério dos Santos	Coordenador-Geral	25/04/2013
Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN subordinada à DIGER)	Coordenar, propor, implementar e avaliar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da Administração Pública e entidade não governamentais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Geral, além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.	Gustavo Roevenstruk Nacif	Coordenador-Geral	02/09/2013
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de gestão de pessoal, administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa; Gerir os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao Censipam; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos	José Henrique Moraes Madeira	Diretor	20/01/2012

	programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e Designar gestores contratuais no âmbito das unidades do Censipam.			
Assessoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (ADEGEP subordinada à DIRAF)	Planejar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoal da instituição além de assessorar o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.	Marilene Correa Nascimento Leite de Faria	Assessor	23/04/2012
Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAFI subordinada à DIRAF)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.	Vângela Monteiro de Sá Rabêlo	Coordenador-Geral	05/03/2014
Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN subordinada à CGAFI)	Acompanhar a execução orçamentária, dos créditos adicionais e das atividades relacionadas com o PPA, operacionalizar os atos e fatos de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.	Sheila Marques dos Santos	Coordenador	11/06/2014
Coordenação de Serviços Gerais (COSEG subordinada à CGAFI)	Executar os serviços relacionados a protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.	Antônia Alves Assad	Coordenador	06/07/2012
Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC subordinada à CGAFI)	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.	Maristela Saul Ferro	Coordenador	29/09/2015
Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (COPAL subordinada à CGAFI)	Controlar as atividades de recebimento guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo; Executar inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.	Dimitri de Moura Iwanow	Coordenador	30/10/2008
Diretoria Técnica (DITEC subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de operacionalidade, modernização e segurança da infraestrutura tecnológica e dos recursos operacionais referentes às unidades organizacionais do Censipam.	Cristiano da Cunha Duarte	Diretor	30/10/2008
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua	Rafael Pinto Costa	Coordenador-Geral	01/06/2010

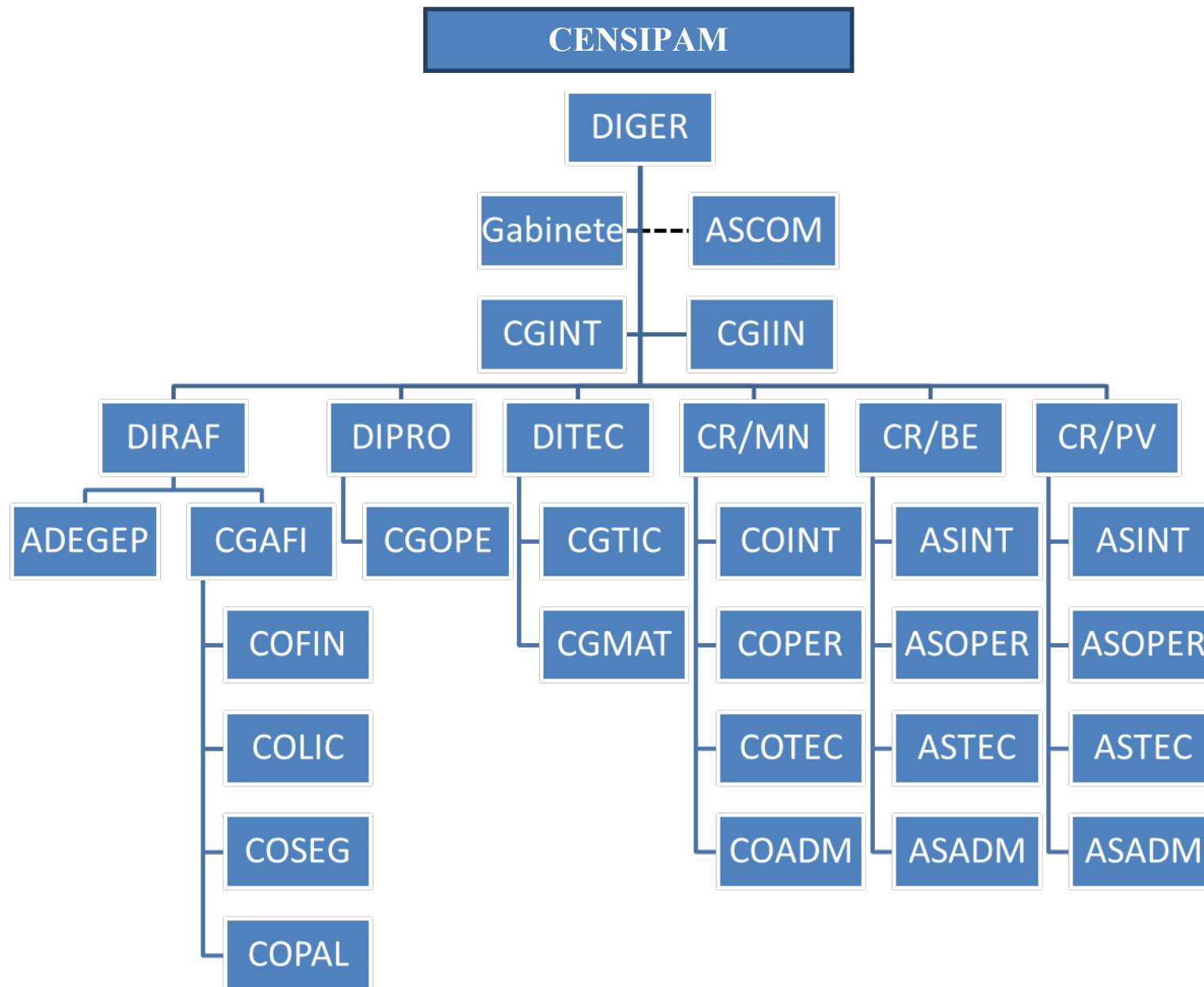
	atuação.			
Coordenação Geral de Manutenção (CGMAT subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.	José Álvaro da Costa Donato	Coordenador-Geral	07/03/2013
Diretoria de Produtos (DIPRO subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos, referentes às unidades organizacionais do Censipam para: a) sistematização e fornecimento de informações operacionais; b) aquisição de dados, imagens e informações; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; Planejar e coordenar a utilização dos sensores e antenas do SIPAM e definir os produtos decorrentes; Recepção de demandas dos órgãos parceiros por meio das áreas de sistematização de informações.	Péricles Riograndense Cardim da Silva	Diretor	10/06/2013
Coordenação Geral de Operações (CGOPE subordinada à DIPRO)	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam, além de assistir o Diretor de Produtos no âmbito de sua atuação.	Eristelma Teixeira de Jesus Barbosa Silva	Coordenador-Geral	02/07/2013
Gerência do Centro Regional de Manaus (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.	Bruno da Gama Monteiro	Gerente	11/06/2007
Coordenação de Inteligência (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Sandro Sales de Oliveira	Coordenador	31/12/2009
Coordenação Técnica (GERÊNCIA/MN)	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação	Sebastião Lopes Bezerra Júnior	Coordenador	30/04/2013

Coordenação Operacional (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação	Paula Edna de Almeida Conceição	Coordenador	26/02/2013
Coordenação de Administração (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Joseane Mary de Queiroz Nascimento	Coordenador	30/10/2008 A 01/11/2015
Gerência do Centro Regional de Belém (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.	Carlos Alberto Ribeiro de Freitas	Gerente	07/03/2008
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Rosa Helena Jacob Pinheiro	Assessor	09/05/2008
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Francisco Alves dos Santos	Assessor	21/05/2013
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/BE)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Luiz Fernando Machado de Oliveira e Souza	Assessor	13/02/2014
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Eduardo da Silva Santos	Assessor	08/04/2013
Gerência do Centro Regional de Porto Velho (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.	Jose Neumar Moraes da Silveira	Gerente	17/09/2004
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Tokio Nakashima Filho	Assessor	22/01/2013
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/PV)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no	Zeno Rodrigues Viana Filho	Assessor	27/10/2006

	âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.			
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Ana Cristina Santos Strava Correa	Assessor	09/08/2012
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Andrea Batista de Oliveira Sá	Assessor	11/07/2013

## ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM

Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013.



### **3.6 Macroprocessos finalísticos do Censipam**

O CENSIPAM possui três macroprocessos finalísticos.

#### **Macroprocesso: Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica**

##### **1) Previsão meteorológica de tempo e clima.**

Este processo tem como dados de entrada as imagens de satélites meteorológicos e ambientais, os dados dos radares meteorológicos e das estações meteorológicas de superfície. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os boletins de tempo e clima para a região.

##### **2) Emissão de alertas e boletins Hidro meteorológicos.**

Este processo tem como dados de entrada os modelos digitais das cidades ribeirinhas, os dados de fluxo e vazão dos rios e os dados meteorológicos de chuva. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os alertas e boletins técnicos para a região.

##### **3) Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto.**

Este processo tem como dados de entrada imagens óticas e de radar de abertura sintética aéreas e orbitais. Em seguida estas imagens são tratadas e analisadas gerando mapas temáticos para aplicações em apoio ao planejamento e à intervenção.

<b>MACROPROCESSO: Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica</b>		
<b>PROCESSO</b>	<b>PRODUTO OU SERVIÇO</b>	<b>RESULTADOS EM 2015</b>
Previsão meteorológica de tempo e clima e alertas hidro meteorológicos	Boletins e previsões de tempo e clima e alertas hidro meteorológicos.	127.381 boletins/previsões/alertas elaborados.
Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto	Análise de imagens aéreas e orbitais para elaboração de mapas temáticos de: desmatamento, identificação de ilícitos, de risco, de suscetibilidade, potenciais hídricos, sedimentação dos rios, entre outros.	1.460.246 km <sup>2</sup> processados e analisados.

#### **Macroprocesso: Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica**

A Coordenação-Geral de inteligência (CGINT) participa do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), no Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com ênfase ao Narcotráfico (CICCON), na Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), no Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos na Amazônia Legal.

Os Relatórios foram produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa). No ano de 2015 a Coordenação Geral de Inteligência teve como resultado de suas atividades no decorrer do ano a produção de 229 (duzentos e vinte e nove) Produtos de Inteligência.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle (PLACON), a CGINT apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual, no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando as

tecnologias disponíveis, como: terminais de VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam a ligação de comando e controle entre os órgãos nas Operações; equipes de auxílio ao Planejamento e Controle de Operações, Sistemas de Gerenciamento de Pistas aéreas, software de mineração de dados e equipamento Radar de baixa altitude; tudo com a finalidade de proporcionar a tomada de decisão do órgão competente para execução da missão preestabelecida pela autoridade competente. No ano de 2015 a Coordenação Geral de Inteligência participou de 20 Operações de apoio realizadas compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle dos órgãos do Governo Federal e Estadual na Amazônia Legal.

### **Macroprocesso:** Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica

O principal óbice para apoio de comunicação via Satélite aos parceiros do Sipam é a dificuldade de manutenção do parque distribuído na região, pois muitos se encontram em localidades inóspitas e completamente desprovidas de outro meio de comunicação confiável, que demanda equipe mobilizada e recursos para diárias, passagens e material de consumo.

A instalação e a manutenção de terminais são realizadas através de planejamento e logística próprios do Censipam, que organiza durante o exercício, a execução de diversas missões de campo para atendimento a este parque de equipamentos.

Os resultados do exercício foram: 9 terminais instalados, 15 terminais retirados, 6 terminais realocados e 307 manutenções realizadas, em mais de 70 missões de campo.

#### Principais insumos

Recursos humanos para compor equipes de manutenção e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e permanente para manutenção do parque de antenas.

#### Principais fornecedores

**Star One S/A** – Fornecedor do segmento espacial do satélite Star One C1 que viabiliza a banda de comunicação para os terminais VSat.

**Gilat do Brasil S/A** – Fornecedor de todos os equipamentos, desde a Hub (equipamento central de controle) até as VSat (terminal de comunicação com antena), bem como fornecedora de serviço de suporte e garantia dos equipamentos.

#### Principais parceiros externos à unidade

**Ministério do Desenvolvimento Social:** parceria para disponibilização de 176 terminais de comunicação para viabilizar o Cadastro Único em localidades extremamente carentes da Amazônia, com rateio de despesas referentes à manutenção e disponibilização desses terminais.

**Exército Brasileiro:** cooperação para disponibilização de militares para compor equipe conjunta de manutenção, otimizando custos e prazos de atendimento.

**Tribunal de Justiça do Amazonas:** mais de 60 terminais para viabilizar o Programa de Justiça Digital no Amazonas, permitindo o trâmite online de processos que antes levavam semanas para tramitar da comarca ao tribunal.

QUADRO A.3.6 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica	Produção de dados e informações meteorológicas, climáticas, hidrometeorológicas e de sensoriamento remoto para a proteção da Amazônia, por meio de recursos próprios, tais como aeronaves de sensoriamento remoto, redes de sensores e radares meteorológicos, rede de comunicação de dados, além de insumos provenientes de contratos e parcerias.	Imagens de sensores remotos, boletins e alertas meteorológicos e hidrometeorológicos, mapas de suscetibilidade, mapas de risco, alertas de desmatamento, modelos digitais de terreno.	Órgãos Federais, Estaduais e Municipais com atuação, programas, projetos e atividades na região. Defesas civil federal e estaduais, CPRM, EPE, DNIT, Forças Armadas, IBAMA, ICMBio, FUNAI, integrantes do SIPAM.	CGOPE (Brasília) e COPER's (Belém, Manaus e Porto Velho)
Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica	Produção de conhecimento de inteligência para os integrantes do SIPAM participantes do SISBIN, além de apoio ao planejamento e controle de operações dos órgãos de combate aos ilícitos.	Relatórios de inteligência, mapas temáticos, boletins meteorológicos, serviço de comunicação satelital de voz e dados, além de infraestrutura de apoio ao planejamento e controle nas instalações do CENSIPAM.	IBAMA; ICMBio; FUNAI; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Segurança Pública do Pará, de Rondônia, do Amapá e do Amazonas; ABIN; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Defesa	CGINT (Brasília) e COINT's (Belém, Manaus e Porto Velho)
Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica	Disponibilização de terminais de comunicação fixos e transportáveis em apoio às instituições que atuam na região amazônica, buscando a integração digital e a troca de informações.	Serviço de comunicação de dados e voz, com conexão à Internet para acesso a sistemas governamentais.	MDS, TJ/AM, SSP/AC, Exército Brasileiro (pelotões de fronteira), FUNAI, ICMBio, Polícia Federal.	CGTIC e CGMAT (Brasília), e COTEC's (Belém, Manaus e Porto Velho)

---

## **4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

---

### **4.1 Planejamento Organizacional**

---

O planejamento estratégico do Censipam foi estruturado a partir das definições de missão, visão e valores do órgão. Em seguida, foram feitas análises dos ambientes interno e externo e o mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim, foram definidos 10 (dez) objetivos estratégicos a serem atingidos no período 2012-2023. Os objetivos estratégicos estão distribuídos, no nível tático em 65 ações estratégicas. No nível operacional o Censipam conta com 501 metas e/ou etapas das quais foram selecionadas as pertinentes ao exercício 2015 e consolidadas em projetos.

#### **4.1.1 Informações sobre o programa de trabalho e as estratégias de execução**

O Censipam buscou como estratégia para a execução do programa de trabalho o fortalecimento da gestão por projetos e o aperfeiçoamento dos seus processos internos. A implantação da visão por projetos proporcionou melhores condições de otimizar a execução orçamentária, principalmente nos momentos de contingenciamentos e cortes que ocorreram durante o ano.

A principal dificuldade encontrada para a execução do programa de trabalho foi quanto à definição e padronização de processos de trabalho e a elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas.

Para enfrentar essas dificuldades o Censipam fortaleceu sua participação junto ao Ministério da Defesa no grupo de trabalho de implementação da cultura de gestão estratégica. Os principais objetivos foram: o mapeamento dos processos estratégicos, a construção da cadeia de valor, a identificação de indicadores e o seu alinhamento estratégico, a elaboração de projetos de melhoria e a transformação de processos. No final buscou-se consolidar os projetos no Plano Estratégico de Defesa e na cultura organizacional.

Quanto à elaboração de indicadores o Censipam agregou ao seu quadro técnico dois servidores da carreira de Especialista em políticas Públicas e Gestão Governamental (Gestores Públicos) para auxiliar na formulação de indicadores de gestão e monitoramento do controle interno.

Desta forma, o programa de trabalho foi executado de acordo com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, levando à sociedade e aos parceiros institucionais os produtos e serviços definidos em sua missão institucional.

#### **4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

O planejamento estratégico estabeleceu os objetivos estratégicos do Censipam, que são:

1. Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.
2. Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.
3. Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.
4. Fomentar a Articulação Internacional.

5. Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.
6. Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.
7. Fortalecer a Imagem Institucional.
8. Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.
9. Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.
10. Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.

Para o cumprimento dos objetivos, ações e metas previstas para o exercício foram consolidadas na forma de projetos, sendo os mais relevantes:

- **Amazônia SAR**  
Objetivo Estratégico 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.  
Ação Estratégica 9.1 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em sensoriamento remoto com ênfase em radar.
- **Cartografia da Amazônia**  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.9 – Manter atualizada a base cartográfica temática da Amazônia.
- **Adequação das antenas de recepção satelitais (NOAA e GOES)**  
Objetivo Estratégico 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.  
Ação Estratégica 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico.
- **Atualização da malha viária rural de Rondônia**  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.9 – Manter atualizada a base cartográfica temática da Amazônia.
- **Elaboração de Mapas de Suscetibilidade**  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.9 – Manter atualizada a base cartográfica temática da Amazônia.
- **Estruturação de Pesquisa Aplicada no CENSIPAM**  
Objetivo Estratégico 3 – Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 3.4 – Estabelecer diretrizes para pesquisa aplicada no âmbito do Censipam
- **Expansão da Rede de Sensores Meteorológicos**  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.8 – Manter e aprimorar a produção de dados meteorológicos e climáticos
- **Implantação do Sistema de Alertas Hidrometeorológicos – SAH**  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.7 – Manter e aprimorar a produção de dados hidrometeorológicos

- Monitoramento de focos de calor - Antenas Terascan  
Objetivo Estratégico 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 10.1 – Integrar informações do ordenamento territorial, fundiário e ambiental.
- Regularização Fundiária no Nordeste do Pará – SIGF  
Objetivo Estratégico 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.  
Ação Estratégica 6.3 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à regularização fundiária.
- Esplanada Sustentável  
Objetivo Estratégico 5 – Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura, com responsabilidade ambiental e socioeconômica.  
Ação Estratégica 5.12 - Adotar modelo de gestão organizacional voltado ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica.
- Ampliação de Segurança da Rede  
Objetivo Estratégico 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.  
Ação Estratégica 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico.
- Projeto de Modernização da Infraestrutura Básica de TI  
Objetivo Estratégico 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.  
Ação Estratégica 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico.
- Projeto do Centro de Ajustes de Apontamento Satelital (CAAS)  
Objetivo Estratégico 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.  
Ação Estratégica 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico.
- Projeto de Ampliação da Comunicação de dados  
Objetivo Estratégico 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.  
Ação Estratégica 8.2 – Garantir a disponibilidade de informações via Portal Web.
- Projeto de Atualização do Folder institucional  
Objetivo Estratégico 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.  
Ação Estratégica 7.1 – Divulgar os resultados institucionais.  
Ação Estratégica 7.3 – Elaborar e monitorar o Plano de Comunicação Social.
- Projeto de Identificação Visual Institucional  
Objetivo Estratégico 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.  
Ação Estratégica 7.3 – Elaborar e monitorar o Plano de Comunicação Social.
- Projeto de participação no Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)  
Objetivo Estratégico 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.  
Ação Estratégica 7.1 – Divulgar os resultados institucionais.
- Modernização da Sala de Planejamento e Controle (Placon)  
Objetivo Estratégico 2 - Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos

## Ação Estratégica 2.5 - Aprimorar o planejamento e controle das operações de combate a ilícitos

Dentro do Plano Plurianual (PPA) cabe ao Censipam “modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.”

Quanto às metas do PPA com seus resultados operacionais e análises, obteve-se o seguinte:

### **Meta: Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.**

Quantidade alcançada: 86 %

Análise Situacional da Meta: A meta estabelecida de 90% de modernização não foi alcançada, porém o indicador atingiu 86% de modernização, o que, frente aos recursos financeiros e humanos disponíveis nestes 4(quatro) anos do PPA, pode ser considerado satisfatório.

O indicador considera investimentos e atualizações tanto em equipamentos de TI quanto em softwares operacionais e sensores, muitos desses itens tem impacto direto na performance institucional do Censipam.

A insuficiência de recursos humanos foi o que mais comprometeu o alcance da meta, pois apesar do concurso realizado e as vagas disponibilizadas, as mesmas não foram suficientes para fazer frente ao esvaziamento que ocorreu ao longo dos 6 anos que precederam o concurso, os servidores que ingressaram ainda necessitaram de capacitação e ambientação às atividades e às peculiaridades da arquitetura tecnológica do Censipam.

A evasão continua acontecendo e a área técnica pode ser comprometida em sua capacidade de manter operacional e de modernizar a infraestrutura tecnológica.

### **Meta: Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal**

Quantidade alcançada: 91,3 %

Análise Situacional da Meta: A meta de 90% foi atingida, tendo o indicador alcançado 91,3%. O atingimento da meta deveu-se à priorização dos recursos com diárias e passagens para as equipes de campo, tanto do Censipam quanto de órgãos parceiros, bem como ao empenho dessas equipes. Ressalta-se que, a meta dificilmente seria atingida se não fosse o envolvimento dessas equipes de órgãos parceiros que nos apoiam nessa atividade.

Nesse aspecto, diversos acordos e parcerias foram estabelecidos ao longo dos 4 (quatro) anos do PPA, em especial o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o Exército Brasileiro e o Tribunal de Justiça do Amazonas, acordos esses que ajudaram o Censipam a estabelecer uma cooperação para logística e manutenção compartilhada do parque de antenas VSAT distribuído na Amazônia, o que elevou os índices de operacionalidade e de qualidade do acesso de comunicação disponibilizado às instituições na região.

### **Meta: Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.**

Quantidade alcançada: 74 Produtos cartográficos náuticos

Análise Situacional da Meta: No ano de 2015, foram elaboradas e atualizados 10 produtos cartográficos náuticos.

A meta vem sendo focada nos rios que possuem interesse estratégico e cuja importância econômica, intensidade da navegação e variabilidade ambiental justifique atualizações contínuas das cartas náuticas.

Assim, o acumulado no período soma 74 produtos cartográficos náuticos, que representa 66% da meta.

O esforço da produção cartográfica náutica é dedicado a elaboração de cartas náuticas e a atualizações daquelas existentes. Para tanto, foram investidos recursos para dotar a Marinha do Brasil de cinco navios especializados nesta tarefa.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também demais ações relacionadas à cartografia.

**Meta: Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Quantidade alcançada: 223 Técnicos

Análise Situacional da Meta: No período referente a 2015 foram capacitados em Geoinformação aplicada a diversas temáticas 135 agentes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, o que, no acumulado, totaliza o número de 223 servidores capacitados durante o PPA 2012-2015.

A meta planejada no PPA foi atingida em 17,15% devido às restrições orçamentárias envolvendo diárias e passagens, um dos principais recursos para atingimento da meta, considerando que a capacitação planejada era presencial.

No entanto, tendo em vista a expectativa de não cumprimento da meta, nas revisões de 2013 e 2014, foi solicitada a exclusão da mesma, as quais não foram acolhidas pelo Ministério do Planejamento.

Ao mesmo tempo, o Censipam continuou trabalhando as capacitações em geotecnologias, com custos arcados pelos órgãos parceiros, e com algumas iniciativas por videoconferência, nas instalações dos Centros Regionais, em áreas voltadas para os programas/projetos Amazônia SAR, Suscetibilidade, Hidrologia, Meteorologia, Sensoriamento Remoto dentre outros.

**Meta: Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras**

Quantidade alcançada: 504 Antenas

Análise Situacional da Meta: A meta de 1.000 terminais foi estipulada em um cenário onde se esperava ter acesso à banda satélite suficiente para todos esses terminais. Ocorre que ao longo dos 4 anos do PPA, com a oferta reduzida de segmento espacial, aliada ao alto custo dos mesmos e à disponibilidade limitada de recursos financeiros, houve impossibilidade de aquisição de banda suficiente.

Apesar do acréscimo de 25% no contrato da banda satelital do Censipam, a evolução tecnológica e a demanda crescente das aplicações e dos parceiros por tráfego de dados, fizeram com que o Censipam, logo no segundo ano, interrompesse a expansão da rede e voltasse seus esforços para atender com qualidade e velocidade a demanda real e atual dos parceiros. Por esse mesmo motivo, os 504 terminais atualmente instalados ainda sofrerão uma otimização ao longo dos próximos anos, caso o Censipam não consiga ampliar seu contrato de banda satelital.

Caso a meta fosse atingida, significaria dividir a banda satelital atual por 1.000 terminais de comunicação, o que entregaria a cada um deles, de fato, uma velocidade de acesso pior do que uma linha discada. Entre o atingimento da meta de instalação de terminais e o cumprimento da missão institucional de apoio à integração dos órgãos na Amazônia, optou-se pelo segundo com um número menor de terminais.

**Meta: Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).**

Quantidade alcançada: 1.565 Ortoimagens

Análise Situacional da Meta: Ao todo foram entregues 209 ortoimagens totalizando 1565 no período do PPA, o que representa 32% desta meta.

Os saldos restantes da meta serão programados para o próximo PPA.

Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram

prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também demais ações relacionadas à cartografia em todo território nacional.

#### **Meta: Editar e imprimir 610 cartas topográficas.**

Quantidade alcançada: 292 Cartas topográficas

Análise Situacional da Meta: Até 31 de dezembro 2015 foram entregues 292 cartas topográficas que representa 47,86% da meta do PPA.

O não cumprimento pleno da meta se justifica pelo fato que a elaboração de cartas topográficas terrestre é a última etapa do processo de produção do Projeto Cartografia da Amazônia, pois é antecedida pelo aerolevantamento, processamento, geração de modelos digitais do terreno e de superfície, elaboração de ortoimagens e arquivos de estratificação vegetal.

O saldo faltante está reprogramado para o próximo PPA.

#### **Meta: Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.**

Quantidade alcançada: 1.520 Arquivos

Análise Situacional da Meta: A consolidação das etapas de aerolevantamento e processamento permitiu que o parceiro executor, Exército Brasileiro, entregasse em 2015, o total de 209 arquivos. A quantidade acumulada é de 1520 arquivos de estratificação vegetal.

Este total representa 24% da meta e o saldo a ser atingido está programado para o próximo PPA.

Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também demais ações relacionadas à cartografia em todo território nacional.

#### **Meta: Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**

Quantidade alcançada: 268.711 Boletins

Análise Situacional da Meta: Durante o ano de 2015, foram elaborados 127.381 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam, sendo 62.770 no primeiro semestre, e 64.611 no segundo semestre. Estes boletins representam o número de boletins elaborados para os principais municípios amazônicos com previsão diária para três dias, atendimentos para rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas, para missões de campo e boletins climáticos.

A partir de 2014 foram realizadas mudanças na metodologia de cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados, visando uma aproximação com o real trabalho realizado, considerando apenas os boletins gerados, e não mais os boletins gerados x número de usuários habilitados a receber.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução além do planejado, o principal deles foi o aumento do número de municípios demandantes, aumento do número de boletins para execução de missões de campo, estabelecimento do convênio com a rede de televisão RBA de Belém.

O total de boletins elaborados ao longo do PPA mostra que a tendência, desde o primeiro semestre de 2014, é que a meta seja ampliada a cada ano. Isso se deve não só a revisão da metodologia utilizada para o cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados como também à ampliação e organização da capacidade de geração de informações meteorológicas pelo Censipam, o que repercutiu na expansão de municípios atendidos e à ampliação da capacidade de atendimento a um número maior de clientes que demandam o produto gerado.

Portanto a meta total do PPA foi ultrapassada totalizando 268.711 boletins para uma previsão global de 157.248, ou seja 171%.

**Meta: Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência**

Quantidade alcançada: 2.429 Produtos

Análise Situacional da Meta: Em 2015, a metodologia de produção de conhecimento seguiu os padrões do Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, porém, continuou com a mesma metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, foi atingido o total de 1022 produtos na área de inteligência, que contribuíram com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia.

O Censipam atuou em várias operações de inteligência na Amazônia, onde destacam-se: as Operações com a Polícia Federal no combate ao narcotráfico na região de fronteira do Brasil; a Operação Onda Verde, coordenada pelo IBAMA, com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata IX e X, coordenada pelo Ministério da Defesa; Operação Curare, coordenada pelo Exército Brasileiro; onde foi envolvido pessoal e material tecnológico do Censipam.

O Censipam participou do planejamento inicial de execução de ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais. Além disso, o Censipam apoiou o Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Brasília-DF e a Marinha do Brasil, na região do Estado do Pará e Campos Novos/RJ, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Operação Abacaxis I e II, em apoio de Planejamento e Controle à FUNAI; disponibilizando pessoal e material tecnológico em apoio às Operações.

Em operações com órgão estaduais, destacaram-se: a Operação Caxiúana III, apoio a Secretaria de Segurança do Pará, Operação COMEN do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte, coordenada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e Amapá envolvendo pessoal e material tecnológico.

Considerações: A quantidade alcançada foi ajustada para o acumulado no período do PPA, totalizando 2.429 produtos de inteligência.

**Meta: Executar o imageamento de 160.000 Km<sup>2</sup> em áreas de não floresta.**

Quantidade alcançada: 131.697 Km<sup>2</sup>

Análise Situacional da Meta: No Período do PPA foram atingidos 131.697 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 82,31% da meta.

Devido a algumas correções técnicas nos produtos gerados em 2014, não foi realizado o aerolevantamento complementar em 2015 sendo apenas reprocessados para melhoria dos dados coletados.

O saldo de aerolevantamento foi reprogramado para o próximo PPA.

**Meta: Executar o imageamento de 571.046 Km<sup>2</sup> em áreas de floresta.**

Quantidade alcançada: 0 Km<sup>2</sup>

Análise Situacional da Meta: Esta meta foi replanejada para o próximo PPA haja vista que não foram disponibilizados recursos orçamentários para aerolevantamentos adicionais em 2015.

Assim sendo, não houve aerolevantamento em 2015.

**Meta: Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)**

Quantidade alcançada: 38 Telecentros

Análise Situacional da Meta: Em 2015 não foi operacionalizado nenhum Telecentro.

Os atuais 38 municípios atendidos representam 47,5% da meta proposta de 80 telecentros para o PPA.

Não há perspectiva de renovação ou continuidade da cooperação com o Ministério das Comunicações e o Censipam reavaliará a necessidade de manutenção do link de telecomunicações, para os telecentros que funcionam com Vsat do Censipam.

As dificuldades encontradas para atingimento de operacionalização de 80 telecentros foi decorrente principalmente da não instalação, pelo Ministério das Comunicações, das antenas GSAC nos locais pactuados.

#### **Meta: Monitorar 6 milhões de Km<sup>2</sup> no Programa de Áreas Especiais (ProAE)**

Quantidade alcançada: 10.552.409,52 KM<sup>2</sup>

Análise Situacional da Meta: No ano de 2015, o volume de área monitorada foi de 1.460.246,29 km<sup>2</sup>.

A área monitorada aumentou consideravelmente ao longo do PPA devido a aprovação do Projeto Amazônia SAR, implantação do Sistema ADS 80 de processamento de imagens aéreas e da utilização de imagens gratuitas oriundas do satélite Landsat-8.

Com isso, a meta planejada no PPA foi ultrapassada substancialmente e a perspectiva é de que seja ampliada.

Lembramos que a presente meta foi alterada em 2013, fato esse que gerou a discrepância de dados referentes ao ano de 2012, que deveria ter sido ampliado.

#### **Meta: Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km<sup>2</sup> de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)**

Quantidade alcançada: 0 Km<sup>2</sup>

Análise Situacional da Meta: Para os anos de 2013 e 2014 foi solicitada a exclusão da meta do PPA, no entanto as solicitações não foram acolhidas pelo Ministério do Planejamento. Entretanto, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) tendo participado de diversas ações junto à Policia Federal, ICMBio, Ibama e demais órgãos de repressão ao desmatamento ilegal.

#### **Meta: Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).**

Quantidade alcançada: 1.755 Modelos Digitais de Superfície (MDS)

Análise Situacional da Meta: Foram entregues em 2015, 209 modelos digitais de superfície. O total acumulado para o PPA passou para 1.755 modelos, o que representa 36% da meta.

O saldo a realizar foi reprogramado para o próximo PPA.

Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também a ampliação de ações relacionadas à cartografia em todo território nacional.

#### **Meta: Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).**

Quantidade alcançada: 2.228 Ortoimagens

Análise Situacional da Meta: Em 2015 foram geradas 836 ortoimagens. O total acumulado do PPA é de 2228 ortoimagens o que equivale 45% da meta.

O saldo a realizar foi programado para o próximo PPA.

Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo,

efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também demais ações relacionadas à cartografia em todo território nacional.

#### **Meta: Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).**

Quantidade alcançada: 1.693 Modelos Digitais do Terreno (MDT)

Análise Situacional da Meta: Foram entregues 209 modelos em 2015. O valor acumulado da meta atingiu 1693 modelos entregues no período do PPA o que representa 27% da meta.

O saldo a elaborar foi replanejado para o próximo PPA.

Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.

Essa Infraestrutura permanece como legado para a União, que possibilitará não apenas a conclusão da meta, mas também demais ações relacionadas à cartografia em todo território nacional.

#### **Meta: Produzir 189 cartas geológicas.**

Quantidade alcançada: 78 Cartas geológicas

Análise Situacional da Meta: Foram elaboradas 28 cartas geológicas em 2015, devido as dificuldades orçamentárias.

A meta atingida no PPA foi de 78 cartas topográficas o que representa 41% da meta.

O saldo a realizar foi replanejado para o próximo PPA.

Devido à restrição de recursos, foi priorizada a infraestrutura dedicada às cartas náuticas e cartas terrestres. O que levou o parceiro executor Serviço Geológico Brasileiro a captar recursos junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), fora da região Amazônica.

#### **Meta: Produzir 82 cartas aerogeofísicas.**

Quantidade alcançada: 149 Cartas aerogeofísicas

Análise Situacional da Meta: Foram entregues 86 cartas aerogeofísicas em 2015 totalizando 149 cartas.

A meta foi atingida em 181% haja vista que o parceiro executor Serviço Geológico Brasileiro ampliou a área de aerolevantamento necessária à cartografia geológica.

### **4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

O planejamento estratégico do Censipam encontra-se implementado e em execução. Em 2015 ele foi revisado e a nova versão foi atualizada no endereço eletrônico do órgão na internet.

Sua homologação se deu pela Portaria nº 10 GAB Censipam/Diger Censipam/Censipam/SG-MD, de 25 de fevereiro de 2016.

As versões anteriores do Planejamento Estratégico 2012-2023 foram aprovadas pelos diretores e divulgadas internamente

As alterações contempladas na revisão de 2015 não alteraram significativamente o conteúdo do planejamento. A matriz SWOT foi analisada e atualizada, mas sem grandes alterações. Também foram atualizadas algumas ações estratégicas, que foram unificadas sem prejuízo aos objetivos estratégicos.

#### **4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

O planejamento do Censipam é executado levando-se em consideração o plano plurianual (PPA) em seu “Objetivo 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia”, cuja vinculação com suas competências institucionais, previstas no Decreto nº 7.974/2013, pode ser melhor visualizada no quadro abaixo:

VINCULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS COM O PLANO ESTRATÉGICO

<b>Competências Institucionais</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>
<p>- Propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia -CONSIPAM;</p> <p>II - Fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p> <p>III - Coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;</p> <p>IV - Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;</p> <p>V - Supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;</p> <p>VI - Articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;</p> <p>VII - Desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM.</p>	<p>OE 1- Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.</p> <p>OE 2- Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.</p> <p>OE 3 – Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.</p> <p>OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.</p> <p>OE 5 – Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura, com responsabilidade ambiental e socioeconômica.</p> <p>OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.</p> <p>OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.</p> <p>OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.</p> <p>OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.</p> <p>OE10– Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>

#### **4.1.5 Desdobramento do plano estratégico**

O planejamento estratégico do Censipam desdobra os objetivos estratégicos (OE) em ações estratégicas (AE) e essas, por fim, em metas. As ações estratégicas do órgão, relacionadas aos respectivos objetivos estratégicos são as que se seguem:

- OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.
- AE 1.1 – Participar efetivamente do Sistema de Inteligência de Defesa -Sinde do Ministério da Defesa.
- AE 1.2 – Participar do planejamento de Inteligência tecnológica dos Comandos de Operações do CMA, CMO e CMN na região da Amazônia Legal.
- AE 1.3 – Participar ativamente das operações do Ministério da Defesa, compondo as células de inteligência da Amazônia.
- AE 1.4 – Integrar-se ao Sistema de Comando da Marinha (Sisgaaz), Comando do Exército (Sisfron) e Comando da Aeronáutica (Sisdabra e Sisceab).

- OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.
- AE 2.1 – Implantar o portal de fiscalização de produtos e subprodutos de origem florestal no âmbito do GGI Ambiental.
- AE 2.2 – Aprimorar os mecanismos de fiscalização de inconsistências em possíveis irregularidades dos processos dos órgãos parceiros.
- AE 2.3 – Aprimorar a efetividade das atividades de Inteligência do ponto de vista dos ilícitos de narcotráfico, garimpo ilegal, ocupação irregular e desmatamento ilegal.
- AE 2.4 – Realizar a integração com os órgãos de segurança estaduais.
- AE 2.5 – Aprimorar o planejamento e controle das operações de combate a ilícitos.
- AE 2.6 – Ampliar a capacidade de análise de ilícitos em voos a baixa altitude, rotas fluviais e terrestres.
- AE 2.7 – Implantar o plano de inteligência conforme as diretrizes do Sistema Brasileiro de Inteligência -Sisbin.
- AE 2.8 – Articular junto ao grupo executivo do Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas para implantação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado, com ênfase ao Narcotráfico -Ciccon.
- AE 2.9 – Integrar os bancos de dados relacionados à fiscalização e repressão a ilícitos utilizando a mineração de dados

- OE 3 – Apoiar o desenvolvimento de pesquisa aplicada, inovação e formação de competências locais na Região Amazônica.

- AE 3.1 – Estabelecer uma política de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Censipam.
- AE 3.2 – Estimular a elaboração de artigos científicos pelos pesquisadores e técnicos do Censipam e a divulgação desses trabalhos em eventos de relevância nacional e internacional.
- AE 3.3 – Elaborar um banco de dados de pesquisas realizadas no ambiente amazônico.
- AE 3.4 – Estabelecer diretrizes para pesquisa aplicada no âmbito do Censipam

- OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.

- AE 4.1 – Elaborar, submeter e implantar projetos de cooperação no âmbito da UNASUL.
- AE 4.2 – Elaborar, submeter e implantar projetos de cooperação no âmbito de outros países de interesse.

- OE 5 – Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura, com responsabilidade ambiental e socioeconômica.

- AE 5.1 – Adequar a estrutura organizacional e o regimento interno.
- AE 5.2 – Formar o quadro permanente de servidores.

- AE 5.3 – Implantar uma gestão de recursos humanos por competências e manter um programa de capacitação continuada.
- AE 5.4 – Regularizar e receber os bens patrimoniais do Censipam e efetuar o desfazimento dos bens inservíveis.
- AE 5.5 – Manter, ampliar e modernizar a infraestrutura predial.
- AE 5.6 – Mapear e redefinir processos de trabalho com criação de indicadores de desempenho, normatização e obtenção de certificação.
- AE 5.7 – Racionalizar e otimizar os gastos de custeio.
- AE 5.8 – Modernizar o processo de gestão documental.
- AE 5.9 – Implantar um sistema integrado de gestão administrativa.
- AE 5.10 – Promover melhoria contínua no âmbito do Plano de Segurança Orgânica nos padrões determinados pelo Sisbin e Sinde.
- AE 5.11 – Promover um ciclo de palestras envolvendo temas estratégicos e parcerias estratégicas (programas e projetos vigentes).
- AE 5.12 - Adotar modelo de gestão organizacional voltado ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

**OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.**

- AE 6.1 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à inclusão digital e educação a distância.
- AE 6.2 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio ao ordenamento territorial.
- AE 6.3 – Ampliar e manter as iniciativas de apoio à regularização fundiária.
- AE 6.4 – Estruturar ações de apoio à saúde pública.
- AE 6.5 – Ampliar e manter as ações de apoio à inclusão social, à geração e distribuição de renda e demais incentivos sociais.
- AE 6.6 – Ampliar e manter as ações de apoio à segurança pública.
- AE 6.7 – Ampliar e manter o apoio ao acesso à justiça e aprimoramento do trâmite dos processos judiciais eletrônicos.

**OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.**

- AE 7.1 – Divulgar os resultados institucionais.
- AE 7.2 – Divulgar as potencialidades da arquitetura tecnológica.
- AE 7.3 – Elaborar e monitorar o Plano de Comunicação Social.
- AE 7.4 – Supervisionar a execução dos Planos Estratégicos, Diretor e de Ação.
- AE 7.5 – Aprimorar a interlocução com os órgãos parceiros federais, estaduais e municipais.

**OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.**

- AE 8.1 – Estruturar, operar e manter o banco de dados integrado do Sipam.
- AE 8.2 – Garantir a disponibilidade de informações via Portal Web.
- AE 8.3 – Viabilizar tecnicamente o intercâmbio de dados institucionais com os órgãos parceiros do Sipam.
- AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico.

**OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.**

- AE 9.1 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em sensoriamento remoto com ênfase em radar.
- AE 9.2 – Fortalecer o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE.

**OE 10 – Ser um centro de excelência em apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.**

- AE 10.1 – Integrar informações do ordenamento territorial, fundiário e ambiental.

- AE 10.2 – Mapear, diagnosticar e acompanhar as políticas públicas na Amazônia Legal.
- AE 10.3 – Fortalecer o Programa SipamCidade.
- AE 10.4 – Interagir e buscar referência com outros centros de excelência.
- AE 10.5 – Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em apoio à gestão territorial e ambiental.
- AE 10.6 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia.
- AE 10.7 – Manter e aprimorar a produção de dados hidrometeorológicos
- AE 10.8 – Manter e aprimorar a produção de dados meteorológicos e climáticos
- AE 10.9 – Manter atualizada a base cartográfica temática da Amazônia.

---

## **4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

---

O monitoramento da execução do planejamento e dos resultados se faz em reuniões ordinárias e específicas com os diretores do Censipam responsáveis pelas áreas finalísticas e administrativas do órgão.

Os projetos mais relevantes são acompanhados e apresentados para Secretaria Geral-MD pelos sistemas (Project) NuEPP.

Os instrumentos de planejamento e monitoramento da execução foram estruturados na forma de planilhas que geram relatórios com a definição das atividades recorrentes e as novas atividades previstas para o ano. Essas novas atividades foram classificadas como projetos e foi apresentado um Plano de Projeto com a descrição dos objetivos, justificativas, orçamento e cronograma, de forma individualizada, para cada projeto.

As apresentações foram focadas para que os gerentes de projeto fizessem um comparativo entre o planejado (esperado) e o realizado, a partir os cronogramas físicos e financeiros, assim como uma análise das causas dos desvios encontrados. Também foi solicitada a exposição das adaptações, dificuldades e restrições enfrentadas e o impacto do projeto na execução orçamentária anual, com a previsão atual de uso do valor aprovado para o ano corrente com as previsões de empenho, liquidação e pagamento.

---

## **4.3 Desempenho orçamentário**

---

### **4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do Censipam e resultados alcançados**

O Censipam é responsável pelo seguinte objetivo no PPA 2012-2015:

*0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.*

- Cabe esclarecer que, inicialmente, havia dois objetivos do Censipam no PPA, quais sejam:
  - Objetivo - 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira. Tal objetivo apresentava as seguintes metas:

- Atualizar 74 cartas náuticas
  - Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)
  - Editar e imprimir 606 cartas topográficas
  - Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal
  - Executar o imageamento de 731.046 Km<sup>2</sup> em áreas de floresta e não-floresta
  - Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS)
  - Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT)
  - Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)
  - Produzir 433 cartas aerogeofísicas
  - Produzir 70 cartas geológicas
- Objetivo 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. Tal objetivo era, inicialmente, composto pelas seguintes metas:
    - Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal
    - Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)
    - Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras
    - Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência
    - Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)
    - Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km<sup>2</sup> de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)
    - Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)
    - Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

No ano de 2013 foi efetuada a revisão do PPA e as metas que ora estavam vinculadas ao Objetivo 0522 foram incorporadas ao objetivo 0533. Também, na oportunidade, os indicadores das metas foram revistos, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Sendo assim, o Censipam ficou com um único objetivo no PPA 2012-2015, composto pelas metas abaixo:

- Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.
- Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal
- Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)
- Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras

- Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal
- Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência
- Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)
- Monitorar 6 milhões de Km<sup>2</sup> no Programa de Áreas Especiais (ProAE)
- Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km<sup>2</sup> de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)
- Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.
- Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).
- Editar e imprimir 610 cartas topográficas.
- Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.
- Executar o imageamento de 160.000 Km<sup>2</sup> em áreas de não floresta.
- Executar o imageamento de 571.046 Km<sup>2</sup> em áreas de floresta.
- Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).
- Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).
- Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).
- Produzir 189 cartas geológicas.
- Produzir 82 cartas aerogeofísicas

Para o cumprimento do PPA os recursos previstos para o período foram de R\$ 266.924.890,00, porém o valor orçamentário total efetivamente disponibilizado foi de R\$ 238.225.478,57, incluindo ações não previstas no PPA, conforme quadro abaixo:

Valor/Ano	2012	2013	2014	2015	Total
Previsto PPA	62.392.000,00	65.199.640,00	68.133.620,00	71.199.630,00	266.924.890,00
Alocado Total	64.493.059,00	62.392.000,00	61.926.232,57	49.414.187,00	238.225.478,57

Os valores alocados citados são líquidos, ou seja, incluem cortes e contingenciamentos e exclui o projeto Amazônia-SAR, que usa fonte de recurso exclusiva.

Da mesma forma que no ano de 2013 as ações orçamentárias foram transformadas em uma única, a ação 20X4 (Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM). Todas as demais ações orçamentárias foram transformadas em planos orçamentários e vinculadas à ação 20X4.

No ano de 2014 e 2015 a construção do edifício-sede do Censipam voltou a figurar como ação orçamentária (13F9).

O Censipam priorizou, durante a execução do Plano Plurianual, algumas áreas, para alinhar-se à realidade orçamentária do período (cortes e contingenciamentos). Desta forma, as metas que obtiveram maior índice de execução foram às metas sensíveis, que interferem nas ações de proteção da Amazônia como a prevenção e repressão ao desmatamento, desintrusão de terras indígenas, combate ao narcotráfico, monitoramento territorial por satélite e radar em áreas especiais (garimpos, estradas, arco de desmatamento); boletins meteorológicos na Amazônia e; a manutenção e modernização da base tecnológica do órgão.

Com isso atingiu, valores acima da meta, para ações como a elaboração de produtos de inteligência (202%), o monitoramento de áreas especiais — PROAE (175%), a elaboração de boletins de previsão do tempo na Amazônia (171%), a operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite instalados na Amazônia (100%) e a modernização da infraestrutura tecnológica (95%).

Contabilizando todas as metas referentes ao Censipam, mesmo com as limitações, principalmente levando-se em conta as características geográficas da região amazônica e o esforço fiscal do Governo Federal, o órgão obteve a média de 72% de execução das metas do Objetivo 0533. Fato que se deu, inclusive, pela realização de parcerias com demais órgãos do governo federal, estadual e municipal, que atuam na região.

Por outro lado, as metas: Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal e Capacitar 1300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial, foram as que obtiveram menor execução, com 47,5% e 17,5%, respectivamente.

A meta relativa à implementação de 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal pactuada no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Censipam e o Ministério das Comunicações, com vigência de 36 meses no período de 2012 a 2015, teve como resultado final a implantação de 32 telecentros.

No referido ACT encontram-se três elos com competências distintas, que ao final deveriam caminhar em sintonia para o efetivo resultado do projeto. Coube à *Secretaria de Inclusão Digital* do Ministério das Comunicações a entrega e instalação de mobiliários, equipamentos de informática e da conexão com a internet (PROGRAMA GESAC). Ao *Censipam*, como entidade proponente, coube o monitoramento e fiscalização dos processos de instalação e operação dos telecentros envolvendo: sistematização e atualização de informações sobre os espaços físicos que abrigaram os telecentros; validação da adequação dos espaços (planejamento e execução de missões de campo); elaboração de ACT com as prefeituras beneficiadas; orientações sobre a instauração dos comitês gestores locais; orientações e acompanhamento processo de seleção dos bolsistas monitores; cadastramento dos bolsistas junto ao CNPq e geração de relatórios trimestrais com status de definição dos locais, entrega e instalação, indicadores de operacionalidade. Já as *prefeituras selecionadas*, como entidade beneficiária, couberam à disponibilização de espaço físico adequado para implantação do telecentros; a garantia de serviços básicos (energia, segurança, água e material de consumo); a seleção de bolsistas monitores; o cadastramento de usuários; a caracterização de público-alvo e o levantamento de demandas de cursos/usos.

O Censipam executou as atividades definidas no ACT, nesse sentido, o custo internalizado neste projeto foi da ordem de R\$150 mil para o custeio de passagens, diárias e combustível para os deslocamentos com veículos oficiais, durante o período da cooperação.

No entanto, as dificuldades encontradas, que culminaram no não atendimento da meta relacionam-se aos entes externos a atuação do Censipam, sendo os principais o descumprimento do cronograma de instalação de equipamentos e das antenas GESAC; as mudanças recorrentes nas diretrizes do programa Telecentros.BR e a morosidade por parte das prefeituras em definir e adequar os espaços destinados aos Telecentros.

O funcionamento de 32 telecentros ocorreu por meio da ação de instalação, por parte do Censipam, de antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal), nos anos de 2013 e 2014, o que possibilitou o acesso de computadores à Internet e a abertura dos Telecentros à comunidade.

A meta de capacitar 1300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial atingiu o percentual de execução de 17,15%. O principal fator de não atendimento à meta foi devido às adaptações ao orçamento anual do período e, principalmente, a redução de recursos para diárias e passagens, com a edição da Portaria MP nº75 de 08/03/2012, já que a estratégia do projeto era presencial.

No período referente a 2015 foram capacitados em Geoinformação aplicada a diversas temáticas relacionadas a programas desenvolvidos pelo órgão, dentre eles: Amazônia SAR, Suscetibilidade, Hidrologia, Meteorologia, Sensoriamento Remoto e outros, um total 135 agentes públicos nas esferas municipal, estadual e federal, o que, no acumulado, totaliza o número de 223 servidores capacitados durante o PPA 2012-2015.

Para os anos de 2013 e 2014 foi solicitada a exclusão da meta na revisão do PPA, no entanto, as solicitações não foram acolhidas pelo Ministério do Planejamento.

A meta de Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 km<sup>2</sup> teve como objetivo quantificar o esforço de análise de imagens de satélites e aéreas, para subsidiar a elaboração de produtos de Geoinformação em apoio ao Programa Terra Legal na observação de propriedades tituladas pelo Programa, verificando o cumprimento das leis ambientais relativas à exploração de recursos naturais da terra, por parte dos proprietários titulados. O monitoramento foi planejado com uso de imagens de satélites como insumos para a análise e interpretação que indicariam os polígonos de supressão de vegetação ilegal ocorrido na propriedade analisada. Para esta meta não houve monitoramento direto, visto que o mesmo seria resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Censipam e o Ministério do Desenvolvimento Agrário que não se estabeleceu durante a vigência deste PPA.

No entanto, o Censipam realiza o monitoramento das glebas públicas federais em conjunto com o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais, que constitui a meta Monitorar 6 milhões de Km<sup>2</sup> no Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE). Com isso, este órgão entende que a referida meta, internamente, foi trabalhada de forma unificada com outra meta, ou seja, os 470.000 km<sup>2</sup> referentes ao Programa Terra Legal estão contidos no Monitoramento de 6 milhões de km<sup>2</sup> de Áreas Especiais. Assim, para os anos de 2013 e 2014 foi solicitada a exclusão da meta na revisão do PPA, no entanto, as solicitações não foram acolhidas pelo Ministério do Planejamento.

O conceito ou definição de Áreas Especiais adotado pelo Censipam é todo espaço geográfico que necessita de monitoramento sistemático (Glebas Públicas Federais, Assentamentos, Áreas de Fronteira, Terras Indígenas, Áreas de Conservação Federal e Estadual, dentre outras).

A meta de Executar o imageamento de 571.046 Km<sup>2</sup> em áreas de floresta foi replanejada para o próximo PPA, haja vista que não foram disponibilizados recursos orçamentários para aerolevantamentos adicionais em 2015. Na primeira revisão do PPA, ocorrida em 2013, solicitou-se que a meta fosse extinta.

Já a meta de Monitorar 6 milhões de Km<sup>2</sup> no Programa de Áreas Especiais (ProAE), atingiu no ano de 2015, o volume de área monitorada de 1.460.246,29 km<sup>2</sup>. A área monitorada aumentou consideravelmente ao longo do PPA devido à aprovação do Projeto Amazônia SAR, a implantação do Sistema ADS-80 de processamento de imagens aéreas e da utilização de imagens gratuitas oriundas do satélite Landsat-8. A meta, incluída no PPA em 2013, atingiu montante de 10.552.409,52 km<sup>2</sup>, colaborando para diversas ações junto a Polícia Federal, ICMBio, IBAMA e demais órgãos de repressão ao desmatamento ilegal.

Quanto à meta Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal (Meteorologia e Clima), esta é de grande relevância para a Amazônia, haja vista que a segurança para o vôo, para a navegação e para a vida dos ribeirinhos, dentre outros, é afetada pela sazonalidade climática e meteorológica da região. O Censipam, desde 2012, vem aprimorando, qualificando, ampliando e divulgando estas informações, bem como fazendo chegar aos órgãos federais, estaduais e municipais e à sociedade pelos meios de comunicação disponíveis.

No início do PPA foram emitidos cerca de 11.000 boletins/previsões de tempo, porém no último período foram contabilizados 127.381. Este desempenho foi decorrente de aprimoramento de métodos, modelos, produção e distribuição de dados, bem como devido a revitalização da infraestrutura de coleta, tratamento e distribuição de dados meteorológicos e climáticos, de superfície e satelital.

Durante o ano de 2015, foram elaborados 127.381 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam, sendo 62.770 no primeiro semestre, e 64.611 no segundo semestre. Estes boletins representam o número de boletins elaborados para os principais municípios amazônicos com previsão diária para três dias, atendimentos para rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas, para missões de campo e boletins climáticos. Portanto, a meta total do PPA foi ultrapassada totalizando 268.711 boletins para uma previsão global de 157.248, ou seja, 171%.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução além do planejado têm-se as mudanças na metodologia de cálculo do número de boletins meteorológicos, visando uma aproximação com o real trabalho realizado, considerando apenas os boletins gerados, e não mais os boletins gerados versus número de usuários habilitados a receber; o aumento do número de municípios demandantes; o aumento do número de boletins para execução de missões de campo e; o estabelecimento do convênio com a rede de televisão RBA de Belém.

Com o projeto Cartografia da Amazônia, o Censipam gerou cartas que facilitam a navegabilidade dos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais e a pesquisa cartográfica e científica.

Como resultado do Projeto no período do PPA, tem-se que a cartografia terrestre executou 71% do total planejado, incluindo o aerolevantamento previsto para as áreas de floresta e não-floresta e a entrega de 14.138 produtos cartográficos. A cartografia náutica executou 44,59% do mapeamento para os trechos de rios navegáveis, com isso entregou 33 produtos cartográficos. Já a cartografia geológica executou o mapeamento geológico e geofísico entregando 218 produtos cartográficos geológicos e geofísicos, o que representa 80,44% do total planejado. Para todo o projeto, o percentual de execução foi de 71%.

O projeto coordenado pelo Censipam, já mapeou mais de 70% do chamado “vazio cartográfico da Amazônia” uma área de 1,8 milhão de km<sup>2</sup> que, até então, não contava com informações cartográficas terrestres. O vazio correspondia a 35% do total do território amazônico e concentra-se em áreas de floresta e de fronteira, nos Estados do Amapá e do Amazonas, além de parte do Acre, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Roraima.

Os produtos cartográficos auxiliam no planejamento e execução de outros projetos, como a construção de rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas. Também vai contribuir para a demarcação de áreas de assentamentos, terras indígenas, áreas de mineração, agronegócio e na elaboração e apoio ao zoneamento ecológico, econômico e ordenamento territorial, a segurança territorial, ao escoamento da produção e ao desenvolvimento regional. As informações ajudarão, ainda, na ampliação do conhecimento sobre a Amazônia Brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial, nas fronteiras.

O Projeto Cartografia da Amazônia, deixa, também, outros legados materiais para o Brasil, visto que a Marinha do Brasil construiu, com recursos do projeto, 5 Navios, sendo 4 (quatro) do tipo AvHoFlu e 1 (um) do tipo NHoFlu, todos com tecnologia nacional. Com recursos do projeto, o Exército construiu um Centro de Processamento de Imagens, para a elaboração das cartas, bem como a modernização de aeronaves e equipamentos da Força Aérea Brasileira.

Durante a vigência do PPA, o Censipam perseguiu o objetivo de modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), priorizando, dentro da realidade fiscal do governo federal, as áreas de maior sensibilidade no contexto de proteção da Amazônia.

Para alcançar tal objetivo, o Censipam manteve a disposição da sociedade civil, a partir da modernização da infraestrutura do SIPAM, produtos e serviços avançados. Produtos que contribuíram para a integração da região e a geração de informações, prevenção a desastres ambientais e acesso à internet em regiões de difícil acesso, onde empresas comerciais não fornecem tal serviço.

Por meio do programa de monitoramento de áreas especiais, o Censipam também realizou trabalho em regiões de fronteira, garimpos, áreas indígenas e nas regiões com maiores índices históricos de desmatamento, com o objetivo de colaborar com órgãos parceiros na prevenção e repressão a ilícitos ambientais. Foi, aliás, fundamental a atuação do órgão no auxílio ao combate a outros ilícitos, emitindo relatórios e demais produtos de inteligência.

#### 4.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade do Censipam

QUADRO A.4.3.2 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UPC – OFSS

Identificação da Ação											
<b>Código</b>	20X4	<b>Tipos:</b> atividade									
<b>Título</b>	Sistema de Proteção de Amazônia – SIPAM										
<b>Iniciativa</b>	020H Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal										
<b>Objetivo</b>	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. <b>Código: 0533</b>										
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058								
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa										
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Outras		Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )								
Lei Orçamentária 2015											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados					
82.792.000	82.792.000	51.824.303	25.451.401	25.548.400	903.001	26.372.901					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
				Previsto	Reprogramado	Realizado					
Produto: Sistema mantido Período da captação: JAN-DEZ			<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
27.205.031	21.217.734	2.801.742	<b>Sistema mantido</b>	<b>1</b>	<b>1</b>						

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

Identificação da Ação											
<b>Código</b>	13F9	<b>Tipos:</b> projeto									
<b>Título</b>	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam										
<b>Iniciativa</b>	020H Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal										
<b>Objetivo</b>	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. <b>Código: 0533</b>										
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058								
<b>Unidade Orçamentária</b>	52101 – Ministério da Defesa										

<b>Ação Prioritária</b>		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras									
<b>Lei Orçamentária 2015</b>											
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação	Paga	Processados	Não Processados					
4.600.000	4.600.000	-	-	-	0	0					
<b>Execução Física</b>											
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante						
Produto: Edifício Construído			Percentual de execução física.		Previsto	Reprogramado					
Período da captação: JAN-DEZ					Realizado						
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>											
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>								
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada					
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>								

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial

#### QUADRO B.4.3.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2000		Tipo: Atividade		
Título	Administração da Unidade				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código: 2120 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Unidade Orçamentária	Ministério do Desenvolvimento Agrário 49101				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outras	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
38.286,64	3.372,66	34.913,98			

Fonte: Tesouro Gerencial

(Restos a pagar referente ao recurso de Cessão de Uso das instalações do Censipam cedidas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário).

São relacionadas as ações governamentais executadas pelo Censipam no exercício de 2015, conforme previsão LOA 2015, bem como quanto ao comportamento de suas execuções orçamentárias:

- A) Ação 20X4 – tem por finalidade promover o funcionamento e a manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), responsável pela produção e veiculação de informações técnicas pela proteção da Amazônia Legal, por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, na consecução de produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas. Destina-se, também, ao funcionamento do

Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), gerenciando pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

Ação 20X4 contou com os seguintes Planos Orçamentários (PO):

- 0002 – Sistema de Cartografia para Amazônia Legal
- 0004 – Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores
- 0005 – Capacitação de Recursos Humanos
- 0006 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência
- 0007 – Levantamento de Dados Territoriais na Amazônia Legal
- 0008 – Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

B) Ação 13F9 tem como descrição a Construção do edifício-sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, para abrigar o quadro administrativo do órgão.

A Lei Nº 13.115 de 20/04/2015 consignou as ações acima um montante de dotação da ordem de R\$87.392.000,00, sendo:

**Ação 20X4 – R\$ 82.792.000,00**

- Fonte 0100: R\$ 57.792.000,00 (Custeio: R\$ 48.261.408,00 e Investimento: R\$ 9.530.592,00)
- Fonte 0181: R\$ 25.000.000,00 (Custeio: R\$ 5.288.434,00 e Investimento: R\$ 19.711.566,00)

**Ação 13F9 – R\$ 4.600.000,00**

Investimento – R\$ 4.600.000,00

QUADRO C.4.3.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CENSIPAM

<b>TIPO DE EXECUÇÃO</b>	<b>UG: 110511 - Censipam/MD</b>
(+) Provisão Recebida	54.462.564,43
(+) Destaque Recebido	3.394.447,40
<b>(=) Total de Créditos Recebidos</b>	<b>57.857.011,83</b>
(-) Crédito Utilizado	45.718.713,52
<b>(=) Crédito Disponível</b>	<b>12.138.298,31</b>

Acompanhamento da Ação		
LOA + Créditos 2015		

Dotação atual (R\$ 1,00):	0,00	82.792.000,00
Empenhado:	0,00	51.824.303,35
Liquidado:	0,00	25.451.401,40
Pago:	0,00	24.548.400,14

RAP Não Processado		
--------------------	--	--

Liquidado a pagar:	0,00	239.260,63
Pago	0,00	20.978.473,56
Inscrito Líquido (R\$ 1,00)	0,00	24.644.420,53
Liquidado efetivo:	0,00	21.217.734,19

#### 4.3.2.1 Execução da despesa por Plano Orçamentário, conforme Plano de Ação e lançamentos no SIOP

##### PO 0002 - Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal (PTRES 085639):

META FÍSICA (Fonte Siop)	PREVISTA LOA/2015	REPROGRAMADA	REALIZADA
<b>Produto:</b> Carta produzida <b>Unidade de Medida:</b> unidade	10.232	3.410	1.800

Após contingenciamento de R\$8.684.502,92 o recurso disponível passou a ser de R\$ 9.589.567,08. Assim o valor liquidado corresponde a 28,4% do recurso liberado.

Ajustando-se linearmente a meta, obtém-se a expectativa de produção de 5.369 cartas. Alcançou-se então 33,5% da meta ajustada.

Já a liquidação correspondeu a 97,9% do recurso liberado.

Este resultado reflete um impulso substantivo na fase de processamento de imagens da cartografia terrestre de aerolevantamentos anteriormente realizados, de operações de levantamento cartográfico náutico com os navios já entregues; e de processamento dos aerolevantamentos geofísicos e geológicos realizados no exercício anterior.

##### PO 0004 – Sistema de Telecomunicações, Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores (PTRES 085650):

META FÍSICA (Fonte Siop)	PREVISTA LOA/2015	REPROGRA- MADA	REALIZADA
<b>Produto:</b> Sistema modernizado <b>Unidade de Medida:</b> unidade	90	72	71

A evolução constante da tecnologia, a vida útil dos equipamentos e a crescente demanda por processamento são preocupações relevantes espelhadas no planejamento estratégico do órgão e impõem a necessidade permanente de atualização desta infraestrutura.

Ressalta-se, inicialmente, que o valor contido no campo Dotação Atual não reflete o efetivamente recebido pelo Censipam (Limite de Empenho), o que interfere diretamente nos percentuais de empenho, liquidação e pagamento, bem como exigiu replanejamento da meta frente a redução dos recursos financeiros.

A execução de 51,5% do PO ainda em 2015 deve-se, principalmente, aos contratos continuados e aos equipamentos adquiridos no primeiro semestre do ano, enquanto os 48% inscritos em restos a pagar são relacionados a aquisições e serviços contratados durante o segundo semestre, e que têm prazos de execução ou entrega/instalação que ultrapassaram dezembro/2015.

A apuração da realização é feita através do indicador de modernização, que considera apenas os equipamentos e soluções que foram devidamente patrimoniadas, ou seja, que passaram por todas as fases da contratação e recebimento. Dessa forma, não impactam no indicador itens que não foram devidamente recebidos, em contrapartida impactam no indicador itens recebidos em 2015 referentes a aquisições de 2014 (restos a pagar de 2014). Para definição do valor do indicador foi utilizada a relação de bens patrimoniais emitida pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do dia 24/12/2015 (contendo todos os bens patrimoniados até a data em questão).

O indicador atual contempla apenas a parte referente à modernização (investimento), sendo que, para um melhor equilíbrio entre o indicador/meta e a execução financeira, é importante definir um novo indicador que contemple, também, os contratos continuados e serviços.

Os resultados obtidos em 2015 com os recursos executados foram a modernização da Central Telefônica dos 4(quatro) Centros do Censipam, a modernização da estrutura de áudio e vídeo dos auditórios, a instalação da nova sala de planejamento e controle (PLACON), modernização da segurança da informação com a instalação dos novos firewalls integrados em todos os Centros e a ampliação da capacidade de armazenamento (storage) para fazer frente aos projetos em andamento na área operacional, resultados que permitiram alcançar 71% (99% da meta) dos 72% previstos para a modernização (incluídos os itens resultantes de restos a pagar de 2014).

Como resultados esperados para 2016, em decorrência do orçamento de 2015 (inscrição em restos a pagar), teremos os analisadores de espectro (CAAS) que permitirão que as equipes de campo realizem, de forma autônoma, o apontamento e polarização das antenas VSAT em campo, os contratos de manutenção do radar Saber M60 e dos sistemas GOES e HF/DF, a contratação de acesso à Internet de alta velocidade nos Centros Regionais, expansão para autonomia das Centrais Telefônicas dos Centros Regionais e a modernização da infraestrutura de rede local (switches).

Na LOA 2015, havia previsão de R\$ 15.531.492,00 para o PO4. No entanto, a LME 2015 concedeu crédito de R\$ 11.439.834,00 (73,66%). Desse crédito total recebido do PO4, foram empenhados R\$ 10.566.489,15 (92,37%) e liquidados R\$ 5.442.983,41 (51,51%), inscrevendo-se R\$ 5.123.505,74 (48%) em restos a pagar. Frente ao crédito concedido ter sido 74% do aprovado na LOA, foi necessário realizar reprogramação da meta física original que era de 90% (100% da LOA) para 72% (80% da LOA).

A eficiência ficou em 207% pelo impacto dos equipamentos recebidos em 2015 decorrentes de restos a pagar de 2014, o que beneficiou o indicador de modernização, além do próprio replanejamento da meta física em conformidade com os recursos recebidos.

#### **PO 0005 – Capacitação de Recursos Humanos (PTRES 085653):**

META FÍSICA (Fonte Siop)	PREVISTA LOA/2015	REPROGRA- MADA	REALIZADA

<b>Produto:</b> Servidor capacitado <b>Unidade de Medida:</b> unidade	200	140	76
--	-----	-----	----

O Censipam na sua pré-proposta orçamentária informou que necessitaria para capacitar 200 servidores de recursos no montante de R\$ 320.000,00, sendo limitado o seu pedido em R\$ 224.000,00 na LOA.

O quantitativo de servidores a capacitar foi mantido, mesmo tendo sido o pedido orçamentário reduzido em 30%. A nova meta deveria ter sido ajustada para 140 servidores capacitados.

O Censipam após ajustes disponibilizou R\$ 247.800,00 para o PO 05, possibilitaria a capacitação de 154 servidores.

Foram contratadas 143 capacitações, representando 92,8% da meta ajustada (154 servidores). Desses, 76 servidores foram capacitados em 2015 (despesa liquidada) e 67 servidores serão capacitados em 2016 (despesas inscritas em restos a pagar). As capacitações empenhadas e não liquidados em 2015 não aconteceram pelo motivo de não haver quórum na época da realização do evento, devendo ser realizadas no exercício de 2016.

#### PO 0006 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência (PTRES 085656):

META FÍSICA (Fonte Siop)	PREVISTA LOA/2015	REPROGRA- MADA	REALIZADA
<b>Produto:</b> Relatório elaborado <b>Unidade de Medida:</b> unidade	300	229	102

Para atender as despesas previstas no Plano de Trabalho Anual 2015 do CENSIPAM, bem como as restrições no limite de empenho e movimentação para 2015, foi realizado cancelamento de crédito para atender despesas em outro PO, por meio de solicitação de crédito suplementar por Decreto, ajustando o valor da LOA para o valor da LME 2015. Da dotação atual foram contingenciados R\$ 121.000,00 e obteve-se R\$ 292.179,00 de crédito recebido tendo sido 100% empenhado.

A execução financeira (liquidação) corresponde a 42,7% do crédito recebido, tendo como Restos a Pagar Inscrito o montante de R\$ 167.307,14.

Os resultados obtidos nas operações de inteligência, bem como no planejamento de operações conjuntas coordenadas pela CGINT, sofreram influências de restrições decorrentes de solicitações dos parceiros, além da conjuntura sazonal de clima e injunções administrativas das demais agências participantes.

Desta forma, a atividade da CGINT, que é regida de forma significativa pela demanda dos parceiros e atividades de campo decorrentes das Operações previamente estabelecidas, não atingiu a meta pretendida quanto ao quesito de número de relatórios elaborados, embora tenha atingido resultado satisfatório em relação à qualidade dos produtos.

#### PO 0007 – Levantamento de Dados Territoriais na Amazônia Legal (PTRES 085658):

META FÍSICA (Fonte Siop)	PREVISTA LOA/2015	REPROGRA- MADA	REALIZADA
<b>Produto:</b> Área monitorada <b>Unidade de Medida:</b> km <sup>2</sup>	1.500.000	788.648	28.253

Inicialmente cabe esclarecer que a meta desse PO reflete toda atividade de processamento, análise e interpretação de dados de sensoriamento remoto, expressa na área monitorada, em km<sup>2</sup>, e seu custo é associado à aquisição de imagens de satélites e aerocoletadas.

A dotação do PO é composta por recursos oriundos do Orçamento Federal (fonte 100) e do Fundo Amazônia (fonte 181).

Quanto aos recursos oriundos da fonte 100, a execução reflete o esforço de obtenção de imagens por meio do aerolevantamento realizado pela FAB no uso das aeronaves R99 e R35-A.

Com dotação atual de R\$ 3.555.986,00, essa fonte proveu apenas R\$ 1.435.643,00 de crédito, após sofrer contingenciamento de R\$ 1.920.343,00. Assim o valor liquidado corresponde a 41,5% do recurso liberado.

Ajustando-se linearmente a meta, obtém-se a expectativa de produção de 75.510 km<sup>2</sup> de área monitorada, permitindo o alcance de 37,4% da meta ajustada.

Quanto aos recursos oriundos da fonte 181 Por meio dessa fonte foram disponibilizados na LOA de 2015 a quantia de R\$ 25.000.000,00 para atender colaboração financeira não reembolsável, no âmbito do Fundo Amazônia, destinados a implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital.

Os recursos do contrato com o BNDES são destinados à contratação de serviços, execução de obras civis, aquisição de equipamentos, aquisição de imagens, entre outros.

A liquidação nula e o empenho de apenas 35% do valor recebido deram-se em virtude do contrato com o BNDES ter sido assinado em 20 de julho de 2015, quando o planejamento inicial era em março de 2015, e à alta complexidade dos objetos a serem licitados que demandaram mais tempo de confecção dos objetos do certame que o prazo disponível no exercício.

#### **PO 0008 – Funcionamento e Manutenção do Censipam (PTRES 085660):**

<b>META FÍSICA (Fonte Siop)</b>	<b>PREVISTA LOA/2015</b>	<b>REPROGRA- MADA</b>	<b>REALIZADA</b>
<b>Produto:</b> Centro mantido <b>Unidade de Medida:</b> unidade	4	4	4

Para atender as despesas previstas no Plano de Trabalho Anual - PTA 2015 do Censipam foi feito ajuste no PO 08 estabelecendo um montante de R\$ 22.209.168,00 para o funcionamento e manutenção das unidades administrativas do Censipam.

Destes montante foram contingenciados R\$ 400.000,00, resultando um saldo de R\$ 21.809.163,92.

Foram empenhados R\$ 21.166.244,88, representando 97% dos recursos recebidos.

Foram liquidados R\$ 16.439.818,97 representando 75% dos recursos recebidos, o saldo não liquidado (R\$4.726.425,03) se refere despesas a liquidar de contratos continuados do mês de dezembro 2015, da contratação de serviços de manutenção (extintores) e fornecimento de peças sobressalentes no mês de dezembro de 2015, sendo estas despesas inscritas em restos a pagar.

Não foram utilizados R\$ 642.919,04 dos recursos em razão da não conclusão de processos licitatórios, e da devolução de recursos não utilizados de Termos de Execução Descentralizada - TED. As metas estabelecidas foram plenamente atingidas.

### 4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, estabeleceu os limites de movimentação e empenho e de pagamento (LME) para o Ministério da Defesa, no exercício de 2015, sendo que a Portaria nº 168, de 22 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetivou o detalhamento desses limites. Em face desses instrumentos legais, a Secretaria de Organização Institucional - SEORI/MD, inicialmente, por meio do Memorando nº 192, de 2 de junho de 2015, estipulou o seguinte limite referente ao CENSIPAM.

Limite Definitivo para Fonte 0100: R\$ 52.108.993,00

1º Lote de liberação (junho 2015): R\$ 48.144.725,00

2º Lote de liberação (a definir): R\$ 3.964.268,00

Tendo em vista a publicação do Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015, que estabeleceu novos limites de movimentação e empenho para o exercício de 2015, bem como Portaria MP nº 12, de 03 de agosto de 2015, a Secretaria de Organização Institucional - SEORI/MD, por meio do Memorando nº 288, de 7 de agosto de 2015, estipulou novo limite (LME) para este exercício.

Portanto, a Dotação Orçamentária para execução (limite de movimentação) da Ação 20X4 foi de R\$ 69.814.187,00.

- Fonte 0100: R\$ 44.814.187,00

- Fonte 0181: R\$ 25.000.000,00

Outra dificuldade encontrada pelo Censipam foi empenhar as despesas com a contratação de bens e serviços, muitas já assumidas por meio de contratos, conforme limite estipulado pelo Ministério da Defesa para atender o Disposto na Portaria Nº 172, de 27 de maio de 2015.

Considerando os instrumentos legais supracitados, na fonte 0100, da Ação 20X4, houve um corte/contingenciamento referente a 22,46% da LOA inicial, ou seja, um replanejamento da execução dos gastos/projetos do órgão.

As restrições impostas afetaram os projetos previstos, bem como a demanda destinada a manutenção funcional do Censipam.

Dessa forma ocorreram solicitações de cancelamento/suplementação de Créditos nos Grupos de Naturezas de Despesas (3 e 4) para suprir as necessidades de gastos previstos em cada Plano Orçamentário na Ação 20X4, gerando reprogramação de despesas com serviços/aquisições, cujas licitações demandaram emissões de notas de empenho, em grande parte, no último trimestre do exercício.

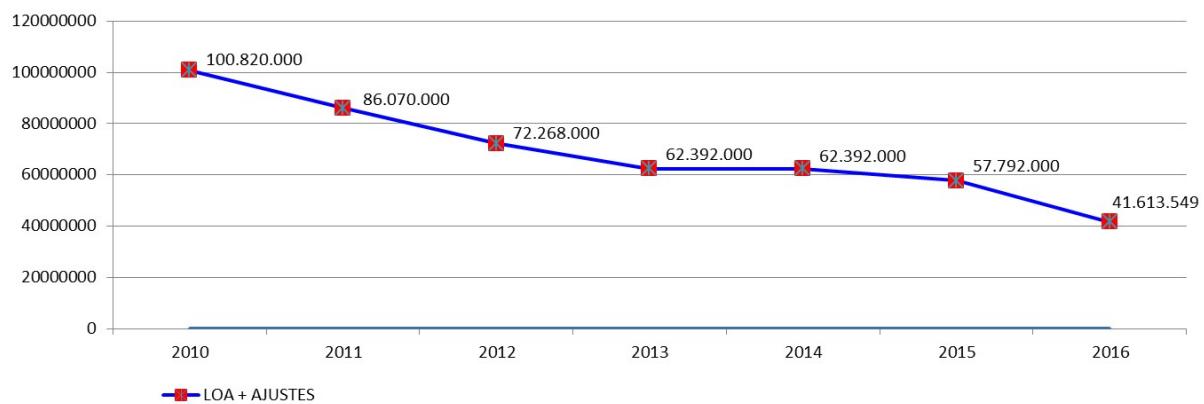
Esse fator foi impactante na execução orçamentária e financeira, favorecendo ao acréscimo dos Restos a pagar inscritos 2015 para liquidação em 2016.

No que concerne às licitações é de relevância citar que o Censipam conta com a análise jurídica do Ministério da Defesa que por sua vez também analisa outros órgãos vinculados, refletindo na demanda dos processos licitatórios, devendo ser computado no prazo total de finalização do processo licitatório o tempo máximo estimado de análise da assessoria jurídica.

Quanto a questões de pessoal, o Censipam não possui quadro efetivo suficiente na área administrativa para atender todas as atividades necessárias, fator que vem comprometendo o andamento do processo no sentido de qualidade do serviço prestado e agilidade da demanda.

Considerando como parâmetro desde a LOA de 2010, os recursos estão mantendo um declínio orçamentário, que está sendo refletido diretamente na execução dos projetos/atividades do órgão.

Gráfico 1 – Histórico LOA (CENSIPAM)



#### 4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas

QUADRO A.4.3.4 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa		Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>		<b>14.211.022,79</b>	<b>21.186.503</b>	<b>14.211.022,79</b>	<b>21.007.458</b>
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência			8.001.797		7.992.584
d) Pregão	14.211.022,79		11.460.120	14.211.022,79	11.317.884
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas			1.724.586		1.696.990
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>		<b>8.842.559,96</b>	<b>8.433.748</b>	<b>8.842.559,96</b>	<b>8.252.053</b>
h) Dispensa		3.921.896,24	4.171.209	3.921.896,24	4.112.274
i) Inexigibilidade		4.920.663,72	4.262.539	4.920.663,72	4.139.779
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		<b>96.560,91</b>	<b>88.048</b>	<b>96.560,91</b>	<b>88.048</b>
j) Suprimento de Fundos		96.560,91	88.048	96.560,91	88.048
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>		<b>3.880.593,40</b>	<b>5.263.441</b>	<b>3.880.593,40</b>	<b>5.263.441</b>
k) Pagamento em Folha		3.487.442,78	3.861.093	3.487.442,78	3.861.093
l) Diárias		393.150,62	1.056.846	393.150,62	1.056.846
<b>5. Outros (Não se aplica)</b>		<b>257.843,94</b>	<b>1.699.646</b>	<b>257.843,94</b>	<b>1.324.524</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>		<b>27.288.581,00</b>	<b>36.671.386</b>	<b>27.288.581,00</b>	<b>35.935.524</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO B.4.3.4 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UPC, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa	Código UO: 52101	UGO: 110407	UG 110511	Executora:
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>12.662.203,42</b>	<b>10.060.045,33</b>	<b>12.662.203,42</b>	<b>10.060.045,33</b>
a) Convite		0		0
b) Tomada de Preços		41.844,42		41.844,42
c) Concorrência		0		0
d) Pregão	12.662.203,42	10.018.200,91	12.662.203,42	10.018.200,91
e) Concurso		0		0
f) Consulta		0		0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0		0
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>7.454.913,94</b>	<b>6.960.493,66</b>	<b>7.454.913,94</b>	<b>6.959.855,66</b>
h) Dispensa	3.299.327,95	3.000.767,88	3.299.327,95	3.000.129,88
i) Inexigibilidade	4.155.585,99	3.959.725,78	4.155.585,99	3.959.725,78
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>96.560,91</b>	<b>88.048,37</b>	<b>96.560,91</b>	<b>88.048,37</b>
j) Suprimento de Fundos	96.560,91	88.048,37	96.560,91	88.048,37
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.880.593,40</b>	<b>4.435.905,94</b>	<b>3.880.593,40</b>	<b>4.435.905,94</b>
k) Pagamento em Folha	3.487.442,78	3.861.093,40	3.487.442,78	3.861.093,40
l) Diárias	393.150,62	574.812,54	393.150,62	574.812,54
<b>5. Outros(Não se aplica)</b>	<b>257.843,94</b>	<b>52.423,60</b>	<b>257.843,94</b>	<b>52.423,60</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>24.352.115,61</b>	<b>21.596.916,90</b>	<b>24.352.115,61</b>	<b>21.596.278,90</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

QUADRO C.4.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
• Despesas de Pessoal	3.632.573	0	3.487.442	0	154.130	0	3.487.442	0
Ressarcimento Despesas Pessoal	3.632.573	3.861.093	3.487.442	3.861.093	154.130	0	3.487.442	3.861.093
• Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
• Outras Despesas Correntes	36.190.826	35.643.114	23.015.188	23.482.025	13.175.005	12.161.089	23.015.888	22.866.351
Outros Serviços de terceiros PJ (39)	24.207.654	21.418.789	11.988.951	13.076.513	12.218.703	8.342.277	11.988.951	12.991.952
Locação de mao-de-obra (37)	9.224.223	6.839.170	9.094.009	6.116.686	130.213	722.483	9.094.009	6.116.687

Material de consumo (30)	1.065.039	2.461.929	256.119	954.178	808.989	1.507.750	256.119	760.403
Demais elementos de despesas	1.693.910	4.923.226	1.676.809	3.334.647	17.100	1.588.579	1.676.809	2.997.309
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
• <b>Investimentos</b>	<b>5.895.311</b>	<b>16.736.624</b>	<b>785.248</b>	<b>9.422.688</b>	<b>5.110.063</b>	<b>7.690.532</b>	<b>785248</b>	<b>9.302.501</b>
Equipamentos e material permanente (52)	3.185.549	14.833.244	652.399	8.864.096	2.533.150	5.969.147	652.399	8.743.909
Outros serviços de terceiros PJ (39)	2.709.762	1.309.356	132.849	140.152	2.576.913	1.169.205	132.849	140.152
• <b>Inversões Financeiras</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>
1º elemento de despesa		0		0		0		0
• <b>Amortização da Dívida</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>
1º elemento de despesa		0		0		0		0

Fonte: Tesouro Gerencial

## Análise Crítica

O percentual das despesas liquidadas em 2015 teve um decréscimo com relação ao exercício anterior, devido ao atraso na aprovação dos recursos da LOA que impactaram diretamente na definição dos projetos finalísticos, refletindo consideravelmente no andamento das licitações, que em grande maioria, findaram entre o terceiro e quarto trimestre do exercício de 2015.

A maioria das despesas por dispensa de licitação referem-se aos gastos com energia elétrica, cujas contratações encontram-se amparadas no Art. 24, inc. 22, da Lei 8.666/93.

Quanto às despesas por Inexigibilidade, grande parte se reporta aos gastos vinculados ao Projeto Amazônia SAR visando aquisições de módulos de processamento de imagens de radar; com estudos e projetos de viabilidade técnico-econômico, por meio da contratação de serviço técnico especializado; e com despesas visando à cessão de segmento espacial para transmissão de dados-transponder.

As despesas do grupo 1- Despesas de Pessoal referem-se aos resarcimentos realizados aos órgãos que cederam servidores, com a finalidade de tornar mais robusta a força de trabalho do Censipam.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, especificamente para serviços tiveram um acréscimo de um exercício para outro devido às repactuações dos contratos que atenderam as alterações previstas em convenções coletivas da categoria, observando os limites vinculados a Portaria nº 172/2015 – MPOG.

Quanto às demais naturezas, bem como aos demais grupos de despesas os recursos foram limitados devido às restrições orçamentárias.

### 4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O Censipam reconheceu dívidas de exercícios anteriores no montante de R\$863.280,45 observando o que rege a legislação.

### QUADRO A.4.3.5 – RECONHECIMENTO DE DÍVIDAS

UG Executora	Favorecido – CNPJ/UG	Natureza obrigação/Contrato	Motivo reconhecimento da dívida	Prazo para Liquidação	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
110511 CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	115406 EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	Serviços de publicidade legal – Contrato nº 25/2011		Dez/2015 a 24/02/2016	3.939,99	3.939,99
	34028316000707 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Serviços Postais – Contrato nº 40/2013	ajuste, tendo em vista valor empenhado em 2014 divergente do contrato	NF emitida em 05/01/2015 e paga em 16/01/2015	2.987,80	2.987,80
	33530486000129 EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	Serviços de Telefonia Móvel – Contrato nº 35/2009		05/12/2014 a 08/01/2015	1.986,46	1.986,46
	110245 FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORG.FINANC.	Serviços de publicidade legal – TC nº 01/2014	cobranças de despesas não pagas na época do contrato, sendo o saldo de RP cancelados	11/11/2014 a 13/11/2015	98.476,15	98.476,15
	03420926000124 GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A.	Internet CCG – Contrato nº 27/2011	despesa executada sem cobertura contratual período 02/12/2014 a 01/01/2015	NF emitida em 02/01/2015 e paga em 02/02/2015	8.498,82	8.498,82
	10760842000103 IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP	Vigilância patrimonial CR-PV – Contrato nº 43/2013	repactuação contratual do período 01/03 à 31/12/2014	NF emitida em 10/03/2015 e paga em 14/04/2015	42.397,35	42.397,35
	10419289000131 MARB SERVICOS LTDA - EPP	Reprografia CCG – Contrato nº 20/2012	ajuste, tendo em vista valor empenhado em 2014 divergente do contrato	NF emitida em 30/12/2014 e paga em 13/02/2015	2.338,60	2.338,60
	07174641000101 MEGANORTE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP (*)	Serviços de limpeza – CR-PV – Contrato nº 19/2011	repactuação contratual	-	12.751,57	7.570,79
	76535764000143 OI S.A.	Serviços de telefonia móvel e fixa	despesa executada sem cobertura contratual	18/11/2014 a 17/12/2015	9.697,26	9.697,26
	84540905000144 P P A COMERCIAL LTDA - EPP	Manutenção Predial CR-PV – Contrato nº 10/2014	repactuação contratual do período 03/2014 a 12/2014	NF emitida em 09/03/2015 e paga em 14/04/2015	3.815,97	3.815,97
	11515036000124 PROMOLOG - LOGISTICA INTEGRADA LTDA - EPP	Transporte de cargas e encomendas – Contrato nº 34/2013		NF emitida em 11/06/2015 e paga em 11/09/2015	14.342,16	14.342,16
	806030 SERPRO - REGIONAL BRASILIA	Sistema Siads – Contrato nº 17/2013		27/11/2013 a 13/01/2014	5.300,00	5.300,00
	02558157000162 TELEFONICA BRASIL S.A.	Serviços de Telefonia Móvel – Contrato nº 31/2009	despesa executada sem cobertura contratual		5.896,69	5.896,69
	07069574000165 VIDICON - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	Vigilância patrimonial CR-BE – Contrato nº 08/2010	repactuação contratual do período 04/2015 a 09/2015	NF emitida em 19/11/2015 e paga em 16/12/2015	655.362,08	655.362,08
	03658432000182 GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE	Plano de Saúde – Convênio 01/2013	reprocessamento referente 12/2014	NF emitida em 07/01/2015 e paga em 03/06/2015	670,33	670,33
<b>Total</b>					<b>868.461,23</b>	<b>863.280,45</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

(\*) Meganorte Serviços Especializados LTDA: consta saldo de empenho, tendo em vista glosas realizadas. O saldo foi inscrito em restos a pagar e será utilizado para pagamento de ações trabalhistas em andamento em desfavor da empresa.

#### 4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

No exercício de 2015 permaneceram registrados no Siafi somente os Restos a Pagar respaldados por prorrogação de vigência.

Houve a necessidade de inscrever em Restos a Pagar Não Processados valores oriundos de emissões de notas de empenhos de contratos de serviços/aquisições emitidas no último trimestre do exercício em questão, não sendo possível liquidá-los no encerramento do exercício.

Quanto aos exercícios anteriores, por trata-se de contratos de serviços específicos, os valores estão sendo geridos para providência referente ao pagamento ou cancelamento de RP.

Considerando que do limite financeiro autorizado para órgão, deve-se deduzir o montante para atender os Restos a Pagar, bem como os valores previstos da execução do exercício corrente, o histórico de gasto demonstra que a liquidação do ano fica prejudicada, haja vista o valor expressivo inscrito como RP nos últimos 2 anos. Para tanto, a Diretoria de Administração e Finanças analisará as medidas possíveis para reduzir os valores inscritos ao final dos próximos exercícios.

Ano do Empenho	RP Insc. e Reinsc. (P/NP)	RP Cancelados (P/NP)	RP Pagos (P/NP)	RP Pagar (P/NP)
2013	1.021.647,08	<b>-602.810,84</b>	261.859,06	156.977,18
2014	14.513.283,18	<b>-2.075.589,84</b>	10.167.610,46	2.270.082,88
<b>Total:</b>	<b>15.534.930,26</b>	<b>-2.678.400,68</b>	<b>10.429.469,52</b>	<b>2.427.060,06</b>

#### 4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

QUADRO A.4.3.7 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
	CNPJ:	07.129.796/0001-26				
UG/GESTÃO :	110551/00001					
	Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no Exercício (em R\$ 1,00)	
		2015	2014	2013	2015	2014
Convênio		0	0			0
Contrato de Repasse		0	0			0
Termo de Cooperação		5	1		6.328.574	14.639.945
Termo de Compromisso		0	0			0
TED	1	0	0	3.000.000	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>3.000.000</b>	<b>6.328.574</b>	<b>14.639.945</b>

**Fonte:** Siafi Operacional

**QUADRO B.4.3.7 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.**

UNIDADE CONCEDENTE					
NOME: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
CNPJ: 07.129.796/0001-26		UG/GESTÃO: 110511/00001			
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTE REPASSADOS		INSTRUMENTOS (QUANTIDADE E MONTANTE REPASSADO)		
			CONVÊNIOS	TERMO DE COOPERAÇÃO	CONTRATOS DE REPASSE
EXERCÍCIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO	CONTAS PRESTA DAS	QUANTIDADE		2	
		MONTANTE REPASSADO		13.201.220,20	
	CONTAS NÃO PRESTA DAS	QUANTIDADE			
		MONTANTE REPASSADO			
EXERCÍCÍOES ANTERIORES	CONTAS NÃO PRESTA DAS	QUANTIDADE			
		MONTANTE REPASSADO			

**Fonte:** Siafi Operacional

**QUADRO C.4.3.7 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

VALORES EM R\$  
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: BOLSA VERDE – SEDR		Instrumentos			
UG/GESTÃO: 440108/00001		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Cooperação	
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão					
Contas analisadas	Quantidade aprovada				
	Quantidade reprovada				
	Quantidade de TCE instauradas				
	Montante repassado (R\$)				
Contas NÃO analisadas	Quantidade			1	
	Montante repassado (R\$)				800.000,00

**Fonte:** Siafi Operacional

#### QUADRO D.4.3.7 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: BOLSA VERDE – SEDR					
UG/GESTÃO: 440108/00001					
Instrumentos da transferência		Quantidade de dias de atraso na análise das contas			
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					
Termo de Cooperação					1
TED					

O Censipam solicitou regularização da conta 811210202 – TED a Comprovar, porém a Concedente Bolsa Verde não finalizou o procedimento no SIAFI.

\_\_\_ SIAFI2015-ADMINISTRA-COMUNICA-CONMSG (CONSULTA MENSAGEM) \_\_\_

Data: 17/02/16 Hora: 10:42:45 Usuario: SHEILA MARQUES

Mensagem: 2015/1712447 Emissora 110511 CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZ de 26/10/15 as 13:43 por SHEILA MARQUES DOS SANTOS Pag. 01/01

Assunto: REGULARIZACAO DE TC0001/SEDR - BOLSA VERDE (672893)

Texto : DO: ORDENADOR DE DESPESAS CENSIPAM (110511)

AO: ORDENADOR DE DESPESAS BOLSA VERDE/SEDR (440108)

RATIFICANDO O OFÍCIO Nº 334/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, DATADO DE 08 DE JULHO DE 2015, SOLICITAMOS PROVIDENCIAS QUANTO REGULARIZACAO DA CONTA 811210202 TED A COMPROVAR, REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO 001/SEDR NUP: 02000.002032/2011-36 - SIAFI Nº 672893.

DE ACORDO COM O RELATÓRIO FINAL O OBJETO FOI TOTALMENTE CUMPRIDO, PARA TANTO, DEVE-SE REALIZAR NO SIAFI A DEVIDA BAIXA CONTÁBIL, PASSANDO DA SITUAÇÃO: A COMPROVAR PARA SITUAÇÃO: CONCLUÍDO.

BRASILIA, 26 DE OUTUBRO DE 2015.

VANGELA MONTEIRO DE SA RABELO  
ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO

QUADRO E.4.3.7 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2015

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
CNPJ: 07.129.796/0001-26 UG/GESTÃO: 110511/00001									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Inicio	Fim	
3	674031	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANCAS/SAF/ANA	535.317,48		535.317,48	535.317,48	19/SET/2012	18/SET/2017	1
3	675853	495001 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	116.427.443,00		0	116.427.443,00	26/FEV/2008	26/FEV/2015	4
3	678770	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	70.312,50		13.404,71	70.312,50	13/FEV/2014	12/FEV/2019	1
3	680690	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANCAS/SAF/ANA	2.454.373,05		859.242,36	2.454.373,05	19/SET/2012	18/SET/2017	1
3	682151	153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.300.034,02		507.564,68	1.300.034,02	14/NOV/2014	13/NOV/2017	1
3	682255	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	139.117,86		0	139.117,86	14/NOV/2014	13/AGO/2016	4
3	682494	153115 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	4.000.000,00		500.000,00	4.000.000,00	16/DEZ/2014	15/DEZ/2017	1
3	682509	120094 QUARTO CENTRO INT. DEF. AEREA CONTR.TFG.AEREO	5.424.369,12		962.263,56	5.424.369,12	15/SET/2014	14/SET/2019	1
TED	685210	495001 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	19.237.370,65		3.000.000,00	19.237.370,65	17/NOV/2015	16/NOV/2019	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído

- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

**Instrumento nº 674031 e 680690:** Termo de Cooperação que celebram a ANA, o MCTI, a AEB, o CNPq, o MD e o CENSIPAM com o objeto de regular a administração e o rateio de despesas do Complexo Administrativo situado no Setor Policial Sul - SPO.

**Instrumento nº 675853:** Termo de Cooperação firmado entre o Censipam e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”. Parceria com os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

O referido termo de cooperação foi finalizado em 25 de fevereiro de 2015, o relatório de encerramento informa que a CPRM executou o mapeamento geológico e geofísico entregando 218 produtos cartográficos geológicos e geofísicos, o que representa 80,44% do total planejado.

Prestação de contas analisada e lançada no Siafi em 2015.

**Instrumento nº 678770:** Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto Gestão e Manutenção da Rede Metropolitana de Pesquisa Metrobel.

**Instrumento nº 682151:** Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRN, tendo como objeto Desenvolvimento de estudos em tecnologia da informação e modernização da gestão pública dos sistemas SIPAC, SIGRH e SIGADMIN.

**Instrumento nº 682255:** Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto Implantação de modelo de gestão de Competência no âmbito do CENSIPAM.

**Instrumento nº 682494:** Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRJ, tendo como objeto a estruturação de ações especializadas definidas através de estudos técnico-científicos para a estruturação de ações especializadas relacionadas com as atividades executadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia, relacionados a "Estudos das potencialidades do Projeto de Cartografia da Amazônia", "Estudos e Monitoramento das Mudanças do Clima" e, "Modelo Logístico para sustentação da arquitetura tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia". O custo total do TED é da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que deverá ser repassado à UFRJ em parcelas anuais, durante a vigência dos 36 meses. Em referência ao total do exercício do ano de 2015 (R\$ 1.000.000,00 - um milhão de reais), o repasse foi feito em duas parcelas de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), uma em 18 de dezembro de 2014, e a outra em 07 de outubro de 2015. A execução física dos três subprojetos acima citados previa a entrega de três relatórios técnicos contendo o Diagnóstico Intrainstitucional, referente à Etapa 1 do Plano de Trabalho. Contudo, apenas o subprojeto "Modelo Logístico para sustentação da arquitetura tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia" foi entregue e aceito pelo Censipam. Já os produtos referentes aos subprojetos "Estudos das potencialidades do Projeto de Cartografia da Amazônia" e "Estudos e Monitoramento das Mudanças do Clima" foram entregues e encontram-se em fase de correções e ajustes.

**Instrumento nº 682509:** Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e o CINDACTA IV, tendo como objeto Disciplinar o fornecimento e rateio

das despesas referentes ao consumo de energia elétrica, contratada junto à empresa amazonas energia do Sistema Eletrobrás, para o complexo de instalações Cindacta IV e do CR-MN.

**Instrumento nº 685210:** TED firmado entre o Censipam e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”.  
Parceria com os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

## ANÁLISE CRÍTICA

Atualmente não há pendências de prestação de contas dos instrumentos conforme Quadro E.4.3.7. Os repasses de créditos são realizados de acordo com o Plano de Trabalho aprovado no instrumento celebrado.

O fluxo de controle definido pelo Censipam prevê que as iniciativas de parceria sejam por proposta externa<sup>1</sup> ou por demanda de execução de atividades de projeto interno que necessite da competência legal ou técnica de outro órgão. Em ambos os casos, em primeiro lugar, é realizada, pela Direção do Censipam, a análise de adequação da proposta de parceria às atribuições legais, à missão e aos objetivos estratégicos desse órgão.

Uma vez aceita como adequada, a proposta segue para a fase de planejamento e elaboração das parcerias. A Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN) é responsável pela orientação processual que visa garantir a completa documentação e exposição dos motivos, do objeto e do objetivo da parceria, bem como a identificação das atividades, seus responsáveis e prazos, confecção do plano de trabalho e da minuta do instrumento.

Em seguida são elaboradas notas técnicas pelas áreas técnicas envolvidas, que relatam sobre a viabilidade técnica de execução, expõem sobre a capacidade e disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para execução do plano apresentado. Baseado na declaração de recursos financeiros apresentada, a DIRAF, emite parecer sobre a disponibilidade, ou não, de recursos para esse fim, essas análises de viabilidade definem se há previsão ou não de capacidade para execução da parceria ou se há necessidade de um rearranjo para viabilizá-la.

Quando as análises de viabilidade indicam condições para execução da parceria, a CGIIN dá prosseguimento ao processo e emite parecer técnico final encaminhado ao Diretor-Geral a fim de dar suporte à decisão quanto à conveniência e oportunidade.

Caso haja definição de continuidade, o processo é encaminhado à CONJUR/MD para análise jurídica.

Ao retornar, o processo é novamente avaliado podendo ser arquivado, caso considerado inviável juridicamente, ou é adequando segundo as orientações da CONJUR/MD, os termos finais são redigidos e assinados pelos representantes dos órgãos partícipes.

O Diretor-Geral, por meio de portaria, nomeia um servidor do Censipam como gestor da parceria para acompanhar à execução do plano de trabalho. Este acompanha a efetiva execução do previsto no Plano de Trabalho, aponta correções ou

---

<sup>1</sup> Órgão da administração pública federal direta ou indireta; dos órgãos da Administração Pública municipal, estadual ou distrital, direta ou indireta, além das entidades da sociedade civil organizada e empresas privadas sem fins lucrativos.

complementações e estando o Cronograma Físico da fase atendido, libera a parcela financeira subsequente.

Segue o acompanhamento até a efetiva conclusão ou extinção da avença e recepciona os relatórios de conclusão, dando um parecer prévio sobre a Execução Físico-Financeira pactuada.

#### **4.3.7.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas**

Para cada parceria, o Diretor-Geral, por meio de portaria, nomeia um servidor do Censipam, como gestor, para realizar o acompanhamento da execução do plano de trabalho e coordenação da análise da prestação de contas.

O gestor busca nas áreas técnicas o suporte para análise dos documentos, produtos e serviços entregues. Em seguida são elaboradas notas técnicas pelas áreas envolvidas (geralmente DIRAF, DITEC, DIPRO, CENTROS REGIONAIS e CGINT), que relatam sobre a conformidade da prestação de contas.

Com base nas notas técnicas das áreas, o gestor consolida o relatório final da prestação de contas.

#### **4.3.8 Informações sobre a realização das receitas**

O balancete da UG – 110511 - Censipam/MD apresenta saldos registrados em contas de controle destinadas à escrituração de receitas, conforme discriminados a seguir:

QUADRO 4.3.8 – RECEITAS ESCRITURADAS NA UG CENSIPAM

Conta Contábil	Natureza da Receita		Saldo
8.9.9.9.1.08.02	19909900	OUTRAS RECEITAS	10.489,76
	19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	4.937,65
	19220700	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	13.322,68
	16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	158,07
<b>TOTAL</b>			<b>28.908,16</b>

Conforme consulta realizada no Siafi, as referidas receitas são oriundas de fontes de recursos do Tesouro Nacional, portanto, são escrituradas na unidade gestora que as arrecadou e, no mesmo momento, a regra de contabilização transfere os recursos financeiros à Secretaria do Tesouro Nacional, mediante o registro dessa transferência na conta 3.5.1.2.2.03.00 - Movimento de Saldos Patrimoniais. Os ajustes efetuados na arrecadação de fontes do Tesouro são contabilizados na conta 4.5.1.2.2.03.00 - Movimento de Saldos Patrimoniais. O valor líquido arrecadado e transferido ao Tesouro é, portanto, a diferença entre as duas contas. Esses recursos não representaram entrada efetiva de recursos financeiros no Censipam, uma vez que foram movimentadas para o Tesouro Nacional.

Tendo em vista acordos celebrados por Cessão de Uso das instalações do Censipam das unidades de Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho, órgãos parceiros repassam recursos conforme percentual estipulado para que o Censipam efetue o

pagamento das despesas relacionadas à manutenção e funcionamento das instalações cedidas, conforme detalhado no item 8.2.4 deste relatório. Houve também recebimento de financeiro referente ao TED firmado com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Além dos repasses recebidos, no quadro abaixo são detalhadas também as receitas de sub-repasses recebidas para pagamento de despesas do orçamento de 2015.

QUADRO 4.3.8.1 – DESCENTRALIZAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS POR ÓRGÃO CONCEDENTE

Órgão Concedente		Recebido
20101	Presidência da República (Agência Nacional de Inteligência – ABIN)	682.539,61
30108	Departamento de Polícia Federal	40.066,23
32205	Agência Nacional do Petróleo	7.100,58
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.169.388,55
53000	Ministério da Integração Nacional	232.365,94
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.020.950,92
52000	Ministério da Defesa (Sub-repasse recebido)	25.929.092,43
<b>Total</b>		<b>29.081.504,26</b>

#### 4.3.9 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

QUADRO A.4.3.9 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	110511	CENSIPAM	0	0	22	74.825,93	10.897,16
2014	110511	CENSIPAM	0	0	23	88.048,37	13.824,13
2013	110511	CENSIPAM	0	0	21	71.920,22	19.467,00

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

QUADRO B.4.3.9 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a+b)
					Saque		Fatura	Valor das Faturas (b)	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	Valor das Faturas (b)	
2015	110511	CENSIPAM	0	0	8	21.734,98	74.825,93	96.560,91	
2014	110511	CENSIPAM	0	0	16	11.081,74	79.966,63	88.048,37	

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

QUADRO C.4.3.9 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
110511	Censipam	33.90.30	33903001	39.718,25
			33903007	600,00
			33903013	19,50
			33903015	270,00
			33903016	365,33
			33903017	1.380,00
			33903019	7.55,93
			33903021	364,25
			33903024	6.090,16
			33903025	214,99
			33903026	7.976,12
			33903028	492,73
			33903039	4.023,28
			33903042	884,37
			33903096	105,05
			33903099	3.105,15
		33.90.39	33903914	1.531,40
			33903916	410,00
			33903919	3.507,00
			33903925	160,00
			33903959	140,00
			33903963	480,00
			33903974	20.381,00
			33903977	770,00
			33903978	115,00
			33903999	2.701,40

A aplicação de recursos nessa modalidade restringiu-se ao indispensável para realização das missões de campo e despesas administrativas, ambas classificadas como despesas de pequeno vulto, tudo de acordo com a legislação vigente.

No momento em que o Ordenador de Despesa delega um servidor como agente suprido, é enviado via malote ao servidor os seguintes documentos:

- Plástico – Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- Cópia do Ofício Circular 08 – Regras Básicas sobre Suprimento de Fundos assinado pelo Senhor Diretor Geral;
- Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de Outubro de 2007;
- Formulário de Controle de abastecimento de veículo oficial;
- Manual do SIAFI - Transação CONMANMF código 02.11.21, atualizado.

Ainda há a orientação ao agente suprido de que busque informações complementares, mediante site da CGU, sobre Leis e Decretos que regulamentam os procedimentos para uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

No início do exercício financeiro através de Ofício, é solicitada a nova Programação Financeira dos Agentes Supridos para o ano corrente e respectivamente o encerramento dos saldos do ano anterior.

#### **4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional**

O Censipam após o recrutamento que se fez de pessoal adequado para estudar o assunto e a coleta de informações para revisão dos indicadores, iniciou em meados de 2015 o processo de reavaliação dos indicadores de desempenho operacional, objeto de comunicação interna expedida às unidades administrativas deste Centro, sendo estruturados novos indicadores que serão implementados somente no exercício de 2016. Aliás, tais medidas visaram a atender às recomendações fixadas pela zelosa Secretaria de Controle Interno deste Ministério, naquilo que depõe o item 2.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas N. 057/2015/GEAUD/CISET-MD, de 5 de agosto de 2015.

Para o exercício de 2015 foram utilizados os seguintes indicadores de desempenho:

QUADRO A.4.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Disponibilidade da infraestrutura satelital	99,6%*	99,5%	99,5%	Mensal	Cálculo da disponibilidade a partir da quantidade de indisponibilidades (ausência de tráfego) ocorridas no servidor Proxy
Operacionalidade do parque de antenas	93%*	85%	87,6%	Mensal	Consulta da operacionalidade das antenas através do Portal de Informações de Manutenção
Modernização da Infraestrutura	59%*	75%	71%	Mensal	Média da razão entre idade de cada equipamento (patrimonial) e a vida útil/tecnológica esperada do mesmo (estimativa técnica de substituição/atualização do equipamento)
Meteorologia, Clima e Hidro meteorologia	Número de boletins, alertas e previsões	39312 Und./ano	127.381 Und	Anual	Soma do número de boletins, alertas e previsões por dia.

	(39.312)				
Análise da dinâmica de uso e ocupação	Área territorial processada e analisada 6.000.000 km <sup>2</sup>	6.000.000 km <sup>2</sup> /ano	1.460.246, 29 km <sup>2</sup>	Anual	Soma da área das imagens de sensoriamento remoto aéreo e orbital processadas e analisadas no período

A superação da meta no indicador de operacionalidade do parque de antenas deveu-se, além da dedicação e desprendimento da equipe de manutenção de campo, às cooperações com os parceiros do Sipam, o que permitiu ampliar a capacidade simultânea de manutenção do parque tecnológico.

O atingimento de 94,7% da meta de modernização da infraestrutura, que é baseada na evolução patrimonial, deveu-se à conclusão tardia de processos de aquisição, o que promoverá a inclusão patrimonial apenas em 2016, e o consequente reflexo no indicador.

## **INDICADOR: DISPONIBILIDADE DA INFRAESTRUTURA SATELITAL**

### **1. Metodologia de cálculo (fórmula e descrição de variáveis)**

A infraestrutura satelital disponibilizada pelo Censipam é constituída de equipamentos específicos para esse fim (HUB e VSAT), bem como equipamentos intermediários (Proxy, Firewall, DNS) e serviços de comunicação (Internet, Infovia, Redecomep, etc.). Para uma medição efetiva de operacionalidade da infraestrutura satelital, a medição é realizada no Proxy, pois ele recebe todas as requisições de acesso, realiza a comunicação com o destino e repassa a resposta ao requisitante.

No proxy, os acessos são registrados em arquivos de LOG contendo a data, a hora, o endereço IP do requisitante, o site/endereço IP requisitado, o tipo e tamanho da resposta, etc.

Para definição de disponibilidade, ficou estabelecido que a existência de tráfego (soma do tamanho das respostas) em um intervalo de 10 minutos indica que o sistema está disponível. Para não considerar acessos negados, ou outros tipos de mensagens equivalentes, uma vez que são atendidas mais de 500 pontos na Amazônia, a margem de 20 Mbytes a cada 10 minutos ficou estabelecida como parâmetro para se definir a disponibilidade.

Os registros do mês são analisados, portanto, de dez em dez minutos, e a quantidade de indisponibilidades, de 10 minutos cada, são registradas. Para cálculo da disponibilidade da infraestrutura satelital temos:

$$D_s = \frac{43.200 - n \cdot 10}{43.200}, \text{ onde}$$

***D<sub>s</sub>***: disponibilidade da infraestrutura satelital

***43.200***: total de minutos em um mês

***n***: quantidade de indisponibilidades de 10 minutos no mês.

Mensalmente essa verificação é feita no Proxy e anotada na planilha de acompanhamento.

A disponibilidade indica qual o percentual de tempo, em relação ao período

verificado, que a infraestrutura ficou operacional (funcionando).

**2. Data de desenvolvimento e de início de utilização para aferição das metas estabelecidas**

Este indicador foi estabelecido no ano de 2014 substituindo outro indicador que verificava a disponibilidade de toda a infraestrutura, pois esse indicador utilizado até então era extremamente complexo e com algumas fontes de dados subjetivas. Através dessa substituição, busca-se um indicador mais objetivo, transparente e acessível.

**3. Fontes de dados utilizados na fórmula de cálculo dos indicadores e a metodologia utilizada para obtenção dos referidos dados**

A única fonte de dados utilizada é a fornecida pelo servidor Proxy em seus registros de acesso, que é verificada manualmente a cada mês.

**4. Justifique se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes**

Qualquer servidor habilitado pode realizar a coleta, bem como o processamento dos dados. Não há metodologia de divulgação específica.

**5. Informar se ocorreu alteração na metodologia de cálculo, desde que foram criados os indicadores, justificando tais alterações**

Este indicador foi estabelecido no ano de 2014 substituindo outro indicador que verificava a disponibilidade de toda a infraestrutura, pois esse indicador utilizado até então era extremamente complexo e com algumas fontes de dados subjetivas. Através dessa substituição, busca-se um indicador mais objetivo, transparente e acessível.

**6. Informar se possui algum e quais são os sistemas (informatizados ou não) de monitoramento dos indicadores e metas relacionadas**

Não há sistema informatizado de monitoramento de indicadores e metas. O registro é feito em planilhas.

**7. Informar metodologia adotada para estabelecimento das metas associadas aos indicadores**

A meta foi estabelecida utilizando um padrão de mercado (empresas comerciais de telecomunicações), e levando em consideração a importância do sistema para as atividades do Censipam e dos órgãos parceiros na região Amazônica e a necessidade de eventuais interrupções para manutenções preventivas e corretivas na infraestrutura satelital ou no sistema elétrico predial.

**8. Informar quais os procedimentos adotados nos casos em que os resultados dos indicadores apresentarem desvios em relação às metas definidas**

A verificação é realizada pela própria Coordenação Geral de Tecnologia da

Informação e Comunicação, que realiza procedimentos operacionais para restabelecimento do sistema.

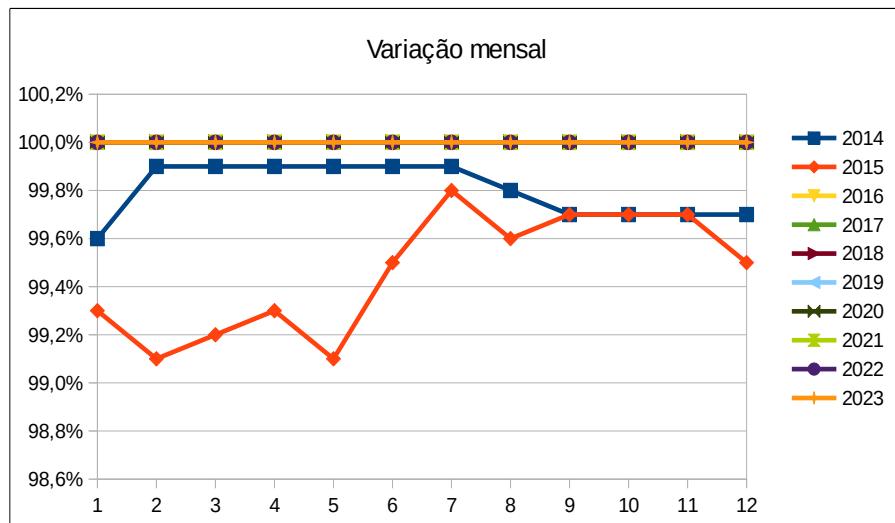
**9. Informar se de fato os indicadores definidos estão sendo de fato utilizados para a tomada de decisões gerenciais (com documentação comprobatória)**

O indicador é utilizado apenas como referência para manutenção de um serviço com qualidade para o usuário, porém as decisões gerenciais são tomadas assim que o sistema se torna indisponível por qualquer motivo que seja, buscando seu restabelecimento imediato, se possível. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais.

**10. Apresentar resultados auferidos pelos indicadores, em séries históricas, por exercício. Caso seja inferior a um ano, apresentar os resultados acumulados por exercício.**

O indicador foi adotado em 2014.

Disponibilidade da infraestrutura satelital (%) (periodicidade mensal)																
Ano	Ref	Prev	Obs	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2014	99,6	99,5	99,8	99,6	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	99,8	99,7	99,7	99,7	99,7	
2015	99,6	99,5	99,5	99,3	99,1	99,2	99,3	99,1	99,5	99,8	99,6	99,7	99,7	99,7	99,5	



**INDICADOR: OPERACIONALIDADE DO PARQUE DE ANTENAS**

**1. Metodologia de cálculo (fórmula e descrição de variáveis)**

A gerência da HUB (equipamento central de gestão do sistema satelital de comunicação VSAT) possui um software de gestão do sistema, o NMS. O NMS controla todas as VSAT ligadas à HUB, e tem informações sobre a disponibilidade de cada uma das estações.

O PIM é um portal de informações de manutenção, desenvolvido pela equipe do Censipam, e uma das tarefas inclusas no PIM é a obtenção diária do status (operacional ou não operacional) de cada VSAT diretamente do NMS. Essa informação é armazenada no PIM e então disponibilizada para a equipe de manutenção.

A equipe de manutenção rotineiramente faz análise das informações coletadas e julga se a estação realmente está não operacional, operacional ou desligada, e registrando o status definitivo no PIM.

A razão entre as VSAT operacionais e a soma das VSAT operacionais e não operacionais, dá o percentual de operacionalidade do parque de antenas:

$$O_{VSAT} = \frac{V_{Op}}{V_{Op} + V_{NOp}}, \text{ onde:}$$

*O<sub>VSAT</sub> é o indicador de operacionalidade do parque de antenas*

*V<sub>Op</sub> é a quantidade de VSAT operacionais*

*V<sub>NOp</sub> é a quantidade de VSAT não operacionais (com defeito)*

**OBSERVAÇÃO:** as VSAT desligadas (por opção do usuário por não desejar mais utilizar o equipamento) não fazem parte do cálculo, pois são consideradas apenas para efeito logístico, ou seja, um equipamento que deve ser desmontado e retirado pela equipe de manutenção de campo o mais rápido possível.

## **2. Data de desenvolvimento e de início de utilização para aferição das metas estabelecidas**

Este indicador existe no Censipam há mais de 5 anos, no entanto, o novo PIM que foi desenvolvido pela equipe do Censipam foi implantado em 2014. Através dessa abordagem semiautomatizada, busca-se um indicador mais efetivo, transparente e acessível.

## **3. Fontes de dados utilizados na fórmula de cálculo dos indicadores e a metodologia utilizada para obtenção dos referidos dados**

A única fonte de dados utilizada é a própria interface do PIM com as leituras de operacionalidade de cada VSAT. Periodicamente a equipe de manutenção atualiza o status das VSAT utilizando a informação constante das leituras.

## **4. Justifique se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes**

Qualquer servidor habilitado pode verificar as leituras no PIM, no entanto, a decisão de atualizar o status definitivo da VSAT compete à Coordenação Geral de Manutenção Técnica, pois essa decisão tem impactos técnicos, administrativos e logísticos. O sistema PIM, com a informação do indicador na tela inicial, é disponível a todos os servidores habilitados a utilizar o referido sistema.

**5. Informar se ocorreu alteração na metodologia de cálculo, desde que foram criados os indicadores, justificando tais alterações**

Este indicador foi estabelecido no ano de 2008, no entanto a forma de cálculo dele sofreu alterações ao longo dos anos, pois as VSAT desligadas eram consideradas inicialmente como não operacionais, depois como operacionais e, finalmente em 2014, desconsiderada para todos os fins exceto logísticos. Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflete a real operacionalidade do parque, pois se um usuário decide não mais utilizar a estação e a mantém desligada por sua própria vontade, essa estação não pode ser considerada nem operacional, nem não operacional, pois se trata de um caso apenas de retirada imediata do equipamento para disponibilização a outro órgão parceiro que realmente possa fazer uso do sistema.

**6. Informar se possui algum e quais são os sistemas (informatizados ou não) de monitoramento dos indicadores e metas relacionadas**

O PIM é um sistema informatizado de monitoramento do indicador, porém as metas não são monitoradas de forma informatizada. O registro do indicador é feito mensalmente em planilhas para acompanhamento do indicador e das metas.

**7. Informar metodologia adotada para estabelecimento das metas associadas aos indicadores**

A meta foi estabelecida utilizando levando em consideração a importância do sistema para as atividades do Censipam e dos órgãos parceiros na região Amazônica, as condições atmosféricas e climáticas da região e a extrema dificuldade de manutenção e de logística, além da reduzida equipe para realizar as manutenções.

**8. Informar quais os procedimentos adotados nos casos em que os resultados dos indicadores apresentarem desvios em relação às metas definidas**

A Coordenação Geral de Manutenção monitora constantemente as VSAT não operacionais e desligadas, realizando missões de manutenção de campo assim que possível para operacionalização ou retirada, conforme o caso, dos equipamentos. O indicador é utilizado como parâmetro de eficiência e ações de gestão são realizadas nos Centros Regionais quando se verifica quedas expressivas do indicador.

**9. Informar se de fato os indicadores definidos estão sendo de fato utilizados para a tomada de decisões gerenciais (com documentação comprobatória)**

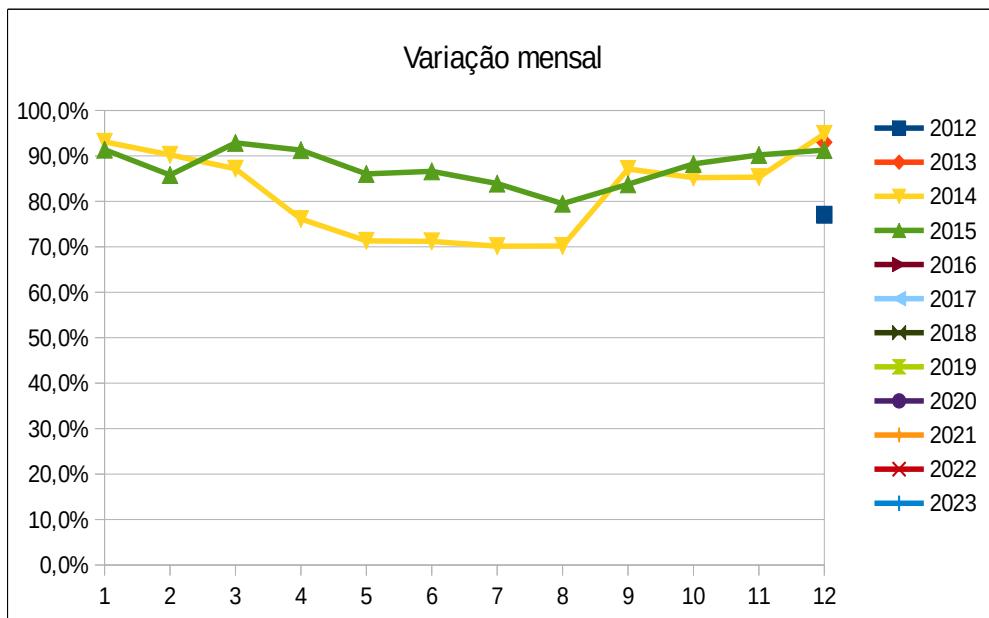
O indicador é utilizado apenas como referência para manutenção de campo, porém as decisões gerenciais são tomadas assim que são verificadas indisponibilidades das VSAT, com planejamento da missão de campo e execução da mesma, buscando seu restabelecimento no menor prazo possível. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais ligadas ao indicador.

**10. Apresentar resultados auferidos pelos indicadores, em séries históricas, por exercício. Caso seja inferior a um ano, apresentar os resultados acumulados por exercício.**

O indicador foi adotado em 2014.

<b>Operacionalidade do parque de antenas (%) (periodicidade mensal)</b>															
<b>Ano</b>	<b>Ref</b>	<b>Prev</b>	<b>Obs*</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
<b>2014</b>	<b>93</b>	<b>85</b>	<b>94,9</b>	93	90	87	76	71	71	70	70	87	85	85	94,9
<b>2015</b>	<b>93</b>	<b>85</b>	<b>87,6</b>	91,4	85,8	92,9	91,3	86	86,6	83,9	79,5	83,8	88,2	90,2	91,3

\* até 2014, o valor observado (Obs) era o medido no mês de Dezembro. No entanto, a partir de 2015, o valor observado (Obs) será a média das medições mensais do ano considerado.



## **INDICADOR: MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**

### **Metodologia de cálculo (fórmula e descrição de variáveis)**

A infraestrutura de TIC e de sensores do Censipam é extensa, complexa, de alto custo e distribuída nos centros regionais e de coordenação-geral do Censipam e por toda região amazônica.

Pelas características próprias desses equipamentos, além da característica mais marcante da tecnologia atual, que é a rápida obsolescência, modernizações contínuas são necessárias para mantê-los atualizados e cumprindo o fim a que se destinam.

Para auxiliar no monitoramento da modernização, foi elaborada uma planilha que é alimentada pelo setor de patrimônio do Censipam, através de uma relação dos bens permanentes, fornecida através do sistema SIADS com as seguintes informações relevantes: número de patrimônio, código SIADS, descrição do material, data e valor.

O número de patrimônio é um número único para cada item permanente, e o identifica exclusivamente. O CÓDIGO SIADS é um número que reflete o agrupamento de itens de um mesmo tipo (porém sem muita generalização), portanto a relação fornecida contém diversos itens com o mesmo CÓDIGO SIADS. A data reflete a data de tombamento no Censipam (e não a de aquisição ou de primeiro tombamento), e o valor reflete o valor de tombamento.

Uma premissa para a elaboração da planilha é que a infraestrutura fosse priorizada conforme a importância e/ou criticidade dos itens. Portanto foram estabelecidos 7 conjuntos genéricos, cada conjunto com um peso específico, conforme a importância ou criticidade de modernização:

CONJUNTO	DESCRIÇÃO	PESO
A	Estações de trabalho	1
B	Impressoras e scanners	1
C	Servidores, storages e backup	2
D	Infraestrutura de rede local	3
E	Infraestrutura de telecomunicações	4
F	Sensores	4
G	Áudio e vídeo	2

*Tabela 1: Conjuntos de tipos de equipamentos com peso específico para média*

Com essas informações, o objetivo é estabelecer um indicador que possa efetivamente demonstrar o grau de modernização desses equipamentos. Para composição desse índice de modernização da infraestrutura, utilizou-se a data de tombamento do equipamento, a projeção de vida útil do tipo do equipamento (prazo previsto para que o item se torne completamente obsoleto ou se degrade a tal ponto de inviabilizar sua manutenção), ressaltando que não se projetou vida útil para cada item, e sim, para itens do mesmo tipo.

Apenas para exemplificar a metodologia, a tabela obtida do setor de patrimônio possuía 8746 itens, que foram agrupados em 163 tipos SIADS para estabelecimento de vida útil e de tipo de conjunto (de A a G).

Um fator importante, e que foi considerado, é que o valor do equipamento é relevante quando do cálculo de qualquer média, pois, monitores de vídeo cujo valor fica em torno de R\$ 300,00, não podem ter o mesmo peso de servidores de alto desempenho que ultrapassam o valor de R\$ 200.000,00. Portanto, o próprio valor do equipamento foi

utilizado como PESO no cálculo das médias.

Portanto, para cada grupo de tipos SIADS, calculamos o peso através dos valores de cada item contido no grupo:

$$S_t = \sum_{n=1}^n V_n$$

, onde:

**$S_t$** : peso do grupo SIADS

**$n$** : quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

**$V_n$** : o valor do item

Em seguida, calculamos a idade média dos itens dentro de cada grupo SIADS:

$$I_t = \frac{\sum_{n=1}^n (H - P_n) V_n}{S_t}$$

, onde:

**$I_t$** : idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

**$n$** : quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

**$H$** : data de hoje ou a data no tempo em que se quer verificar o índice

**$P_n$** : data de entrada do item no patrimônio

**$V_n$** : valor do item

**$S_t$** : peso do grupo SIADS

Calculamos então o índice de modernização para cada grupo SIADS:

$$M_t = \frac{U_t 365,4 - I_t}{U_t 365,4}$$

, onde:

**$M_t$** : índice de modernização do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

**$U_t$** : expectativa de vida útil do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

**$I_t$** : idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

Estabelecidos os índices de modernização para cada grupo SIADS, passamos a agrupá-los nos conjuntos de “A” a “G” conforme tabela 1.

Para cada conjunto é realizada uma média de modernização ( $M_a$  até  $M_g$ ):

$$M_{a..g} = \frac{\sum_{t=1}^n M_t S_t}{\sum_{t=1}^n S_t}$$

, onde:

**$M_{a..g}$** : média de modernização do conjunto, realizada para os conjuntos de “a” até “g” individualmente.

**$n$** : quantidade de grupos SIADS pertencentes ao conjunto.

**$M_t$** : índice de modernização do grupo SIADS.

**$S_t$** : peso do grupo SIADS

**OBSERVAÇÃO:** Esclarecendo que na fórmula acima, dentro de um conjunto  $M_{a..g}$  temos diversos grupos SIADS (por questões de cadastro patrimonial), portanto, o

peso de cada grupo SIADS ( $S_t$ ) foi utilizado novamente para equilibrar a média dos grupos SIADS dentro do conjunto. Caso contrário, todos os grupos SIADS dentro do conjunto seriam tratados igualmente e causaria incoerência em grupos contendo itens de valor muito diferente de outros.

Como resultado por conjunto, para o ano de 2015 obteve-se:

CONJUNTO	Descrição	% MODERNIZAÇÃO
A	Estações de trabalho	70,62%
B	Impressoras e scanners	62,73%
C	Servidores, storages e backup	70,42%
D	Infraestrutura de rede local	74,44%
E	Infraestrutura de telecomunicações	73,89%
F	Sensores	64,13%
G	Áudio e vídeo	78,21%

O cálculo do índice de modernização geral é realizado, portanto, através de uma média ponderada (com pesos estabelecidos na tabela 1):

$$M = \frac{M_a + M_b + 2 \cdot M_c + 3 \cdot M_d + 4 \cdot M_e + 4 \cdot M_f + 2 \cdot M_g}{17}, \text{ onde:}$$

**M:** índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores do Censipam

**M<sub>a</sub>:** é a média de modernização do conjunto de estações de trabalho

**M<sub>b</sub>:** é a média de modernização do conjunto de impressoras e scanners

**M<sub>c</sub>:** é a média de modernização do conjunto de servidores, storage e backup

**M<sub>d</sub>:** é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de rede local

**M<sub>e</sub>:** é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de telecomunicações

**M<sub>f</sub>:** é a média de modernização do conjunto de sensores

**M<sub>g</sub>:** é a média de modernização do conjunto de áudio e vídeo

Portanto, o índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores para o ano de 2015 foi de **71% (setenta e um porcento)**.

#### **Data de desenvolvimento e de início de utilização para aferição das metas estabelecidas**

Este indicador foi estabelecido no ano de 2014 substituindo outro indicador que verificava a modernização de toda a infraestrutura, pois esse indicador utilizado não refletia de forma transparente, objetiva e acessível o índice de modernização.

#### **Fontes de dados utilizados na fórmula de cálculo dos indicadores e a metodologia utilizada para obtenção dos referidos dados**

As fontes de dados utilizadas são:

- Área de patrimônio: informações sobre os itens patrimoniais da área de tecnologia, quantitativos e a data de inclusão dos mesmos no patrimônio

- Área técnica: Estimativa de vida útil para cada um dos tipos de itens (tipos SIADS).

Toda a informação obtida é incluída em uma planilha, para auxiliar nos cálculos. Uma vez incluída uma nova relação, facilmente podem ser obtidos os índices de modernização por tipos SIADS, por conjuntos (A a G) e índice de modernização da infraestrutura. Além disso, a planilha apresenta dados intermediários, como a idade média de tipos SIADS e conjuntos, bem como o valor patrimonial de tipos SIADS e conjuntos, além de outras informações que podem auxiliar na gestão.

**Justifique se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes**

Qualquer servidor pode verificar a data de inclusão no patrimônio e, qualquer servidor técnico habilitado pode estimar a vida útil do equipamento. O processamento é realizado em planilha e a divulgação no momento é restrita aos gestores de TIC pois se trata de um indicador muito recente.

**Informar se ocorreu alteração na metodologia de cálculo, desde que foram criados os indicadores, justificando tais alterações**

Este indicador foi estabelecido há alguns anos, com outra forma de cálculo, pois estimava as modernizações de cada conjunto de equipamentos de forma quase subjetiva (percepção do gestor). Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflete o real índice de modernização do parque, pois a idade do equipamento e sua vida útil, são indicadores objetivos de modernização.

**Informar se possui algum e quais são os sistemas (informatizados ou não) de monitoramento dos indicadores e metas relacionadas**

Não existe, no momento, sistema informatizado para monitoramento do indicador. O lançamento é realizado em planilhas e o registro mensal do valor do indicador é realizado na mesma planilha. A modernização efetivamente realizada visa atingir a meta estabelecida, no entanto, priorizações da alta gestão e dificuldades orçamentárias e técnicas, normalmente alterar a forma de atuação e podem refletir negativamente no indicador, apesar dos esforços e investimentos.

**Informar metodologia adotada para estabelecimento das metas associadas aos indicadores**

A meta foi estabelecida calculando a situação atual e projetando um índice exequível e ao mesmo tempo desejável.

**Informar quais os procedimentos adotados nos casos em que os resultados dos indicadores apresentarem desvios em relação às metas definidas**

As decisões de modernização utilizam o indicador como parâmetro, porém são tomadas em razão do orçamento, equipe e prazos disponíveis. Quando o indicador apresenta desvios em relação à meta, os gestores discutem investimentos que podem ser realizados se houver orçamento disponível, ou se a meta deve ser reajustada para o ano seguinte.

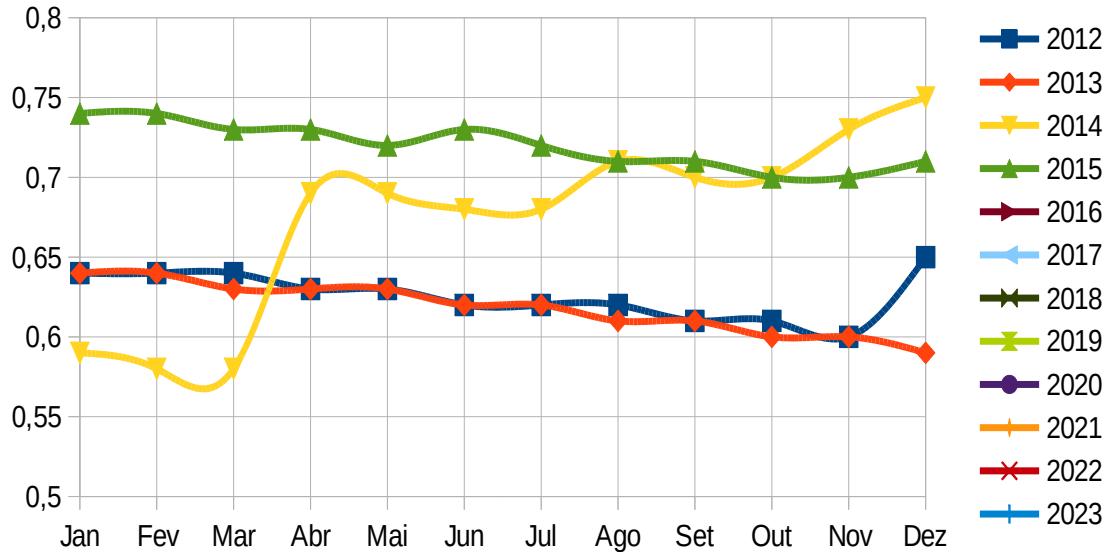
**Informar se de fato os indicadores definidos estão sendo de fato utilizados para a tomada de decisões gerenciais (com documentação comprobatória)**

O indicador é utilizado apenas como referência para decisões de modernização. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais ligadas ao indicador.

**Apresentar resultados auferidos pelos indicadores, em séries históricas, por exercício. Caso seja inferior a um ano, apresentar os resultados acumulados por exercício.**

O indicador foi adotado em 2014.

<b>Modernização da Infraestrutura (%) (periodicidade mensal)</b>															
<b>Ano</b>	<b>Ref</b>	<b>Prev</b>	<b>Obs</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
2012	Dados obtidos pelo histórico patrimonial			64	64	64	63	63	62	62	62	61	61	60	65
2013				64	64	63	63	63	62	62	61	61	60	60	59
2014	59	69	75	59	58	58	69	68	68	68	71	70	70	73	75
2015	59	75	71	74	74	73	73	72	73	72	71	71	70	70	71



---

## 5 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

---

### 5.1 Estrutura de Governança

---

Instâncias da Estrutura de Governança do Censipam:

**a) Comitê Gestor de Planejamento Estratégico:** instituído desde 2007 por meio da Portaria nº 28 Casa Civil/PR, de 19 de março de 2007, publicada no Boletim Interno da Presidência da República, e tendo sua última alteração pela Portaria nº 336/Diger/Censipam/SG-MD de 13/02/2014. Atualmente é composto pelo Diretor-Geral, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Produtos, Diretor Técnico, Assessora de Comunicação Social, Coordenador-Geral de Integração Institucional, Coordenador-Geral de Inteligência, Chefe de Gabinete e pelos Gerentes Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. O Comitê tem por atribuição:

- a. Coordenar e elaborar o planejamento estratégico;
- b. Dar publicidade a todo órgão sobre as definições e diretrizes estratégicas;
- c. Disseminar e incentivar a cultura de excelência no órgão;
- d. Criar as condições de implementação do planejamento estratégico em todo o órgão em todos os seus níveis;
- e. Monitorar e avaliar continuamente o desempenho e os resultados do planejamento estratégico; e
- f. Adotar e apoiar medidas corretivas e de ajuste constante do planejamento estratégico.

Conforme informado na reunião de diretores do dia 24/06/2015, o comitê se reuniria no dia 25/06/2015 para, de acordo com a convocação, revisar o documento do Planejamento Estratégico a fim de avaliar e ajustar, se necessário, as declarações atuais do documento e a manutenção perante o cenário atual.

**b) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – CTIC:** instituído pela Portaria nº 1.696/CENSIPAM/MD, de 22 de junho de 2011, considerando a necessidade de se promover o alinhamento e a integração das decisões e ações do Ministério da Defesa com as do Censipam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

*“Art. 3º - ao CTIC compete:*

*I – analisar e deliberar sobre as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicações alinhadas às do Censipam e submetê-las à homologação do Diretor-Geral do Censipam;*

*II – orientar, aprovar e acompanhar os processos de elaboração e as revisões periódicas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC do Censipam;*

*III – analisar, discutir e aprovar o Plano de Ações, em conformidade com o disposto nas estratégias de execução do PDTIC;*

*IV – acompanhar a implementação do PDTIC garantindo que a sua execução represente um processo de melhoria crescente da governança de TIC no Censipam;*

*V – garantir que as orientações, constantes da estratégia geral de Tecnologia da Informação, publicadas pelo órgão central do SISP, sejam implementadas no Censipam;*

*VI – recomendar medidas visando o aperfeiçoamento da gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações;*

*VII – aprovar padrões e normas técnicas de Tecnologia da Informação e Comunicações;*

*VIII – adotar as demais medidas, decisões e ações pertinentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações de interesse institucional e respaldada pela legislação em vigor;*

*IX – garantir que as ações relacionadas ao PDTIC estejam de acordo com as decisões e orientações emanadas do Ministério da Defesa.”*

Para garantir que o PDTIC seja executado de forma eficiente, a IN 04/14-SLTI também recomenda a implantação de uma estrutura de governança em Tecnologia da Informação (TI) com a criação de comitês de TI, sendo que o comitê de TIC do Censipam foi constituído pela portaria nº 1.696 Censipam/MD, de 22 de junho de 2011, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 026, de 1º de julho de 2011 (fl. N° 1043), e tem a seguinte composição:

- Chefe de Gabinete (presidente);
- Diretor Técnico;
- Diretor de Produtos;
- Diretor de Administração e Finanças;
- Coordenador-Geral e Inteligência;
- Coordenador-Geral de Integração Institucional;

O CTIC não se reuniu em 2015, no entanto o comitê de decisões quanto às ações orçamentárias e priorizações de investimentos de todo o Censipam, cuja constituição amplia a do CTIC, foi realizada no dia 24/7/2015, após a definição do contingenciamento, e a decisão sobre as ações de TIC do Censipam, dentre outras, foi consignada em ata e disponibilizada na Intranet do Censipam no endereço “<http://intranet.sipam.gov.br/atas/ccg/2015/julho>” no documento intitulado “Ata de Reunião de videoconferência com os CRS 24 7 2015.pdf”. Este mesmo comitê ampliado acompanhou a execução das ações de todo o Censipam, incluindo as de TIC, ao longo de 2015, consignando nas atas dessas reuniões, eventuais orientações ou realinhamentos.

**c) Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho – CAD:** instituída pela Portaria nº 706/Censipam/SG/MD, de 21 de março de 2014, destinada a adotar as providências necessárias para estabelecerem os fatores de avaliação de desempenho individual, aprovar processos de estágio probatório, aprovar processos de progressão funcional e de concessão da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT.

Desde sua criação este Centro Gestor não contava com quadro próprio de pessoal. No ano de 2012 foi realizado o primeiro concurso público, objeto do Edital nº

1/Censipam, de 29 de agosto de 2012, para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia – Pleno integrante da carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei 8.691, de 28 de julho de 1993.

O Regimento Interno, que nesta data, está sendo apreciado pela SEORI/MD, constam as seguintes atribuições da Comissão:

*“Art. 2º À CAD compete:*

*I - implementar o Plano de Carreiras estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993;*

*II - avaliar o desempenho do Plano de Carreiras e propor alterações ao CPC;*

*III - desenvolver estudos, analisar e opinar sobre:*

*a) o enquadramento dos servidores nas carreiras;*

*b) a avaliação de desempenho dos servidores nas carreiras;*

*c) a remuneração e benefícios dos servidores das carreiras;*

*d) as atribuições dos cargos das carreiras; e*

*e) todo e qualquer assunto referentes à carreira.*

*IV - atender aos dispositivos da Resolução CPC nº 2, de 23 de novembro de 1994, que fixa normas regulamentadoras de concurso público para provimento dos cargos das carreiras;*

*V – analisar e homologar o processo de avaliação de estágio probatório dos servidores da carreira;*

*VI - analisar e homologar o processo de progressão/promoção funcional dos servidores da carreira;*

*VII - analisar e homologar os processos referentes à concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia;*

*VIII - zelar pelo fiel cumprimento da legislação; e*

*IX - levar ao conhecimento do CPC qualquer irregularidade verificada na aplicação da legislação sobre as carreiras de Ciência e Tecnologia.”*

---

## **5.2 Sistema de Correição**

---

O Censipam como órgão integrante da Administração Central do Ministério da Defesa, encaminha eventual necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, de acordo com o previsto no Inciso IV, do Artigo 30 do Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013, desde a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

Os lançamentos dos processos abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD, que ainda estão em andamento, são de competência da Casa Civil da Presidência da República descritos a seguir:

Processo	Objeto	Modalidade		Situação Atual
		Sindicância	PAD	
00012.000596/2007-93	Suposta Irregularidades: empresas Imagem GeoSistemas & Comércio Ltda e Intersat Imagens de Satélites S/C Ltda		00190.006220/2009-01	Em fase de conclusão do Relatório Final CGU.  Processo na Ouvidoria da CGU/PR
00001.021332/2003-79 Contrato 14/2004	Suposta irregularidade: contratação empresa Atech	60090.000406/2015-47 Concluída internamente	00190.006221/2009-48 Concluído na CGU	TCE não levada adiante, com Instauração de Sindicância que concluiu pela ausência de dano ao Erário.
00012.001656/2006-12	Desaparecimento de 10 notebooks	00012.001656/2006-12 Concluída internamente		Foi emitida cobrança através de GRU para três equipamentos (1X Péricles Cardim e 2 X Alexandre Simas de Oliveira),

### **5.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

O Quadro A.5.3 demonstra a percepção do Censipam, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento de seus controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles, sendo considerados os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de riscos;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Para esse fim consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

QUADRO A.5.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

#### **Análise Crítica:**

O Censipam até a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa em 01 de janeiro de 2011, mantinha seus controles, normas, procedimentos, regimento interno e indicadores de acordo com os estabelecidos e vigentes na Casa Civil/PR. Após a sua transferência como integrante da Administração Central do Ministério da Defesa, subordinado à Secretaria Geral, vem trabalhando com a Secretaria de Organização Institucional – SEORI para a inclusão do órgão, integrando o seu regimento interno no regimento interno do Ministério da Defesa, adequando-se as normas e ajustando procedimentos que norteiam a Administração Central.

O Censipam adota o código de ética e orientações da Comissão de Ética do Ministério da Defesa, tendo representante nesta Comissão.

O Censipam possui objetivo 05 do seu Planejamento Estratégico *“Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura”, moderniza, atualiza e amplia seus controles.*

Para o atingimento deste objetivo, o órgão faz o monitoramento para atingir as metas e indicadores estabelecidos no Plano Plurianual-PPA.

Em parceria com a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa adotou a implantação do Kit de procedimentos da AGU para melhoria dos processos nas Licitações e Fiscalização de Contratos, mantendo seu quadro funcional constantemente capacitado.

O controle patrimonial é realizado através do atendimento da Instrução Normativa nº 205, do Decreto 99.658, Decreto nº 200 e Lei nº 11.638, realizando anualmente seus inventários.

Em 2015 em parceria com a Universidade Federal do Pará, o órgão iniciou a implantação da Gestão por Competência, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte implantará o Sistema Integrado de Administração de Patrimônio e Contratos- SIPAC e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos-SIGRH, sistema integrados com a padronização de processos e procedimentos da área administrativa, iniciou a implantação do Sistema SEI de controle e registros de documentos, tendo como objetivo a redução de custos, retrabalho e economia no uso de papel contribuindo com o Projeto de Sustentabilidade Esplanada Sustentável.

A informação será criteriosamente identificada, documentada, armazenada, classificada e comunicada tempestivamente aos usuários e destinatários, sendo utilizado o Sistema de Protocolo.

Toda a comunicação interna é divulgada através do site <http://intranet.sipam.gov.br/comunicação>, atingindo toda a estrutura e corpo funcional.

O Sistema de controle interno do Ministério da Defesa tem contribuído substancialmente para orientação do gestor e melhoria dos processos e procedimentos.

#### **Escala de valores da Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

**(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

## 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 6.1 Canais de Acesso do Cidadão

No ano de 2015, foi possível ao cidadão entrar em contato com a instituição, para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc, utilizando os seguintes canais:

- ✓ Via internet: pelo portal da instituição ([www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br)); através do e-mail [mailcontato@sipam.gov.br](mailto:mailcontato@sipam.gov.br);
- ✓ Via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado no Ministério da Defesa, disponível no endereço [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br).

Todas as demandas recebidas são encaminhadas por e-mail para a Comunicação Social do Censipam, que é responsável pelas respostas.

Ao todo, foram recebidas 21 solicitações através do SIC e 12 pelo [mailcontato@sipam.gov.br](mailto:mailcontato@sipam.gov.br), totalizando 33 pedidos. Nota-se uma mudança no canal solicitações em comparação a 2014, que se registrou 8 pedidos através da LAI (Lei de Acesso à Informação) e 37 pelo contato. Observa-se que os pedidos da LAI em 20014 foram somente de documentos desclassificados e todos feitos, a priori, por jornalistas, que buscam pauta na desclassificação dos documentos. Enquanto que em 2015, foram as mais diversas solicitações.

Dos 12 e-mails recebidos através do contato, três foram reclamações de problemas de funcionalidade das antenas de comunicação via satélite que são emprestadas aos órgãos parceiros do Sipam. Todos os problemas de conectividade dos equipamentos foram resolvidos pela área técnica do órgão. Também foram respondidas informações sobre licitações, pedido de acesso a programas do Sipam, imagens de satélites. Os pedidos são parecidos com os do ano passado e o e-mail de contato continua sendo um importante de canal de comunicação com a sociedade.

Canal: <a href="mailto:contato@sipam.gov.br">contato@sipam.gov.br</a>					
Reclamações	Informações administrativas (contratos editais)	Imagens de satélites	Informações de recursos humanos (entrega de currículo)	Informações de solicitação de equipamentos e de acesso a programas do Sipam	total
3	2	3	3	1	12

Quanto ao Canal Via LAI (Lei de Acesso à Informação), com o SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) localizado no Ministério da Defesa, ocorreram 21 solicitações, número superior a 2014, quando foram apenas 8.

A maioria dos pedidos é sobre o conteúdo dos documentos desclassificados, solicitados por jornalistas. Pedidos sobre concurso público e informações sobre o órgão. Quanto às solicitações através da LAI, todas foram atendidas, conforme demonstrado no quadro abaixo, e apenas uma teve grau de recurso "informação sobre o trabalho da instituição" A maioria das solicitações refere-se ao acesso dos documentos desclassificados, informações técnicas (dados hidrológicos, cartografia) e de imagens, além de informações sobre a área de recursos humanos (concurso público, progressão da carreira, número de funções gratificadas).

Canal: <a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a>						
Reclamações	Informações/doc desclassificados	Informações sobre o trabalho da instituição (consumo de água, aviões)	Informações sobre recursos humanos (concurso, cargos, currículo)	Solicitação de imagens	Informações administrativas (contratos, licitação)	total
0	5	4	7	1	4	21

## 6.2 Cartas de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão foi elaborada pelo Ministério da Defesa ([http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico\\_de\\_informacao/defesa\\_carta\\_ao\\_cidada\\_o.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidada_o.pdf)), que aborda o produto do Censipam diretamente disponibilizado aos cidadãos: previsão meteorológica. O produto está disponibilizado no link Previsão do Tempo, endereço eletrônico <http://www.sipam.gov.br/previsao-do-tempo/tempo>.

## 6.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Atualmente, o mecanismo utilizado pelo Censipam para medir a satisfação dos produtos e serviços é realizada pelo endereço eletrônico [contato@sipam.gov.br](mailto: contato@sipam.gov.br). Não foi elaborada pesquisa de opinião no ano de 2015, nem em anos anteriores.

Concluímos o formulário para medir a satisfação dos usuários sobre o serviço de meteorologia (previsão do tempo) disponibilizado para o usuário. Esse formulário será disponibilizado no ano de 2016.

No caso da Carta de Serviços ao Cidadão, o Ministério da Defesa está avaliando a criação de um mecanismo de medição.

## 6.4 Acesso às informações da unidade

As informações disponibilizadas no Portal do Censipam seguem as recomendações do projeto Identidade Digital de Governo, que busca padronizar os portais dos órgãos públicos federais e alinhar as informações para otimizar a comunicação com o cidadão.

Para obter as informações referentes à atuação da instituição, relatórios de gestão, tomadas de contas anual, parcerias nacionais e internacionais, relatórios de atividades, o usuário deverá buscar a esquerda da página. As notícias jornalísticas estão disponibilizadas ao centro. Informações relativas a previsão do tempo, catálogo de

metadados, radares online e imagens e endereços do Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais estão na parte inferior da página ([www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br)).

Para acessar as mídias sociais facebook e twitter, o usuário deverá utilizar os endereços [www.facebook.com/Censipam](http://www.facebook.com/Censipam) e <https://twitter.com/sipamoficial>, respectivamente, tendo atualmente mais de 900 seguidores no facebook.

Portanto, todas as informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) estão disponíveis no site [www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br), bem como com link de acesso ao site da Defesa [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br).

As informações do órgão estão separadas por *menus*, descritas a seguir:

- Site Sipam, *menu* à esquerda.

a) relatórios de gestão e de atividades do órgão

<http://www.sipam.gov.br/noticias/relatorio-de-gestao>

b) informações sobre a instituição como quem é quem, da criação do órgão e áreas de atuação

<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>

c) informações sobre licitações contratos (link de acesso)

<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=110511&TipoOrgao=3>.

d) informações de auditoria (link de acesso)

<http://www.defesa.gov.br/auditoria>

e) informações sobre a agenda do diretor-geral do órgão

<http://www.sipam.gov.br/sobre/agenda-do-diretor-geral>

a) noticiário em geral

<http://www.sipam.gov.br/censipam-apoiara-fiscalizacao-e-repressao-ao-narcotrafico>.

---

## 6.5 Medidas relativas à acessibilidade

---

O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Nossas instalações estão plenamente acessíveis, tendo os quatro centros vagas especiais, rampas de acesso ao segundo andar, banheiros totalmente adaptados e toda uma infraestrutura necessária para tal.

Buscando uma total e atualizada infraestrutura de acessibilidade, iniciamos processo para contratação de Projetos de Arquitetura, para nossas quatro unidades de forma a complementar alguns pontos ainda não integralmente atendidos.

Desta forma pretende-se no ano de 2016 a contratação de serviços de arquitetura/engenharia para execução de projetos de pequenas obras para adequação integral quanto acessibilidade, em cumprimento das exigências previstas na Lei nº

10.098/2000 regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004 e demais determinações previstas pela ABNT aplicável.

Em relação à acessibilidade, o site do Sipam <http://www.sipam.gov.br> está dentro do modelo de portal do governo brasileiro, o que mantém os padrões referentes ao assunto. É possível acessar através do link <http://www.sipam.gov.br/acessibilidade/acessibilidade#content> explicações sobre as leis e decretos que seguidas para a criação do site.

Pelas explicações acima, o site do Sipam está em conformidade com o modelo de acessibilidade do governo eletrônico e seguimos as recomendações dispostas em documento oficial sobre o assunto, o e-Mag <http://emag.governoeletronico.gov.br>.

As recomendações presentes no e-Mag também se referem a forma de criar artigos/textos para os sites. É recomendada a leitura para as pessoas que estão na criação das notícias e matérias que são postadas no site do Sipam. No e-Mag foram listados 45 recomendações para orientar a forma "correta" de desenvolvimento HTML/JavaScript. Algumas recomendações não são aplicáveis ao site do sipam como os itens referentes às novas tags do HTML5, assim como outras que não fazem parte do contexto do nosso site, como não usar o captcha.

As transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial vêm resultando em necessidades de mudanças e adaptações em diversas áreas. No que se refere à Contabilidade Pública, o marco inicial das mudanças ocorreu em 2008, com a edição da Portaria nº 184/08, do Ministério da Fazenda, que destaca a necessidade de se promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país, de forma que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização.

Nesse contexto, tornou-se necessária a implantação de um Novo Modelo de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, tendo como objetivo convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em 2015 entrou em vigor o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 6º edição), que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, observando sempre a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

Dentre as inovações ocorridas na contabilidade no exercício de 2015, destaca-se:

- a) Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais: no Plano de Contas de 2015 as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária, patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.
- b) Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.
- c) Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros.

A unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, é a unidade responsável pelos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Os Centros Regionais (UG 110572 – Centro Regional de porto Velho; UG 110573 – Centro Regional de Manaus e UG 110586 – Centro Regional de Belém) também integram a estrutura do Censipam. A Divisão de Contabilidade, na qualidade de órgão setorial contábil do Censipam e de seus Centros Regionais, coordenou as ações necessárias para adequação às normas contábeis e

acompanhou, em 2015, a execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade. Dentre outros, destaca-se as seguintes ações da Divisão de Contabilidade adotadas ao longo de 2015:

- a) Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- b) Acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da Depreciação, Amortização e Exaustão; e
- c) Análise das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis serão anexadas ao Relatório de Gestão da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa.

---

## **7.1 Desempenho financeiro do exercício**

---

### **Resultado Financeiro**

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Censipam passaram de R\$ 631.753,79 (2014) para R\$ 2.955.108,53(2015), verificando-se um acréscimo de R\$ 2.323.324,74. Vale ressaltar que a movimentação financeira ocorre somente na UG 110511 – Censipam, não havendo registros nos Centros Regionais.

<b>DESCRÍÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
Saldo do Exercício Anterior – 2014	631.753,79
Transferências Financeiras Recebidas	40.044.745,96
Recebimentos Extra-Orçamentários	18.493.765,82
(-) Despesas Orçamentárias	(45.718.713,52)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(32.248,86)
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Restos a Pagar	(10.429.469,52)
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Depósitos Restituíveis	(34.725,14)
<b>Saldo em Espécie – Balanço Financeiro</b>	<b>2.955.108,53</b>

Fonte: Siafi 2015

### **Resultado Patrimonial**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. A receita sob o enfoque patrimonial é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa sob o enfoque patrimonial é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a despesa e a receita sob o enfoque patrimonial não se confunde com a receita e a despesa orçamentária.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do Censipam e seus Centros Regionais, temos um valor expressivo de Transferências e Delegações Recebidas e Transferências Intragovernamentais; bem como os ganhos com incorporação de ativos e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas aparecem de forma mais expressiva as despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo; Pessoal e Encargos; Depreciação do Imobilizado; Transferências e Delegações Concedidas; Outras Transferências e Delegações Concedidas; bem como demais despesas que apresentam valores menos significativos.

O resultado patrimonial acumulado em 31/12/2015 do Censipam e seus Centros Regionais corresponde ao déficit de R\$ 2.800.877,00, causados principalmente pelo impacto da Depreciação no resultado dos Centros. Se analisarmos apenas a UG 110511 – Censipam, esta apresentou um resultado patrimonial positivo, na ordem de R\$ 5.637.619,90.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VPD)	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL VPD
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>44.360.916,67</b>	<b>1.686.588,15</b>	<b>2.389.642,27</b>	<b>1.650.899,86</b>	<b>50.088.046,95</b>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos Transferências e Delegações Recebidas Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	158,07 41.149.231,93 3.182.091,25	1.634.254,88	2.389.642,27	1.650.899,86	46.824.028,94 3.234.424,52
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29.435,42	52.333,27			29.435,42
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>38.723.296,77</b>	<b>4.279.654,97</b>	<b>5.673.486,52</b>	<b>4.212.485,69</b>	<b>52.888.923,95</b>
Pessoal e Encargos Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.488.442,78 28.757.586,32 5.507.595,41 822.659,13	4.174.443,79	4.662.507,37 105.211,18	4.084.489,59 127.996,10	41.679.027,07 6.751.781,84 822.659,13
Tributárias Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.292,34 139.720,79				7.292,34 139.720,79
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>5.637.619,90</b>	<b>(2.593.066,82)</b>	<b>(3.283.844,25)</b>	<b>(2.561.585,83)</b>	<b>(2.800.877,00)</b>

Fonte: Siafi2015

O Patrimônio Líquido acumulado do Censipam e seus Centros Regionais até 31/12/2015 corresponde a R\$ 259.087.598,52, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL
PL de 31/12/2014	26.307.511,17	34.251.484,72	36.041.451,29	37.078.850,26	133.679.297,44
Superávit	5.637.619,90	(2.593.066,82)	(3.283.844,25)	(2.561.585,83)	(2.800.877,00)
Ajustes de Ex. Anteriores	3.191,35	36.925.618,96	51.745.518,50	39.534.849,27	128.209.178,08
<b>PL 31/12/2015</b>	<b>31.948.322,42</b>	<b>68.584.036,86</b>	<b>84.503.125,54</b>	<b>74.052.113,70</b>	<b>259.087.598,52</b>

Fonte: Siafi 2015

## Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O saldo patrimonial em 31/12/2015 do Censipam e seus Centros Regionais correspondem a um ativo real líquido de R\$ 259.087.598,52.

No quadro a seguir, é apresentada a composição do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do Censipam e seus Centros Regionais:

DESCRÍÇÃO	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.955.108,53				2.955.108,53
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	599.023,62				599.023,62
Estoques	531.843,45	630.817,10	1.023.936,92	956.584,57	3.143.182,04
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>4.085.975,60</b>	<b>630.817,10</b>	<b>1.023.936,92</b>	<b>956.584,57</b>	<b>6.697.314,19</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>25.869.905,07</b>	<b>67.953.219,76</b>	<b>83.479.188,62</b>	<b>73.095.529,13</b>	<b>250.397.842,58</b>
Bens Móveis	17.663.947,17	43.300.583,27	49.612.791,47	46.303.550,55	156.880.872,46
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	(6.505.234,53)	(12.272.982,47)	(17.879.121,35)	(12.742.870,69)	49.400.209,04
Bens Imóveis	14.716.139,26	36.925.618,96	51.745.518,50	39.534.849,27	142.922.125,99
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	(4.946,83)				(4.946,83)
<b>Intangível</b>	<b>2.256.328,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.256.328,00</b>

Softwares	2.256.328,00	-	-	-	2.256.328,00
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>28.126.233,07</b>	<b>67.953.219,76</b>	<b>83.479.188,62</b>	<b>73.095.529,13</b>	<b>252.654.170,58</b>
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	58.280,59	-	-	-	58.280,59
Demais Obrigações a Curto Prazo	205.605,66	-	-	-	205.605,66
<b>Passivo Circulante</b>	<b>263.886,25</b>	-	-	-	<b>263.886,25</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>31.948.322,42</b>	<b>68.584.036,86</b>	<b>84.503.125,54</b>	<b>74.052.113,70</b>	<b>259.087.598,52</b>

Fonte: Siafi 2015

## **7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

A edição de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Técnicas e Profissionais fazem parte do processo que busca assegurar a evolução das Ciências Contábeis. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade editou as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

Em obediência aos dispositivos legais, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001, bem como em consonância com o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T), o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos obedecem ao que dispõe as normas, a seguir detalhadas:

a) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do Censipam observam o estabelecido nas normas, a saber:

⇒ Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;

⇒ Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, do referido documento, a seguir detalhado:

⇒ Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;

⇒ Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

A Portaria Conjunta nº 703, de 10/12/2014, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento dispõe sobre requisitos gerais para mensuração, atualização e depreciação dos bens imóveis da União. Fica estabelecido neste documento o prazo de 2 (dois) anos para que seja desenvolvido as funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis da União.

O Censipam e seus Centros Regionais apresentam um valor de R\$ 4.946,83, referente a Depreciação de Imóveis da unidade gestora 110511 – Censipam. Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

Para a gestão administrativa dos bens patrimoniais, o Censipam e seus Centros Regionais utilizam o Sistema de Administração de Serviços – SIADS. Criado em 1995 e com seu constante aprimoramento, o SIADS ainda não contempla o registro da Amortização, o que justifica a ausência do montante que deveria ser amortizado no grupo Intangível. Dessa forma, a unidade aguarda o desenvolvimento dessa ferramenta para a realização do registro contábil da Amortização.

No quadro abaixo é apresentado a metodologia de cálculo da depreciação, taxas e vida útil dos bens, de todas as unidades do Censipam – (UG's 110511, 110572, 110573 e 110586):

DESCRÍÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110572, 110573 e 110586		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO			299.802.998,45	48.171.245,21	251.631.753,24
BENS MÓVEIS			156.880.872,46	48.166.298,38	108.714.574,08
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			123.606.769,08	32.620.774,53	90.985.994,55
APARELHOS DE MEDAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 anos	10%	7.897.314,67	1.004.701,70	6.892.612,97
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 anos	20%	96.644.339,38	25.125.008,29	71.519.331,09
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTONTOLÓGICO	15 anos	20%	3.772,00	502,80	3.269,20
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10 anos	10%	37.988,98	13.052,38	24.936,60
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIALIS	20 anos	10%	549,00	149,65	399,35
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	10 anos	10%	759.304,92	220.150,52	539.154,40
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 anos	10%	69.117,85	22.162,03	46.955,82
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10 anos	10%	16.705,27	9.236,07	7.469,20
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P	5 anos	10%	35.328,26	31.795,44	3.532,82
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	10%	17.919.312,16	6.096.161,06	11.823.151,10
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10 anos	10%	27.700,00	15.150,75	12.549,25
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10 anos	10%	195.336,59	82.703,84	112.632,75
BENS DE INFORMÁTICA			24.880.652,14	14.271.280,36	10.609.371,78

EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 anos	10%	<b>24.880.652,14</b>	<b>14.271.280,36</b>	10.609.371,78
<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>			<b>3.653.494,27</b>	<b>585.325,24</b>	3.068.169,03
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10 anos	10%	<b>111.188,37</b>	<b>35.412,27</b>	75.776,10
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10 anos	10%	<b>36.193,99</b>	<b>18.685,95</b>	17.508,04
MOBILIÁRIO EM GERAL	10 anos	10%	<b>3.506.111,91</b>	<b>1.429.431,38</b>	2.076.680,53
<b>MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO</b>			<b>1.298.218,40</b>	<b>337.857,38</b>	960.361,02
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10 anos	0%	<b>4.044,29</b>	<b>2.605,20</b>	1.439,09
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 anos	10%	<b>1.293.555,10</b>	<b>335.252,18</b>	958.302,92
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			<b>619,01</b>		619,01
<b>VEÍCULOS</b>			<b>3.207.797,35</b>	<b>327.030,37</b>	2.880.766,98
VEÍCULOS EM GERAL	15 anos	10%	<b>3.757,80</b>	<b>1.456,47</b>	2.301,33
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15 anos	10%	<b>3.204.039,55</b>	<b>661.280,20</b>	2.542.759,35
<b>BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO</b>			<b>32.400,00</b>		32.400,00
ESTOQUE INTERNO			<b>32.400,00</b>		32.400,00
<b>DEMAIS BENS MÓVEIS</b>			<b>201.541,22</b>	<b>24.030,50</b>	177.510,72
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 anos	10%	<b>201.541,22</b>	<b>24.030,50</b>	177.510,72

<b>BENS IMÓVEIS</b>			<b>142.922.125,99</b>	<b>4.946,83</b>	142.927.072,82
<b>BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO</b>				<b>4.946,83</b>	4.946,83
<b>BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET</b>				<b>4.946,83</b>	4.946,83
<b>EDIFÍCIOS</b>				<b>4.946,83</b>	4.946,83
<b>BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET</b>			<b>128.205.986,73</b>		128.205.986,73
<b>BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET</b>			<b>128.205.986,73</b>		128.205.986,73
<b>BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO</b>			<b>41.844,42</b>		41.844,42
<b>ESTUDOS E PROJETOS</b>			<b>41.844,42</b>		41.844,42
<b>BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS</b>			<b>111.458,37</b>		111.458,37

b) NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Censipam estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6º edição, que estabelece:

⇒ Disponibilidades: estão mensuradas pelo valor original;

⇒ Créditos e obrigações: estão mensuradas pelo valor original;

- ⇒ Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, utilizado pelo Censipam é o Custo Médio Ponderado. O Censipam e seus Centros Regionais realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços;
- ⇒ Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação; e
- ⇒ Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização. A unidade que apresenta saldo nesse grupo de contas é a UG 110511 – Censipam, a seguir demonstrado:

<b>INTANGÍVEL</b>			<b>2.256.328,00</b>	-	2.256.328,00
<b>SOFTWARES</b>			<b>2.256.328,00</b>	-	2.256.328,00
<b>SOFTWARES - CONSOLIDACAO</b>			<b>2.256.328,00</b>	-	2.256.328,00

---

### **7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

---

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013 aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa, definindo em seu Anexo I, Capítulo II, art. 2º, inciso IV, que o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, integra os órgãos específicos singulares da estrutura do Ministério da Defesa. As informações de Custos estão apresentadas no processo de contas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, em razão dos estudos para implantação do Sistema de Informações de Custos no ministério.

---

#### **7.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.**

---

QUADRO A.7.5 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação Completa (UPC)</b>	<b>Código da UG</b>
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM	<b>110511, 110572, 110573 e 110586</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a ausência de registros da Amortização na unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam. A unidade utiliza o Sistema de Administração de Serviços – SIADS, que ainda não contempla a funcionalidade de registro da Amortização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração</p>	
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF,</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Noemia Silva Monteiro</b>
<b>Data</b>	<b>25/02/2016</b>
<b>CRC n.º</b>	<b>009784/O-9-DF</b>

## 8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 8.1 Gestão de Pessoas

#### 8.1.1 Estrutura de Pessoal do Censipam

A demonstração da força de trabalho do Censipam é objeto dos Quadros A, B e C.8.1.1 os quais demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

QUADRO A.8.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>453</b>	<b>189</b>	<b>23</b>	<b>27</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>453</b>	<b>189</b>	<b>23</b>	<b>27</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	284	47	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	169	142	23	27
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	47	35	3	6
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>500</b>	<b>224</b>	<b>26</b>	<b>33</b>

Fonte: SIAPE e Cadastro de RH.

QUADRO B.8.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>147</b>	<b>44</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	147	44
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	18
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	116	26
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>31</b>	<b>4</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>178</b>	<b>48</b>

Fonte: SIAPE e Cadastro de RH.

QUADRO C.8.1.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>47</b>	<b>44</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>47</b>	<b>44</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	2	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	9	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	35	3	6
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>169</b>	<b>142</b>	<b>23</b>	<b>27</b>
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0		
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	169	142		
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>216</b>	<b>179</b>	<b>26</b>	<b>33</b>

Fonte: SIAPE e Cadastro RH

### 8.1.1.1 Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT/MCTI

Não se aplica ao Censipam.

### 8.1.1.2 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

- **a quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da UPC:** os servidores efetivos do Censipam correspondem 21,68% do total de servidores, ou seja, menos da metade da força de trabalho necessária para o cumprimentos das diversas missões do Órgão.
- **resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:** 23,03% dos servidores de carreira estão na área fim, 76,97% dos servidores de carreira estão na área meio. Dentre os cargos comissionados 11,43% servidores estão lotados na área fim e 88,57% na área meio. O percentual menor na área fim justifica-se pela dificuldade de seleção de servidores com alta qualificação técnica específica que a área exige, aliado com a distribuição de cargos e funções conforme estabelecida no Decreto nº 7974, de 1º de abril de 2013.
- **possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais velhos:** não há ainda previsão de impacto de aposentadoria, pois apenas dois servidores de carreira vinculados ao Órgão estão na faixa etária de 51 a 60

anos e com contagem de tempo de serviço e ingressaram somente nos anos de 2013 e 2014.

- **qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade e níveis de especialização:** Em relação aos servidores de carreira vinculados ao órgão: 6,12% são doutores; 46,94% são mestres; 38,77% possuem especialização e 8,16% possuem graduação. Em relação aos servidores de carreira de outros órgãos: 5,55% são doutores; 10,41% são mestres; 23,61% são especialistas; 34,73% possuem graduação e 25,70% possuem ensino médio. Quanto aos servidores sem vínculo com a Administração Pública: 5,89% são doutores, 8,82% são mestres, 23,53% possuem especialização, 38,23% possuem graduação e 23,52% possuem ensino médio.
- **Ações adotadas pelo órgão para identificar e irregularidades relacionadas à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e terceirização irregular.** No ato do ingresso todos os servidores preenchem declaração de acumulação, ou não, de cargos, empregos, funções ou proventos, com base no Decreto nº 2.027, de 11 de outubro de 1996, onde declararam, junto ao Órgão serem verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade administrativa e penal.
- **Informações sobre as providências adotadas para mitigar o principal risco identificado na gestão de pessoas:** O maior risco identificado em relação ao corpo funcional do Censipam é o percentual de servidores efetivos que correspondem a apenas 21,68% do total de servidores. Em 8 de março de 2012, por meio da Portaria nº 74/MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou a realização do primeiro concurso público para o provimento inicial de apenas 40 (quarenta) cargos de Analista em Ciência e Tecnologia, por meio da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 49, de 18 de fevereiro de 2014 e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, foi autorizada a convocação de mais 50% (cinquenta por cento) dos candidatos aprovados. Com a autorização e tendo seguido o procedimento de convocação, nomeação, posse e exercício ao final de 2015 passamos a contar com 49 cargos efetivos providos servidores de carreira vinculados ao órgão.  
O capital intelectual do órgão constitui-se no maior diferencial das organizações e, como se trata de uma organização que lida com questões estratégicas para o país, no que tange à defesa, segurança e proteção da Amazônia, a gestão eficaz dos elementos geradores do conhecimento se faz premente e necessário. Para tanto é imprescindível à permanência de todos os requisitados de fundações e autarquias, considerando o número insuficiente de servidores efetivos para o cumprimento das atividades institucionais, até que o quadro permanente do Censipam esteja completo. Nesse sentido o Censipam vem solicitando ao Ministério do Planejamento a autorização para provimento das demais vagas que foram redistribuídas ao órgão.
- **eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC:** Em 2015 foram afastados 3 servidores de carreira vinculados ao órgão, sendo dois casos de cessão para órgãos da Administração Pública Federal, com ônus para o Censipam, e 1 afastamento

não remunerado para acompanhar cônjuge. Os processos foram devidamente instruídos na forma da Lei 8.112/90.

As ações de capacitação do Censipam foram estruturadas obedecendo às especificidades de cada Unidade, com vistas a qualificar e manter a força de trabalho gerencial e técnica em constante atualização, com vistas a alcançarmos o desempenho esperado, bem como, atender as diretrizes traçadas pelo Planejamento Estratégico do Órgão.

O item “autorformação” refere-se aos cursos que tiveram iniciativa do próprio servidor, sem custo de inscrição, diária e passagem para o Censipam.

QUADRO A.8.1.1.2 – AÇÕES (CURSOS) DE CAPACITAÇÕES PROGRAMADAS PARA 2015

AÇÕES	QUANTITATIVOS
• Ações Planejadas para 2015	• <b>66 ações</b>
• Ações Realizadas	<b>37 Ações</b> , sendo: • 17 para áreas gerenciais e finalísticas; • 20 para área meio.
• Autoformação (às expensas do servidor, sem custo para o Censipam)	• 28 Ações
• Quantitativo de Servidores Capacitados	<b>76 servidores</b>

Para fazer frente às demandas de capacitação foram disponibilizados:

DOTAÇÃO INICIAL 2015 (R\$)	CORTE ORÇAMENTÁRIO (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDAÇÃO E PAGO (R\$)	DIÁRIAS (R\$)	VALOR PASSAGENS (R\$)	VALOR INSCRIÇÕES (R\$)
400.00,00	152.200,00	247.800,00	229.790,85	128.209,52	35.131,70	64.068,32	130.590,83

As ações realizadas em 2015 privilegiaram servidores das mais diversas áreas do Censipam, sempre pensando na melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos.

O ano de 2015 foi bastante atípico quanto à execução orçamentária destinada ao custeio do Plano Anual de Capacitação. Embora, a princípio, foi mantido o valor de R\$ 400.000,00 no planejamento da LOA/2015, houve um contingenciamento no montante

de 38,25%, sendo disponibilizado ao final R\$ 247.800,00, incluídos aí os custos com inscrição, diárias e passagens foram.

A meta física de servidores a serem capacitados era 200 de servidores. Desse montante, apenas 76 servidores puderam ser capacitados. A despeito das dificuldades, atingiu-se 38% da meta planejada.

Um ponto a ser observado diz respeito à execução financeira. Foi atingido 92,7%, do valor ora disponibilizado, conforme o quadro acima. Foi gasto em média R\$ 3.023,56, por servidor. Ressalte-se que o custo médio teve um acréscimo significativo em razão do recuo da demanda no mercado, impactado com o contingenciamento orçamentário que atingiu a Administração Pública Federal.

Abaixo, outros aspectos que dificultaram a execução em 2015:

- A liberação do financeiro para o PO da Capacitação deu-se em agosto 2015. Nesse período do ano os cursos planejados para o primeiro semestre não puderam ser contratados; muitos destes cursos não foram disponibilizados no segundo semestre.
- Dos cursos disponibilizados para o segundo semestre: As empresas, dado o contingenciamento orçamentário de muitos órgãos públicos, tiveram turmas inicialmente programadas não confirmadas por falta de *quorum*;
- Alguns cursos demandados, as empresas cancelaram as vagas ofertadas para o DF e os ofertaram nas praças do RJ, SP, RS, inviabilizando a contratação, haja vista o custo com diárias e passagens;
- O aumento significativo no valor das inscrições. Ressalta-se que em 2014, o incremento do percentual de atingimento de meta deu-se em razão dos vários cursos realizados *in company*, o que nos possibilitou um número de maior de servidores capacitados por evento. Em 2015, não houve a possibilidade de contratação de curso *in company*.

### 8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO A.8.1.2 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	3.244.488,39	0	1.062.126,00	962.510,51	0	0	0	0	0	5.269.124,90
	2014	3.048.161,18	0	876.215,53	825.286,10	0	0	0	0	0	4.749.662,81
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	3.623.446,06	0	0	0	0	0	0	0	0	3.623.446,06
	2014	3.420.443,38	0	0	0	0	0	0	0	0	3.420.443,38
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	2.292.959,11	0	0	0	0	0	0	0	0	2.292.959,11
	2014	2.280.587,32	0	0	0	0	0	0	0	0	2.280.587,32
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	2.932.498,51	0	0	0	0	0	0	0	0	2.932.498,51
	2014	3.680.908,75	0	0	0	0	0	0	0	0	3.680.908,75
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015										

	2014									
--	------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SIAPE.

### **8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal**

O possível risco identificado na gestão de pessoas refere-se ao índice considerado elevado 63,4% de servidores requisitados de outros órgãos e esferas que compõe a força de trabalho, tendo em vista a possibilidade de retornarem aos seus órgãos de origem quando convocados ou por vontade própria.

### **8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal**

As Gratificações Temporários SIPAM, objeto da Lei nº 10.667/2003, no âmbito do Censipam, são concedidas após instrução de processos de pedidos de cessão, com finalidade de tornar mais robusta a força de trabalho. Em 2015, de 169 servidores requisitados de outros órgãos e esfera, efetivamente foram preenchidas 142 (63,4%), das quais foram concedidas GTS e cargos comissionados, tornando assim possível o atingimento dos objetivos e missões do Órgão.

### **8.1.5 Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal**

Como mencionado no item anterior em 2015 das 169 vagas autorizadas para preenchimento de servidores requisitados de outros órgãos e esferas, 142 foram preenchidas, para as quais foram concedidas GTS e funções comissionadas.

### **8.1.6 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

#### **QUADRO A.8.1.6– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE**

O Quadro abaixo, correspondente aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2015, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

Unidade Contratante					
Nome: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI): 110511/00001					
Informações sobre os Contratos					
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridad e mínimo	Sit.

			Inicio	Fim	exigido dos trabalhador es contratados	
2010	Vigilância Ostensiva	07.069.574/0001-65	11/04/2015	10/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2010	Vigilância Ostensiva	09.267.406/0001-00	14/04/2015	13/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Vigilância Ostensiva	07.030.464/0001-90	25/12/2015	24/12/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Vigilância Ostensiva	10.760.842/0001-03	02/01/2016	01/01/2017	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2011	Limpeza e Conservação	10.587.618/0001-53	13/06/2015	12/06/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e Conservação	13.603.268/0001-60	15/12/2014	14/12/2015	Ensino Médio	Encerrado
2014	Limpeza e Conservação	02.961.711/0001-58	05/12/2015	04/12/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e Conservação	09.134.888/0001-20	23/12/2015	22/12/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2015	Limpeza e Conservação	15.150.504/0001-65	30/12/2015	29/12/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2013	Transporte	11.143.979/0001-73	08/04/2015	07/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Transporte	05.922.287/0001-20	04/05/2015	03/05/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Transporte	09.134.888/0001-20	16/06/2015	15/06/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Transporte	13.290.129/0001-23	15/12/2014	14/12/2015	Ensino Médio	Encerrado
2015	Transporte	15.150.504/0001-65	28/12/2015	27/12/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2014	Copeiragem	05.119.366/0001-06	04/04/2015	03/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2012	Copeiragem	03.940.283/0001-40	01/11/2014	31/10/2015	Ensino Médio	Encerrado
2014	Copeiragem	09.172.237/0001-24	03/11/2015	02/11/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Copeiragem	04.236.031/0001-05	03/11/2014	01/11/2015	Ensino Médio	Encerrado
2015	Copeiragem	09.107.461/0001-32	01/12/2015	30/11/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2015	Copeiragem	16.887.298/0001-33	21/12/2015	20/12/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2012	Recepção	07.436.461/0001-50	26/02/2015	25/02/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Recepção	12.441.717/0001-58	31/03/2015	30/03/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Recepção	12.523.206/0001-85	27/03/2015	26/03/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Recepção	02.295.753/0001-05	08/03/2015	07/03/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Reprografia	03.374.266/0001-92	03/12/2015	02/12/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Reprografia	16.887.298/0001-33	15/01/2016	14/01/2017	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2015	Reprografia	16.887.298/0001-33	11/01/2016	10/01/2017	Ensino Médio	Ativo Normal
2014	Manutenção	03.591.509/0001-44	31/01/2016	30/01/2017	Ensino	Ativo

	de bens imóveis				Médio	Prorrogado
2014	Manutenção de bens imóveis	03.591.509/0001-44	31/01/2016	30/01/2017	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Manutenção de bens imóveis	84.540.905/0001-44	11/03/2015	10/03/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Manutenção de bens imóveis	08.220.952/0001-22	03/04/2015	02/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2011	Office Boy	12.441.717/0001-58	23/04/2015	22/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Office Boy	09.134.888/0001-20	22/04/2015	21/04/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2015	Office Boy	15.150.504/0001-65	06/07/2015	05/07/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2015	Office Boy	15.718.607/0001-89	16/11/2015	15/11/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2013	Técnico em Secretariado	07.783.832/0001-70	30/08/2015	29/08/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Técnico em Secretariado	04.105.439/0001-30	28/06/2015	27/06/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Técnico em Secretariado	10.448.193/0001-00	28/06/2015	27/06/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2013	Técnico em Secretariado	10.448.193/0001-00	30/09/2015	29/09/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2015	Técnico em Secretariado	15.150.504/0001-65	03/08/2015	02/08/2016	Ensino Médio	Ativo Normal
2014	Apoio Administrativo – Aux. Escr.	16.887.298/0001-33	10/10/2015	09/10/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Apoio Administrativo – Aux. Escr.	16.887.298/0001-33	01/10/2015	30/09/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Apoio Administrativo – Aux. Escr.	07.047.898/0001-00	10/10/2015	09/10/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Apoio Administrativo – Aux. Adm	13.192.004/0001-60	03/11/2015	02/11/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado
2014	Apoio Administrativo – Aux. Adm	13.192.004/0001-60	01/10/2015	30/09/2016	Ensino Médio	Ativo Prorrogado

## Análise Crítica

Nenhum dos contratos acima teve interrupção de serviços prestados.

Houveram ações trabalhistas ajuizadas por empregados terceirizados de contratos já encerrados.

O Censipam durante o exercício de 2015 realizou pagamento das empresas listadas abaixo por meio de penhora por decisão judicial:

- 1) CETRO RM SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 08.307.120/0001-48  
R\$ 2.463,99

2) MEGANORTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA  
CNPJ: 07.174.641.0001/01  
R\$ 122.531,65

3) LITHIO CONSTRUÇÕES LTDA  
CNPJ: 04.205.734/0001-68  
R\$ 5.775,00

#### QUADRO B.8.1.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	
1.1 Área Fim	10	6	9	4	
1.2 Área Meio	4	10	10	3	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	R\$ 527.231,06
2.1 Área Fim	6	2	3	2	
2.2 Área Meio	6	7	6	3	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>28</b>	<b>12</b>	

**Fonte:** SIAPE e Cadastro Interno de servidores e contratados.

O Censipam adota a política de contratação de estagiários por meio de contrato de licitação celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, obedecendo aos dispositivos legais da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Os estagiários contratados são alocados em sua maioria na área meio, tendo em vista que realizam atividades de suporte e apoio com a devida supervisão.

#### 8.1.7 Contratação de mão de obra temporária

Não houve contratação no âmbito do Censipam no exercício 2015.

---

### 8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

---

#### 8.2.1 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Na gestão de frota de veículos, deste centro, é seguida a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento e o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

A frota de veículos da Instituição demonstra-se necessária para atendimento das demandas administrativas e desempenho das atividades finalísticas do Órgão e dentro desta última finalidade utilizada nas missões de campo na região amazônica.

O Censipam possui frota de veículos própria, composta por 43 (quarenta e três) veículos dentre novos recém-adquiridos, veículos antigos mas que ainda são utilizados para os devidos fins e veículos em processo de doação, sendo distribuídos nos Centros Regionais em Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO e o Centro de Coordenação Geral em Brasília-DF. No momento há 9 (nove) veículos em processo de doação conforme tabela abaixo.

ITEM	MARCA/MODELO	ANO/MODELO	PLACA	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-8195	FUNCIONANDO	BRASILIA
2	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-5906	PARADO	MANAUS
3	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-5896	PARADO	MANAUS
4	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-5936	PARADO	BELEM
5	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-8235	PARADO	BELEM
6	GM/CORSA SEDAN	2003/2004	JFP-8185	FUNCIONANDO	BELEM
7	GM/S10 CD	2001/2002	JFP-1814	PARADO	BELEM
8	FIAT/DUCATO	2003/2004	JFP-5846	PARADO	BELEM
9	VW/SANTANA	2001/2002	JFP-2574	PARADO	PORO VELHO

O setor de transportes do CENSIPAM foi incorporado, em 2012, à área de Coordenação de Manutenção Predial, que por sua vez foi incorporada a Coordenação de Serviços Gerais em 2014. A equipe atual por esta pasta é composta por 2 (dois) servidores que são responsáveis pela gestão da frota.

O controle e acompanhamento do processo de serviço de transporte são realizados por meio de planilhas de controle de missões, consumo de combustíveis, manutenções, distância percorrida de todos os veículos constantes da frota e controle de regularizações documentais junto aos órgãos fiscalizadores locais.

**PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV/2015**

Situção Atual	Centro Regional	Placa	Veículo	Fabricante	Ano de Fabricação	Km Rodada	Estado de Conservação	Situação	Necessidade para 2015	Aquisição	Finalidade	Qtd
										VTR tipo Pick-up 4x4	Serviços de missão de campo	2
BELEM		JFP-1814	S10 2.8D	Chevrolet	2001/2002	105886	Funcionando/ Ruim	Aguardando para doação	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	1	
		JFP-8185	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	40657	Funcionado / Razoável	Aguardando para doação				
		JFP-5936	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	49901	Ruim	Aguardando para doação				
		JFP-8235	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	39049	Ruim	Aguardando para doação				
		JFP-5846	DUCATO	Fiat	2003/2004	17469	Ruim	Aguardando para doação				
		JFP-8155	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	107510	Funcionado / Razoável	Substituir				
		JHR-1171	L200 4X4 GL	Mitsubishi	2011/2011	64642	Funcionado/Bom	Substituir				
		JHR-1181	L200 4X4 GL	Mitsubishi	2011/2011	53685	Funcionado/Bom	Substituir				
		JWD-2451	L200 OUTDOOR	Mitsubishi	2008/2009	54368	Funcionado/Bom	Substituir				
		PAF-3731	SANDERO 1.6	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo				
MANAUS		PAF-3410	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	1	
		PAF-3411	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				
		JXJ-2211	L200 OUTDOOR	Mitsubishi	2008/2009	57540	Funcionado/Bom	Substituir				
		JHR-1141	L200 OUTDOOR	Mitsubishi	2011/2011	43366	Funcionado/Bom	Substituir				
		JHR-1131	L200 OUTDOOR	Mitsubishi	2011/2011	46978	Funcionado/Bom	Substituir				
		JFP-5886	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	36689	Funcionado/Bom	Substituir				
		JFP-5896	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	65294	Funcionado/Bom	Aguardando para doação				
		JFP-5906	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	54647	Funcionado/Bom	Aguardando para doação				
		JWQ-3191	SPRINTER	Mercedes	200/2001	96823	Funcionado/Bom	Substituir				
		PAF-3696	SANDERO 1.6	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo				
PORTO VELHO		PAF-3412	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	1	
		PAF-3414	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				
		JFP-5876	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	64544	Funcionado/Bom	Substituir				
		JHR-1161	L200 4X4 GL	Mitsubishi	2011/2011	113950	Funcionado/Bom	Substituir				
		JFP-5856	DUCATO	FIAT	2003/2004	50632	Funcionado/Bom	Substituir				
		JFP-2574	SANTANA	Chevrolet	2001/2002	-	Ruim	Aguardando para doação				
		JFP-8145	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	117627	Funcionado / Razoável	Substituir				
		JHR-1191	L200 4X4 GL	Mitsubishi	2011/2011	84026	Funcionado/Bom	Substituir				
		NBX-9764	HILUX 4CD SR5	Toyota	2000/2001	201166	Funcionado/Bom	Substituir				
		NDV-0430	L200 OUTDOOR	Mitsubishi	2008/2009	144166	Funcionado/Bom	Substituir				
BRASÍLIA		PAF-3732	SANDERO 1.6	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	1	
		PAF-3413	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				
		PAF-3415	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				
		JFP-8195	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	68701	Funcionado / Razoável	Aguardando para doação				
		JHR-1121	L200 4X4 GL	Mitsubishi	2011/2011	68524	Funcionado/Bom	Substituir				
		JII-0662	FUSION	Ford	2010/2011	109359	Funcionado/Bom	Substituir				
		JFP-1583	SPRINTER	Mercedes	2000/2000	74732	Funcionado / Razoável	Substituir				
		JFP-8165	S10 2.8D	Chevrolet	2003/2004	97826	Funcionado / Razoável	Substituir				
		PAF-3720	SANDERO 1.6	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	1	
		PAF-3721	SANDERO 1.6	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo				
		PAF-3739	FLUENCE	Renault	2015/2015	-	Funcionando	Novo				
		PAF-3417	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				
		PAF-3418	FRONTIER S 4X4	Nissan	2014/2015	-	Funcionando	Novo				

### **8.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

Não houve movimentações de qualquer espécie no exercício de 2015 quanto à evolução do Plano Nacional de Desmobilização

### **8.2.3 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

QUADRO A.8.2.3 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UPC

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3448-77
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCÁRIO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO OS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS COM AQUELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	COLOCAÇÃO DE UM TERMINAL MULTIFUNCIONAL DE SERVIÇOS BANCÁRIOS INSTALADO EM SETEMBRO/2014.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO À DIREITA DO HALL DE ENTRADA DO PRÉDIO DO CENSIPAM, MEDINDO 1,60M X 2,5M TOTALIZANDO 4,00M2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 158,00 (CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS) A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELO USO DA ENERGIA ELÉTRICA.  ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS

		DEMANDADOS PELOS SERVIDORES DO CENSIPAM, CENAD, BEM COMO DOS VISITANTES.
		FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS.
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		RECEBIMENTO VIA RECOLHIMENTO DE GRU
Forma de utilização dos Recursos Recebidos		ABATIMENTO DO VALOR PAGO REFERENTE AO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CENSIPAM.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		CÁLCULO DO CONSUMO MENSAL EFETUADO PELA COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO CENSIPAM, CONFORME INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO CONSTANTES NO PROCESSO N° 00012.001195/2009-12.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.353.358/0001-96
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇO PÚBLICO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DAQUELE ÓRGÃO.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA SEDE DO CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - CENAD.

	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO NO PRÉDIO DO CENSIPAM, COM ÁREA CONTRUÍDA MEDINDO 638,45M <sup>2</sup> , EQUIVALENTES A 15,32% DA ÁREA TOTAL DO PRÉDIO DO CENSIPAM.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	REPASSE FINANCEIRO DA ORDEM DE 15,32% DE TODAS AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CENSIPAM, CALCULADO PROPORCIONALMENTE À OCUPAÇÃO FÍSICA DO PRÉDIO.  ALÉM DO FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS, AS AÇÕES REFERENTES E INERENTES À AMAZÔNIA LEGAL SÃO EFETUADAS EM CONJUNTO COM VÁRIOS ÓRGÃOS, INCLUSIVE O CENAD.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E RECURSOS FINANCEIROS VIA SIAFI, À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20T5 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CENSIPAM, UG: 110.511, GESTÃO 001.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DOS VALORES PAGOS REFERENTES ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS INERENTES AO FUNCIONAMENTO DO CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	PROPORCIONAL À OCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PRÉDIO DO CENSIPAM.

#### 8.2.4 Demonstração da situação dos imóveis da União

**UG 110.511** - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam:

a) O controle e a gestão patrimonial do imóvel são de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam, no que diz respeito à regularização e guarda de documentos, bem como o acompanhamento e atualizações no sistema SPIUnet;

b) O imóvel do Censipam está situado no SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF, a área do terreno é de 170.123,79 m<sup>2</sup> e área construída de 13.834,38 m<sup>2</sup>, o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP do imóvel no sistema SPIUnet é nº 9701.30495.500-2 (RIP Utilização), conforme Quadros A.7.2.1 e A.7.2.2.1, foi efetuado pela própria Secretaria do Patrimônio da União, e, atualizado pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam em 11.12.2014, com auxílio da SPU, utilizando a base da Pauta de Valores de Imóveis para incidência do IPTU 2014, do Distrito Federal, bem como ajuste de valor contabilizado da CCSIVAM referente a benfeitorias do imóvel;

c) Através do Processo Administrativo nº 60000.011942/2011-14 e da assinatura de Termo de Cessão de Uso nº 01/2012 de 16 de agosto de 2012, foi cedida a área de 638,45 m<sup>2</sup> do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Ministério da Integração Nacional – MI, para instalação das dependências do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD/MI, mediante repasse financeiro da ordem de 15,32% de todas as despesas administrativas do Censipam, calculado proporcionalmente à ocupação física do prédio;

d) Através do Processo Administrativo nº 00012.001195/2009-12 e assinatura de Termo de Cessão de Uso, foi cedida a área de (1,6mx2,5m), totalizando 4,00 m<sup>2</sup> (Quatro metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Banco do Brasil S.A. – CNPJ: 00.000.000/3448-77, para colocação de um terminal multifuncional de serviços bancários instalado em setembro/2014, com resarcimento mensal dos custos de Energia Elétrica no valor de R\$ 158,00 (Cento e cinquenta e oito reais), mediante recolhimento através de GRU.

Ainda sobre as dependências e instalações do Censipam em Brasília, informamos que o Processo nº 04991.001982/2010-72 continua em tramitação no GRPU, em fase de desmembramento para regularização dos Blocos “J” e “T”, localizados no mesmo condomínio, que também estão em uso por este Órgão.

Quanto às instalações dos Centros Regionais do Censipam de Belém, Manaus e Porto Velho, deixamos de preencher os quadros correspondentes, tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis, contudo registramos o andamento dos processos, conforme abaixo:

**UG 110.586** – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processos nºs 04957.005974/2007-16 e 04957.009142/2008-50, RIP nº 0427.00605.500-9, situado na Avenida Júlio César nº 7.060 - Val-de-Cans - Belém-PA. Em 23/04/2014 foi assinado o Termo de Entrega Provisória do Imóvel pelos representantes do SPU-PA e do Censipam, contendo os seguintes dados: Área Total de 61.095,66 m<sup>2</sup>, Tombo PA. 001-001, sob o número de ordem nº 88.273 à margem de transcrição nº 7178, folhas nº 148, Livro 3-F, em 19/12/1978, no Cartório do 2º Ofício de Registro de (Walter Costa) da Comarca de Belém-PA. A área construída é de 9.806,98 m<sup>2</sup>. Imóvel ainda não possui RIP Utilização, motivo de ainda não existir valor contábil registrado no SPIUnet/SIAFI.

**UG 110.573** – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM. 003-017 de responsabilidade do VII COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 04985.000810/2008-46, RIP nº 0255.00658.500-0, situado na Avenida do Turismo nº 1.350 - Tarumã - Manaus-AM. O terreno tem área de 237.000,00 m<sup>2</sup> com área construída de 13.378,75 m<sup>2</sup>. Continua

sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

**UG 110.572 – (CR-Porto Velho)** – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO. 001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 05310.001684/2008-42, RIP nº 0003.00361.500-0, situado na Avenida Lauro Sodré nº 6.500 - Aeroporto - Porto Velho-RO. O terreno tem área de 344.395,61 m<sup>2</sup> e as construções tem área de 8.333,84 m<sup>2</sup>. Continua o processo de divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

### 8.2.5 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

QUADRO A.8.2.5 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF – DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não possui	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUnet

QUADRO B.8.2.5 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UPC, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110.511	9701.30495.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	12.497.931,70	11/12/2014	14.562.836,47	-	
<b>Total</b>							-	-
<b>Fonte:</b> SPIUnet								

**RIP:** É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

**Regime:** É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel.

### **8.2.6 Informações sobre a infraestrutura física**

O Censipam e os Centros Regionais de Manaus, Porto Velho e Belém possuem instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa, suas instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades dos seus funcionários. Todas as salas estão devidamente equipadas com microcomputadores e suas instalações administrativas são bem dimensionadas dotadas de iluminação por lâmpadas de led, climatização, mobiliários e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício das atividades dos servidores. O Órgão também está equipado com sanitários femininos e masculinos, dotados de boxes destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas, os serviços de higienização são prestados por empresa terceirizada. Existe infraestrutura de alimentação e serviços, assim como áreas de convivência para o desenvolvimento de atividades culturais. O auditório está equipado com mobiliário e aparelhagem específica, com capacidade para 100 (cem) pessoas. Existem salas de vídeo conferência entre os Centros Regionais e o CCG e também uma sala para cursos. As instalações prediais apresentam-se em bom estado de conservação. Além disso, o espaço físico é adequado ao número de usuários. Todos os Centros possuem grupos geradores em seus espaços físicos.

O Censipam e os Centros Regionais considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao prédio, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, adotam como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da “Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos”.

---

## **8.3 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão Conhecimento**

---

Com o avanço tecnológico a área de TI representa um ponto fundamental para suporte às organizações por fornecer um conjunto bastante extenso de ferramentas e facilidades capazes de promover a padronização e o aumento da produtividade, ampliando as capacidades operacionais nas mais diversas áreas do conhecimento. Este papel se destaca especialmente para atividade finalística do CENSIPAM que está relacionada com a coleta, processamento, armazenamento e análise de dados.

### **8.3.1 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:**

Havia previsão no Plano Anual de Capacitação para realização de 9 (nove) ações de capacitação, envolvendo 50(cinquenta) capacitações individuais a um custo orçado em R\$ 249.301,26, incluindo R\$ 45.401,26 em diárias e R\$ 34.400,00 em passagens. No entanto, o severo contingenciamento no orçamento promoveu uma revisão do plano em julho/15, resultando em apenas 3(três) ações de capacitação e 1(uma) ação complementar:

- 1 - Treinamento in-company “Curso de operação de HUB GILAT Skyedge II” para 8 servidores;
- 2 - Treinamento de instalação de VSat Gilat – Curso interno CR/BE para 10 servidores;
- 3 - Gestão de contratos – à distância e sem custos, para 7 servidores; e
- 4 - Treinamento Central Telefônica Alcatel-Lucent (apenas diárias e passagens, pois o treinamento foi contratado no ano anterior, juntamente com a aquisição da central telefônica), para 10 servidores.

O treinamento nº 1 foi apenas contratado, pois não houve disponibilidade do pessoal e do instrutor sênior para realizar a capacitação no final de 2015. A capacitação foi agendada e confirmada para o período de 24 a 30 de abril de 2016.

QUADRO A.8.3 - FORÇA DE TRABALHO DE TIC

Cargo		CCG	CR/MN	CR/BE	CR/PV	Total
Efetivo	Carreira TI da unidade	7	9	7	5	28
	Outras carreiras da unidade	0	0	0	0	0
	Carreira TI de outros órgãos	5	3	3	3	14
	Outras carreiras de outros órgãos	6	1	2	4	13
Comissionados		3	2	1	1	7
Terceirizado		0	0	0	0	0
Estagiário		10	4	4	3	21

### 8.3.2 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão:

#### Implantação do Centro de Ajustes de Apontamento Satelital - CAAS

a) Aquisição de analisadores de espectro para estruturação do CAAS – Centro de Apontamento Automático Satelital

- resultados esperados: melhora significativa no processo de apontamento e polarização das antenas VSat em campo, inclusive liberando a equipe técnica de prestar suporte remoto fora do expediente;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 356.527,84
- conclusão: concluído

#### Modernização da Infraestrutura Básica de TI

a) Autonomia das Centrais Telefônicas dos Centros Regionais

- resultados esperados: melhora do entroncamento entre as 4(quatro) centrais telefônicas dos centros, tornando-as plenas e independentes;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 439.889,33
- conclusão: concluído

b) Modernização da infraestrutura de rede local (switches centrais – *core switches*)

- resultados esperados: melhora na disponibilidade e eficiência da conectividade entre as estações de trabalho dos usuários e os serviços centrais de rede, maior performance e estabilidade da comunicação entre os servidores de rede, bem como padronização da configuração e gestão da rede local.
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 1.648.091,40
- conclusão: Jun/2016

c) Aquisição de Estações de Trabalho, Desktops e Notebooks

- resultados esperados: atingir a meta de modernização de 25% da infraestrutura de microinformática, adequando os equipamentos às novas versões de softwares e às demandas dos usuários.
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor aprovado: R\$ 1.026.850,00
- valor despendido: R\$ 131.180,00
- conclusão: Jun/2016

**Ampliação de Segurança da Rede**

a) Implantação de um sistema de “*next-generation firewall*”

- resultados esperados: integração e padronização da gestão da segurança e administração da rede dos 4(quatro) centros do Censipam;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 873.078,00
- conclusão: concluído

**Implantação dos Sistemas Institucionais de Gestão**

a) Implantação do sistema SIG (Sistema Integrado de Gestão)

- resultados esperados: através do Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, o Censipam recebeu os códigos-fonte do Sistema SIG (SIPAC, SIGRH e SIGAdmin) e iniciou o trabalho de implantação. Porém, de início, foram encontrados problemas na importação das fitas-espelho do Siape, mobilizando a equipe de desenvolvimento do Censipam e da UFRN na solução deste problema, o que atrasou o cronograma de implantação. No final de 2015, foram implantados os primeiros módulos: cadastro e férias, ambos do SIGRH.;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - OE 5 - Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura
    - AE 5.9 - Implantar um sistema integrado de gestão administrativa
- valor despendido: R\$ 507.564,68
- conclusão: Dez/2017

**Adequação das antenas de recepção satelitais (NOAA e GOES)**

#### a) Manutenção das Antenas GOES

- resultados esperados: continuidade na recepção, processamento e disponibilização de produtos decorrentes da recepção pelo sistema GOES, através de um contrato de manutenção preventiva e corretiva, bem como a atualização continuada dos softwares de recepção e processamento dos dados;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 686.180,00
- conclusão: contratada

### Recuperação dos ativos de inteligência

#### a) Recuperação total do sistema HF/DF

- resultados esperados: reestabelecimento e melhora na operacionalidade do sistema através de um contrato manutenção preventiva e corretiva;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 879.300,00
- conclusão: concluído

#### b) Recuperação total do radar Saber M60 do Censipam

- resultados esperados: reestabelecimento e melhora na operacionalidade do radar através de um contrato manutenção preventiva e corretiva;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - PEI OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 90.918,67
- conclusão: concluído

### Ampliação da comunicação de dados

#### a) Implantação de acesso local de alta velocidade à Internet nos Centros Regionais

- resultados esperados: melhora significativa no acesso às informações, na recepção de produtos digitais e na produção, atendendo à demanda de projetos como o Amazônia-SAR e ADS-80;
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia
    - AE 8.2 - Garantir a disponibilidade de informações via Portal Web
- valor anual do contrato: R\$ 387.697,62
- conclusão: concluído

### Expansão da Rede de Sensores Meteorológicos

#### a) Instalação e integração de 5 Estações Meteorológicas de Superfície

- resultados esperados: melhora nos produtos meteorológicos e registro histórico de dados meteorológicos em novas localidades.
- alinhamento com o planejamento:
  - ação contemplada no PTA/2015
  - OE 8 - Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia

- PEI AE 8.4 – Ampliar, aprimorar e manter o parque tecnológico
- valor despendido: R\$ 10.364,61
- conclusão: concluído

### **Implantação do Amazônia SAR**

- a) Aquisição de 6 licenças de software ENVI e SARSCAPE (SUL SOFT – BNDES)
  - resultados esperados: implementação de processo semiautomatizado de análise de imagens SAR e melhora nos produtos resultantes das análises.
  - alinhamento com o planejamento:
    - ação contemplada no PTA/2015
    - OE 9 - Ser um centro de excelência em sensoriamento remoto
      - AE 9.1 - Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em sensoriamento remoto
  - valor despendido: R\$ 4.828.757,69
  - conclusão: concluído
- b) Contratação de “site survey” para os potenciais locais de instalação da Antena Multissatélital
  - resultados esperados: definição do “ranking” dos potenciais locais de instalação da antena, com base em informações de terreno, interferência eletromagnética, visada satelital, comunicação de dados e infraestrutura disponível.
  - alinhamento com o planejamento:
    - ação contemplada no PTA/2015
    - OE 9 - Ser um centro de excelência em sensoriamento remoto
      - AE 9.1 - Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em sensoriamento remoto
  - valor despendido: R\$ 78.500,00
  - conclusão: março/2016
- c) Contratação de serviço técnico especializado para elaboração de Projeto Básico
  - resultados esperados: projeto básico para contratação da empresa/consórcio que será responsável pela instalação da antena multissatélital, do sistema de aquisição, processamento e catalogação das imagens, obras civis de apoio e fornecimento de imagens, bem como acompanhamento e assessoria para condução da contratação, fiscalização das obras e entrega de produtos.
  - alinhamento com o planejamento:
    - ação contemplada no PTA/2015
    - OE 9 - Ser um centro de excelência em sensoriamento remoto
      - AE 9.1 - Elaborar e implementar projeto operacional e de estruturação para alcance da excelência em sensoriamento remoto
  - valor despendido: R\$ 746.000,00
  - conclusão: Dez/2018

Além dos projetos acima, foram concluídos projetos iniciados em 2014, como a implantação da Sala da célula de Planejamento e Controle, a modernização dos sistemas de áudio e vídeo e modernização do sistema de videoconferência.

#### **8.3.3 Principais sistemas de informações**

##### **a) GPis – Sistema de Gerenciamento de Pistas**

Objetivo: receber os dados de detecção aérea pelos radares de vigilância do Cindacta IV e realizar análise de padrões com a finalidade de obter dados para as atividades de Inteligência do Censipam.

Principais funcionalidades: visualização online do tráfego aéreo, visualização histórica do tráfego aéreo, integração com o Radar Saber M60 (radar móvel), marcação (tagging) de pistas conforme filtros pré-definidos (padrões), filtros manuais, visualização espacializada dos dados filtrados, alertas sobre parâmetros definidos pelo usuário (vôo sobre área específica, com característica específica, etc.), módulo de análise de dados com capacidade de utilização de camadas externas de informação espacial.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela

Responsável da área de negócios: Ricardo Augusto

Criticidade para a unidade: sistema crítico, essencial e diferencial da área de inteligência

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade do Censipam; não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software, bem como não foi possível a contratação de manutenção por fábrica de software para manutenção e evolução do software; software em produção porém com funcionamento parcial devido a diversos problemas pontuais apresentados.

### **b) IDSeg – Sistema de Análise Investigativa**

Objetivo: realizar a integração, fusão e análise de dados utilizando modelo multidimensional para “data warehouse”.

Principais funcionalidades: importação/integração de bases de informações de origens diversas (banco de dados estruturados, arquivos, planilhas, webservices, dados não estruturados, etc.), visualização gráfica de relacionamentos de dados, ferramentas avançadas para análise de vínculo e de padrões.

Responsável técnico: Dayler

Responsável da área de negócios: Ricardo Augusto

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial da área de inteligência

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade de empresa privada; existe contrato de manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento.

### **c) Sig – Sistema de Gestão Administrativa**

Objetivo: integrar e sistematizar os diversos processos administrativos

Principais funcionalidades: possui módulos para gestão de todas as áreas da administração de um órgão público: integração Siape, cadastro de pessoal, dependentes, férias, integração Siafi, orçamento, requisições, suprimento de fundos, chefia da unidade, portal público, plano de saúde, serviços e auxílio, atendimento ao servidor, catálogo de materiais, compras e licitações, registro de preço, liquidação de despesa, almoxarifado, agenda, frequência, financeiro, colegiados, comissões, patrimônio móvel, patrimônio imóvel, contratos, pagamento online, ddo, faturas, capacitação, concursos, banco de vagas, dimensionamento, infraestrutura, transportes, projetos, convênios, escritório de ideias, avaliação de desempenho, avaliação funcional, aposentadoria, auditoria e controle interno, boletim de serviço, acesso a informação.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela

Responsável da área de negócios: José Henrique Moraes Madeira

Criticidade para a unidade: sistema em fase inicial de implantação, mas se tornará crítico e essencial para a área administrativa

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sessão de direitos e de código ao Censipam; ainda não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software; existe TED com a UFRN para acesso ao repositório de manutenção e evolução do software; software em produção porém em fase inicial de implantação, com apenas 2 módulos implantados e calendário de implantação de 21 módulos em 2016 e os demais 21 módulos em 2017.

**d) Pim – Portal de Informações de Manutenção**

Objetivo: integrar dados de cadastro de terminais e sensores e de missões de campo, auxiliando no planejamento e otimização do esforço e dos custos de manutenção do parque tecnológico.

Principais funcionalidades: cadastro de terminais VSat e sensores, visualização espacializada da rede de VSat e sensores, emissão de relatórios para licenciamento, estatísticas de operacionalidade e de distribuição, planejamento de missões de campo, integração de dados com o sistema gerenciador das VSat (Hub Gilat).

Responsável técnico: Rodrigo Vilela

Responsável da área de negócio: José Donato

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para as atividades de gestão de manutenção de campo

Situação do sistema: códigos fonte e documentação desenvolvidos e de propriedade do Censipam; existe conhecimento interno para manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento, com diversas demandas de evolução a serem implementadas em 2016.

**e) Gestão de Contratos – a ser substituído pelo módulo de Gestão de Contratos do SIPAC/SIG**

objetivo: auxiliar o gestor de contratos quanto ao cronograma de atividades associada à atividade de gestão contratual.

Principais funcionalidades: cadastro dos dados do contrato e do cronograma, avisos de vencimento de atividades.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela

Responsável da área de negócio: Maristela Ferro

Criticidade para a unidade: sistema auxiliar para as atividades de gestão de contratos

Situação do sistema: códigos fonte e documentação desenvolvidos e de propriedade do Censipam; existe conhecimento interno para manutenção e evolução do software, porém o mesmo será substituído pelo módulo correspondente do SIPAC/SIG; software em produção.

**f) SEI – Sistema Eletrônico de Informações**

objetivo: realizar as atividades de trâmite eletrônico de documentos e de protocolo de forma sistematizada, permitindo visibilidade e publicidade dos processos administrativos.

Principais funcionalidades: elaboração eletrônica de documentos, assinatura digital, certificação digital, trâmite eletrônico, definição e controle de prazos, etc.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela

Responsável da área de negócio: José Henrique Moraes Madeira

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para o protocolo e trâmite de processos e documentos

Situação do sistema: sistema implantado no Ministério da Defesa, com acesso apenas à interface Web pelo Censipam; documentação amplamente disponível nos portais públicos; não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software, e não há acesso ao código fonte do sistema implantado no MD; software em produção e plenamente funcional.

### **8.3.4 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI**

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Censipam vigente está em processo de revisão, com previsão de conclusão até fevereiro/2016. O PETIC é alinhado ao Plano Estratégico Institucional, que define as linhas gerais e estratégicas para toda a instituição. Dessa forma, os Objetivos Estratégicos do PETI, além de alinharem-se aos planos gerais da área de TI governamental e às melhores práticas de TI, devem buscar facilitar o atingimento dos Objetivos Estratégicos Institucionais.

O novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Censipam, com vigência quadrienal, está em processo de elaboração, com previsão de conclusão até março/2016. Será baseado no PETIC e implementará um rol de indicadores que facilitarão a gestão de desempenho das unidades de TIC do Censipam, além de relacionar as ações e projetos detalhados para o ano de 2016 e em linhas gerais para os anos de 2017 a 2019. A cada revisão anual do PDTIC, as linhas gerais serão detalhadas para o ano em questão, com orçamentos e prazos mais ajustados.

### **8.3.5 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas**

Atualmente estão estruturados processos nas áreas de planejamento, gerenciamento e monitoramento de serviços de TI.

No escopo de planejamento utiliza-se método participativo de consolidação para formação dos documentos orientadores (PETIC e PDTIC). O principal canal utilizado neste caso é o fórum de debates que engloba todos os membros da área técnica do órgão, que já possuem as demandas mapeadas. Em seguida, a minuta resultante é encaminhada às demais áreas para validação e por fim ao Comitê de TIC para aprovação. Além disso, cada contratação ou aquisição é antecedida de processo de planejamento detalhado, conforme artefatos previstos na legislação atual de aquisições de TI.

Em relação aos processos de gerenciamento, adota-se solução unificada de chamados baseada em software livre. A ideia é realizar a gestão de ativos e de chamados dos usuários, procurando mensurar os níveis de serviço oferecidos e a qualidade do atendimento. Diversas ferramentas foram testadas em 2015 e o processo passou a ser consolidado a partir do mês de outubro.

Além disso, monitora-se todo ambiente de TIC do órgão através de ferramenta especializada e já consolidada no Censipam. Trata-se da ferramenta de código aberto Zabbix, através da qual é possível identificar problemas recorrentes, mensurar o consumo de recursos, identificar pontos de melhoria e agir de forma mais pró-ativa na camada de infraestrutura como um todo. Uma evolução prevista é a maior integração com o processo de gerenciamento de chamados e a implementação de diversos indicadores operacionais.

### **8.3.6 Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC**

Para garantir que o PDTIC seja executado de forma eficiente, a IN 04/14-SLTI recomenda a implantação de uma estrutura de governança em Tecnologia da Informação (TI) com a criação de comitês de TI, sendo que o comitê de TIC do Censipam foi constituído pela portaria nº 1.696 Censipam/MD, de 22 de junho de 2011, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 026, de 1º de julho de 2011 (fl. Nº 1043), e teve durante o ano de 2015 a seguinte composição:

- Chefe de Gabinete (presidente);
- Diretor Técnico;
- Diretor de Produtos;
- Diretor de Administração e Finanças;
- Coordenador-Geral e Inteligência;
- Coordenador-Geral de Integração Institucional;

O CTIC não se reuniu em 2015, no entanto o comitê de decisões quanto às ações orçamentárias e priorizações de investimentos de todo o Censipam, cuja constituição amplia a do CTIC, foi realizada no dia 24/7/2015, após a definição do contingenciamento, e a decisão sobre as ações de TIC do Censipam, dentre outras, foi consignada em ata e disponibilizada na Intranet do Censipam no endereço “<http://intranet.sipam.gov.br/atas/ccg/2015/julho>” no documento intitulado

“Ata de Reunião de videoconferência com os CRS 24 7 2015.pdf”. Este mesmo comitê ampliado acompanhou a execução das ações de todo o Censipam, incluindo as de TIC, ao longo de 2015, consignando nas atas dessas reuniões, eventuais orientações ou realinhamentos.

### **8.3.7 8.3.5 Mitigação de dependência tecnológica de empresas terceirizadas**

O Censipam não realizou terceirização de serviços de TIC durante o ano de 2015.

---

## **8.4 Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental**

---

### **8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

O Censipam como órgão da administração central do Ministério da Defesa integrou-se na política de sustentabilidade ambiental do Governo Federal (A3P).

O Plano de Logística Sustentável foi elaborado de acordo com as diretrizes do Projeto Esplanada Sustentável implantado no Ministério da Defesa.

O Censipam adotou a separação dos resíduos recicláveis atendendo a diretriz firmada com os órgãos instalados no Complexo Administrativo do Setor Policial Sul, por meio do Termo de Compromisso nº. 001/ANA/2013, de 25 de setembro de 2013, para a Coleta Seletiva de resíduos, sendo estes resíduos destinados à Cooperativa do Complexo Coorper-Noes da Cidade Estrutural/DF.

O Censipam possui Plano de Logística Sustentável elaborado em 2015, será publicado na intranet do órgão em 2016.

A Portaria nº 556 de 5 de março de 2015 nomeia o Grupo de Trabalho do Projeto Esplanada Sustentável do Censipam esta publicada em 13 de março de 2015, DOU Nº 011.

As informações referentes ao consumo de energia e água estão registradas no Sistema SISPES – Sistema do Projeto Esplanada Sustentável do Ministério do Planejamento.

A partir de 2016 os indicadores serão publicados na intranet do Censipam. Existe em andamento a ideia de criação de projeto sustentabilidade que atualmente está em fase inicial com a consolidação dos membros de comissão do complexo a ser instituída para essa finalidade, bem como a análise do esboço realizado no exercício de 2013.

No ano de 2015 o Censipam estabeleceu algumas metas para a redução do consumo de energia e de água, tais como: substituição nas unidades administrativas até o final do ano de 2016 das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas tipo LED com vida útil de 30.000 horas e com a previsão de redução de consumo de 25%, desligamento dos equipamentos de refrigeração (Chillers) nos horários de ponta (18 as 21h), mesmo que algumas unidades estejam localizadas na região norte de grande intensidade solar. A partir da implantação do Sistema SEI, estima-se a redução dos custos com papel, impressão, combustível, correspondências e demais atividades inerentes.

---

## 8.5 Gestão de fundos e de programas

---

### 8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

#### **FUNDO AMAZÔNIA:**

Em outubro de 2014, o Censipam submeteu uma Consulta Prévia ao BNDES para aquisição, implantação, operacionalização e manutenção de uma Estação de Recepção de Imagens Satelitais de Radar de Abertura Sintética (Amazônia SAR), com recursos no âmbito Fundo da Amazônia.

Em julho de 2015 o Projeto Amazônia SAR foi aprovado e o Contrato entre o Censipam e o BNDES foi assinado em 20 de julho de 2015 e publicado no DOU nr 148 de 5 de agosto de 2015.

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, as áreas temáticas propostas para apoio pelo Fundo Amazônia podem ser coordenadas de forma a contribuir para a obtenção de resultados significativos na implementação de seus objetivos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia.

#### **Gestão**

O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumbe da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados.

O Fundo Amazônia conta com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos; e com um Comitê Técnico - CTFA, nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia.

O Comitê Técnico, conforme acima mencionado, atesta os cálculos apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente quanto às reduções efetivas de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento, apreciando as metodologias de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. O Comitê Técnico é composto por seis especialistas de notório saber técnico-científico designados pelo Ministério do Meio Ambiente, após consulta ao

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

### Documento de Projeto do Fundo Amazônia

O Documento de Projeto do Fundo Amazônia reúne as principais informações sobre a criação e gestão do Fundo Amazônia. É um documento relevante para as partes interessadas do Fundo e também para aqueles interessados na formulação de políticas públicas relacionadas a iniciativas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Para ver o Documento de Projeto do Fundo Amazônia.

### Patrimônio e Receitas

Os recursos que integram o patrimônio do Fundo Amazônia são provenientes de doações e remunerações líquidas da aplicação de suas disponibilidades.

O saldo dos recursos do Fundo Amazônia não utilizados até o final de cada exercício é transferido para o exercício seguinte em proveito do mesmo Fundo, acrescidos das remunerações líquidas provenientes da aplicação de suas disponibilidades.

O exercício Social do Fundo coincide com o exercício social do BNDES (1º de janeiro a 31 de dezembro).

Para ver as Demonstrações Financeiras do Fundo Amazônia e o Parecer do Auditores Independentes, acesse [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br).

### Legislação Aplicável ao Fundo Amazônia

Legislação	Assunto
<u>Decreto nº 6.527</u> , de 1º de agosto de 2008.	Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
<u>Decreto nº 6.565</u> , de 15 de setembro de 2008.	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.
<u>Medida Provisória nº 438</u> , de 1º de agosto de 2008.	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.
<u>Lei nº 11.828</u> , de 20 de novembro de 2008.	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.
<u>Lei nº 12.810</u> , de 15 de maio de 2013.	Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e altera, entre outras, a Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008 (Artigo 14).

### PROJETO AMAZÔNIA SAR:

- a) Contrato nr. 15.2.0335.1
- b) Partes envolvidas: BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89) e CENSIPAM (110511/00001)

- c) objetivo do Projeto: apoiar a implantação de um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens radar orbital.
- d) Valor Total: 63.923.626,00
- e) Prazo de aplicação: 42 meses
- f) Prazo de execução: 48 meses
- g) Publicação: 5/08/2015, DOU Nº 148 – Seção 3
- h) Orçamento Anual: LOA fonte 181 – Ação 20X4
- i) Financeiro: disponibilizado pelo BNDES

Em março de 2016, será ativado um site via WEB com as informações sobre a execução do Projeto Amazônia SAR.

## 9 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário”.

### 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.013/2013-6	6512/2014	1.7.1	Of. 1517/2014- TCU/SecexDefesa de 04/12/2014	05/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Descrição da determinação/recomendação				
Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para que se conclua o processo de apuração do extravio dos 10 notebooks; Providências de instalação e registros do aplicativo ERDAS.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Unidade concluiu sindicância, fato que ensejou o recolhimento do valor de um notebook e o parcelamento de dois outros. Quanto a instalação e registros do ERDAS, os mesmos foram identificados nos Centros Regionais e validados pela área técnica competente. No que concerne a possível conluio entre servidores do Censipam e as empresas Imagens Geossistemas e Comércio Ltda e Intersat Imagens Satélite S/C Ltda, aguardamos até o final do exercício o envio, pela Corregedoria Geral da União- CGU/PR, do relatório final do PAD nº 00190.006220/2009-1, o qual teve como presidente da comissão o Dr. Gilberto Waller Junior. No fito de atender aos princípios da Economicidade e Eficiência, esperamos pelo envio, fato que poderia em muito ajudar a economizar recursos humanos e financeiros, porém face ao não atendimento dos pleitos será instaurado Sindicância para subsidiar a abertura de Tomada de Contas Especial-TCE.				

### 9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

QUADRO A.9.2 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			044072
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.2.1.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD -
02	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.2.3.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD

03	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.3.1.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD		
04	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.6.1.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD		
05	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.6.2.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD		
06	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.6.3.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD		
07	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.6.4.3	Memo. Nº298/2015/Astec/Ciset-MD		
08	Relatório de Auditoria Anual de Contas- Exercício 2014 CISET-MD	2.2.1, 2.2.3, 2.3.1, 2.6.1, 2.6.2, 2.6.3, 2.6.4 e 2.6.5	Memo. Nº0337/2015/Geaud/Ciset-MD		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>			
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia		044072			
<b>Descrição da Recomendação</b>					
<p><b>Nº de Ordem 01</b> – i) Promover esforços, mediante planejamento estruturado, com a utilização de cronogramas de execução e fiscalização das atividades, com vistas a mitigar, ainda no exercício de 2015, o baixo índice de realização física das metas previstas no PPA 2012-2015 sob responsabilidade do Censipam. ii) Promover estudos técnicos, com vistas a definir metas para o PPA, relativas ao quadriênio 2016-2019, passíveis de atingimento no período, de forma a propiciar o adequado planejamento dos projetos das atividades inerentes, por parte do Centro Gestor, e, por conseguinte o cumprimento da missão institucional do órgão.</p>					
<p><b>Nº de Ordem 02</b> – i) Adotar providências com vistas a conclusão da prestação de contas final do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2008, em atendimento aos normativos vigentes, instruída com os documentos pertinentes, citando-se em particular, os relatórios de execução física que comprovam a efetiva realização das atividades. ii) Efetivar a elaboração do novo Termo de Execução Descentralizada, de forma a subsidiar as ações voltadas à execução do Projeto Cartografia da Amazônia de que se trata.</p>					
<p><b>Nº de Ordem 03</b> – i) Atendido, ii) Elaborar, formalmente, indicadores de gestão, de fácil compreensão e de formulação que possibilitem mensurar o desempenho do órgão, quanto ao atingimento dos seus objetivos, ao alcance das metas e da efetiva realização das ações, nos moldes dos requisitos na legislação, bem assim, na jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União.</p>					
<p><b>Nº de Ordem 04</b> – i) Realizar, nas aquisições futuras, ampla pesquisa de mercado, evitando a utilização de cotações discrepantes no cálculo da média dos itens a serem adquiridos, mesmo em se tratando de licitações por lote; ii) Verificar a compatibilidade das propostas comerciais dos fornecedores com as especificações do edital, de forma a evitar estimativas de preços de bens e serviços que não se coadunam com o objeto licitado</p>					
<p><b>Nº de Ordem 05</b> – Adotar procedimentos voltados ao levantamento dos efetivos preços de mercado dos itens ajustados ( 4- fonte de aparelhos IP tipo 1; 6 – Fonte de aparelhos IP tipo 2; e 14 – Instalação), de forma a convalidar os resultados do Pregão Eletrônico nº 43/2014, e, no caso não fique caracterizada a vantajosidade para a Administração, apurar a responsabilidade pelos atos de gestão praticados em desacordo com a legislação.</p>					
<p><b>Nº de Ordem 06</b> – i) Realizar, nas aquisições futuras, estudos no tocante ao quantitativo de materiais e de serviços necessários ao pleno funcionamento do Centro Gestor, a fim de subsidiar a elaboração do planejamento anual de aquisições do Censipam, juntando a documentação pertinente nos respectivos processos licitatórios; e ii) Utilizar o planejamento anual de aquisições como ferramenta gerencial para subsidiar a decisão sobre as compras que efetivamente serão realizadas, de forma a otimizar a aplicação dos recursos públicos.</p>					
<p><b>Nº de Ordem 07</b> – i) Adotar providências objetivando a verificação da compatibilidade entre os preços de mercado e os preços praticados pelas empresas contratadas, referentes a prestação de serviços e fornecimento de peças para veículos no âmbito dos contratos firmados com o Centro Gestor, providenciado, na hipótese de concessão do desconto devido, incidente sobre a tabela do fabricante, as medidas de apuração de responsabilidade, com vistas à indenização ao erário; ii) Adotar providências</p>					

junto às empresas contratadas buscando garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, notadamente quanto à disponibilização das tabelas referentes aos serviços prestados e peças fornecidas, ou, na falta de obtenção de tais elementos, levantar instrumentos correlatos, que sirvam de parâmetros na comparação entre os preços praticados pelos fornecedores e os de mercado, fazendo-se juntada aos processos de pagamento; e iii) Instruir os fiscais dos contratos para que observem rigorosamente o cumprimento das cláusulas contratuais, de forma evitar potenciais prejuízos aos interesses de administração pública.

**Nº de Ordem 08** – Reiterando os itens apontados para providências e mitigação dos mesmos dentro do PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTES CENSIPAM – PPP.

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	044072

#### **Síntese da Providência Adotada**

**Nº de Ordem 01** – Providências adotadas conforme recomendação.

**Nº de Ordem 02** – Foi efetivada a conclusão do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2008, e assinada Termo de Execução Descentralizada, no fito da conclusão do Projeto Cartografia da Amazônia.

**Nº de Ordem 03 – i)**: Atendido; ii) Iniciado no exercício de 2015 e concluído na primeira quinzena de fevereiro de 2016.

**Nº de Ordem 04** – i) Atendido; O Censipam tem buscado realizar ampla pesquisa, inclusive definindo os critérios técnicos de forma a ampliar a disputa, sendo que passou a adotar média de até 20% (vinte por cento) de discrepância entre o valor mínimo e máximo, excluindo os demais; ii) Recomendação integralmente atendida.

**Nº de Ordem 05** – Recomendações plenamente atendidas.

**Nº de Ordem 06** – Recomendações plenamente atendidas.

**Nº de Ordem 07** – Recomendações atendidas tendo sido glosado valor não comprovado ou fora das especificações do contrato.

**Nº de Ordem 08** – Recomendações atendidas.

**Nº de Ordem 09** – 27.1, 27.2 e 27.3: Providências adotadas conforme recomendação.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

Nº de Ordem 01 – Melhoria de processos.

Nº de Ordem 02 – Resolução de pendências e melhoria dos processos

Nº de Ordem 03 - Resolução de pendências e melhoria dos processos

Nº de Ordem 04 - Resolução de pendências e melhoria dos processos

Nº de Ordem 05 - Resolução de pendências e melhoria dos processos

Nº de Ordem 06 - Melhoria dos processos

Nº de Ordem 07 - Resolução de pendências e melhoria dos processos

Nº de Ordem 08 - Resolução de pendências

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

As recomendações dos órgãos de Controle do MD facilitam na melhoria dos processos internos das áreas, promovendo rearranjo entre os mecanismos de elaboração, análise e controle, propiciando qualidade e segurança na conclusão das atividades. Dificuldade de complementação do quadro de servidores.

### **9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

Iniciamos processo de nº 60090.001305/2015-93, com a finalidade de apurar fatos notificados no Contrato nº 86/2003, celebrado entre este Centro Gestor e a Fundação ATECH. Tendo apurado valores e notificado os respectivos responsáveis, em fase de finalização das tratativas Administrativas no fito de obtenção de ressarcimento ao Erário.

---

#### **9.4 Informações sobre o credenciamento das oficinas regionais de extintores de incêndio perante o Inmetro**

---

Foram realizadas duas licitações para aquisições de peças e manutenção de extintores, respectivamente.

O pregão eletrônico nº 42/2015 refere-se à aquisição de material de consumo relacionado ao sistema de prevenção, detecção, alarme e combate a incêndio, conforme tabela abaixo.

ITEM	SIASG	DESCRIÇÃO
1	57606	Base do detector de fumaça SIMPLEX PN 4098-9715
2	57606	Detector de fumaça photo iônico mod 4090-9714 - tipo simplex 9098-9714
3	20435	Módulo Control Zam 2090-9163, Tensão 28 Vac, Padrão SIMPLEX
4	20435	Módulo de supervisão COIL 2081-9046
5	150490	Modulo Signal Zam 2090-9161, Tensão 28 Vdc, Padrão SIMPLEX
6	20435	Módulo de supervisão IAM 4090-9001, tensão 36 Vdc Padrão SIMPLEX
7	106372	Painel repetidor de sinal para Central 4020 / 4100 padrão SIMPLEX
8	150490	Placa Manynet II Transceiver Assy 565241

Não foram localizados no site do INMETRO e Guia prático de licitações Sustentáveis da CJU/SP, [https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/138067](https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067) normativos vinculados ao credenciamento de oficinas regionais de extintores para aquisição de peças de reposição.

O pregão nº 56/2015 comprehende a contratação manutenção de níveis I, II e III em cilindros fixos e extintores portáteis de incêndio, mangueiras com fornecimento de materiais necessários, de acordo com os requisitos da NBR 12962, NBR 13485 e NBR 12274, complementados pelos requisitos estabelecidos no Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio – RTQ anexo a Portaria nº 173, de 12 de julho de 2006, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Portanto o Edital está vinculado ao Atendimento a legislação vigente referente à portaria INMETRO / MDIC número 173, de 12 de julho de 2006 e seu respectivo Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção em Extintores de Incêndio.

---

#### **9.5 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

---

Todos os contratos formalizados no exercício de 2015 tiveram como expressão monetária a moeda corrente nacional, sendo observadas as disposições no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

No que tange ao controle e acompanhamento houve uma capacitação no âmbito Censipam para os fiscais de contratos com abordagens sobre acompanhamento para controle dos pagamentos das obrigações contraídas, conforme mediações realizadas no Sistema SIASG.

É de responsabilidade do fiscal de contrato o acompanhamento, lançamento do cronograma e controle dos pagamentos conforme a vinculação lançada no SIASG.

A Coordenação de Licitações e Contratos, a partir do exercício 2016, mantém trimestralmente os lançamentos efetuados pelos fiscais, fazendo a devida gestão junto aos mesmos quanto aos procedimentos do cronograma de pagamento.

---

#### **9.6 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

---

Este órgão não possui nenhum contrato com dedicação exclusiva de mão de obra que estivesse dentro dos setores da economia beneficiados pelo regime de desoneração, conforme consulta realizada no roteiro elaborado pela SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para cumprimento dos Acórdãos do TCU nº 2859/2013 e nº 1212/2014.

---

#### **9.7 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda**

---

QUADRO A.9.7 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2058/20X4	143.476,15	120.919,58
Mercadológica			
Utilidade pública			

As despesas com publicidade do Censipam referem-se às publicações dos atos administrativos, contratos com Imprensa Nacional e Empresa Brasileira de Comunicação.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL**

**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**ANEXOS E APÊNDICES**

“Não há conteúdo a ser apresentado para este tópico”

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2016**